



**UNIVERSIDADE ESTADUAL VALE DO ACARAÚ – UVA**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS**  
**MESTRADO PROFISSIONAL DE SOCIOLOGIA EM REDE NACIONAL –**  
**PROFSOCIO**

**INÊS MARA DA SILVA**

**ENSINO DE SOCIOLOGIA NA EJA: UM ESTUDO DE CASO NA E.E.M. DR. JOSÉ**  
**EUCLIDES FERREIRA GOMES JÚNIOR**

**SOBRAL - CE**

**2022**

INÊS MARA DA SILVA

ENSINO DE SOCIOLOGIA NA EJA: UM ESTUDO DE CASO NA E.E.M. DR. JOSÉ  
EUCLIDES FERREIRA GOMES JÚNIOR

Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação de Mestrado Profissional em Sociologia da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientadora: Profa. Dra. Diocleide Lima Ferreira (in memoriam).

SOBRAL - CE

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Universidade Estadual Vale do Acaraú

Sistema de Bibliotecas

Silva, Inês Mara da

Ensino de sociologia na EJA: um estudo de caso na E.E.M. Dr. José Euclides Ferreira Gomes Júnior [recurso eletrônico] / Inês Mara da Silva. -- Sobral, 2022.

1 CD-ROM: il. ; 4 <sup>3</sup>/<sub>4</sub> pol.

CD-ROM contendo o arquivo no formato pdf do trabalho acadêmico com 106 folhas.

Orientação: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Diocleide Lima Ferreira .

Dissertação (Mestrado Profissional em Sociologia da Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA) - Universidade Estadual Vale do Acaraú / Centro de Ciências Humanas

1. Educação de jovens adultos. 2. Ensino de sociologia. 3. aprendizagem. I. Título.

INÊS MARA DA SILVA

ENSINO DE SOCIOLOGIA NA EJA: UM ESTUDO DE CASO NA E. E. M. DR. JOSÉ  
EUCLIDES FERREIRA GOMES JÚNIOR

Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação  
de Mestrado Profissional em Sociologia da Universidade  
Estadual Vale do Acaraú – UVA, como requisito para obtenção de título de  
Mestre em Ensino de Sociologia.

Orientadora: Profa. Dra. Diocleide Lima Ferreira, (in  
memoriam).

Aprovada em: \_\_/\_\_/\_\_

BANCA EXAMINADORA

---

Profa. Dra. Diocleide Lima Ferreira  
Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA  
Orientadora

---

Profa. Dra. Rosângela Duarte Pimenta  
Presidente da Banca  
Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA

---

Profa. Dra. Maria Isabel Silva Linhares  
Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA  
Examinadora

---

Profa. Dra. Daniele Kelly Lima de Oliveira  
Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA  
Avaliadora Externa

A meu avô José Cândido da Silva (*in memoriam*), inspirador de sonhos e exemplo de realizações.

## AGRADECIMENTOS

À minha mãe, Maria Inês da Silva, amiga, companheira, exemplo de determinação, coragem e, principalmente, amor incondicional, a quem devo tudo que tenho e tudo que sou.

À minha avó, Francisca Maria Olivindo, pelo incentivo à responsabilidade com os estudos e pelo carinho de sempre.

Aos meus familiares pelo carinho e respeito de sempre.

A todas (os) as (os) grandes amigas (os), que conquistei no decorrer de minha vida pessoal, estudantil e profissional. Sou grata a todas (os) pelo companheirismo e amizade, pelos momentos de alegrias e tristezas e pelas muitas experiências compartilhadas. Em especial, Aline Abreu, Ilmara, Iara, Edilmara e Edmara.

À CAPES, pela oportunidade de participar deste excelente programa.

A todos do PROFSOCIO que contribuíram nesta caminhada, em especial aos meus professores: Isaurora, Marina, Isabel, Nilson, Joannes, Marcos Paulo e Rodrigo; meu respeito e sincera admiração pelo profissionalismo e humanidade oferecidos por cada um de vocês. Atenciosamente, agradeço também à querida Dra. Rosângela Pimenta, por quem tenho um carinho especial por ser um grande exemplo de injeção de ânimo e resistência em prol da educação e do fazer docente.

A todos os meus colegas de mestrado. Em especial minhas amigas Ana Régia e Adriany, pelo amor e companheirismo de todas as horas, e aos queridos Eldo, Renan, Áurea, Ruy, Herbert, Edvan, Mônica e Ney por todo o compartilhamento de vida. Obrigada por tudo!

Agradeço ao grupo docente da Escola Dr. José Euclides Ferreira Gomes Júnior, principalmente aos companheiros e amigos de profissão Monique Ribeiro, Kelson Pereira e Leandro Sousa, pela força e incentivo nos momentos difíceis, especialmente na pessoa da querida Secretária Helrisangela Dias e sua assistente Mara Lourenço, pela dedicação e por sempre disponibilizarem a possibilidade de liberação de documentos para a realização desta pesquisa.

Agradeço ao professor de Sociologia da modalidade EJA, Ramiro Monteiro por sempre estar disposto a contribuir com a realização dessa pesquisa e por ter me acolhido de forma tão atenciosa em suas atividades docentes.

A cada um dos alunos dessa escola que colaboraram, participaram e se propuseram a conversar e compartilhar comigo seus conhecimentos, experiências, progressos e dificuldades.

A todos que fazem a Escola Dr. José Euclides Ferreira Gomes Junior e sua gestão, na pessoa do Diretor Jackson Monteiro de Vasconcelos, que se colocou disponível e me ajudou muito nessa caminhada; a você meu carinho, respeito, gratidão e admiração.

Agradeço e dedico este trabalho, especialmente à minha orientadora Diocleide, pela compreensão, orientação, cuidado e positividade prestada a mim durante todo o período em que estive comigo. À memorável Professora Diocleide Lima Ferreira, que durante toda a sua vida, foi constante fonte de inspiração e incentivo aos seus alunos (as) e orientandos (as), e que hoje já não está fisicamente entre nós. Diocleide foi referência viva de mulher e de grande profissional. Espírito revolucionário, contagiante e transformador... Sua passagem aqui na terra deixou marcas profundas de saudade e um vazio insubstituível, mas nos trouxe também um grande legado: o de Resistir. Por você, querida Dió, que lutou até onde pode, seremos Resistência sempre! Obrigada por nos inspirar e nos transformar... Você é vida dentro de cada um de nós e para sempre estará presente, e é diante disso, que atribuo a conquista desse trabalho, a você, minha inesquecível orientadora. Gratidão!

A todos os que em algum momento fizeram ou fazem parte da minha caminhada. Esta foi uma conquista alcançada coletivamente, por isso sinto a necessidade de dizer de forma especial a todos vocês: muito obrigada.

Baseada no que é chamado de fé e acreditando na minha, agradeço a Deus.

## RESUMO

O ensino de Sociologia passou por diversos contextos e obstáculos em seu processo de inclusão na Educação Básica, desenvolvendo, assim, um contexto histórico marcado por luta e resistência na Educação. Diante disso, o presente trabalho volta-se para uma pesquisa teórica e prática do ensino de Sociologia na Educação Básica, especificamente dedicada ao ensino de Sociologia na Educação de Jovens e Adultos, tendo como lócus a E.E.M. Dr. José Euclides Ferreira Gomes Júnior, localizada no distrito de Jordão, em Sobral - CE. A proposta para esta pesquisa é analisar o Ensino de Sociologia na EJA e, a partir dessa análise, elaborar estratégias de ensino estruturadas em um plano de ação que viabilize trabalhar nas aulas de sociologia, práticas metodológicas que contribuam para o ensino de sociologia e melhor compreensão da disciplina na modalidade EJA. Optou-se pela abordagem qualitativa com a utilização de diferentes técnicas, dentre elas: entrevistas semiestruturadas, observações e rodas de conversas, as quais contribuíram para a obtenção dos resultados desta pesquisa. Por tratar-se de uma pesquisa qualitativa, desenvolveu-se pautada em referencial teórico, tendo como alguns dos aportes Moreno (2008), Freire (1996), Bariane (2004), Dubet (2008), Gasparin (2011), Tomazi (2004), Sarandy (2001), Handfas (2009) e Saviani (2009), que proporcionaram um diálogo entre o ensino de Sociologia e a Educação de Jovens e Adultos, nos possibilitando perceber problemáticas, bem como possibilidades de melhorias para o ensino de Sociologia. A partir, também, da participação dos educandos em discussões referentes às metodologias, práticas e conteúdos aplicados nas aulas dessa disciplina e da contribuição dos diálogos empreendidos com o professor dessa modalidade, foi possível construir uma base prática para a realização deste trabalho. Por fim, tomando como base as análises concretizadas, realizou-se a elaboração de um plano de ação com organização de conteúdos e temáticas que possam ser trabalhados nas aulas de Sociologia, tendo como finalidade contribuir para o avanço do ensino e para uma melhor compreensão dessa disciplina pelo público contemplado.

**Palavras-chave:** Educação de jovens adultos; ensino de sociologia; aprendizagem.



## ABSTRACT

The teaching of Sociology went through different contexts and obstacles in its process of inclusion in Basic Education, thus developing a historical context marked by struggle and resistance in Education. Therefore, the present work turns to a theoretical and practical research of the teaching of Sociology in Basic Education, specifically dedicated to the teaching of Sociology in the Education of Young and Adults, having as locus the E.E.M. Dr. José Euclides Ferreira Gomes Júnior, located in the district of Jordão, in Sobral - CE. The proposal for this research is to analyze the Teaching of Sociology in EJA and, from this analysis, to develop teaching strategies structured in an action plan that makes it possible to work in sociology classes, methodological practices that contribute to the teaching of sociology and better understanding of the discipline in the EJA modality. A qualitative approach was chosen with the use of different techniques, among them: semi-structured interviews, observations and conversation circles, which contributed to obtaining the results of this research. As this is a qualitative research, it was developed based on a theoretical framework, having as some of the contributions Moreno (2008), Freire (1996), Bariane (2004), Dubet (2008), Gasparin (2011), Tomazi (2004) ), Sarandy (2001), Handfas (2009) and Saviani (2009), which provided a dialogue between the teaching of Sociology and the Education of Young and Adults, allowing us to perceive problems, as well as possibilities for improvements for the teaching of Sociology. From the students' participation in discussions regarding the methodologies, practices and contents applied in the classes of this discipline and the contribution of the dialogues undertaken with the teacher of this modality, it was possible to build a practical basis for the accomplishment of this work. Finally, based on the analyzes carried out, an action plan was developed with the organization of contents and themes that can be worked on in Sociology classes, with the purpose of contributing to the advancement of teaching and to a better understanding of this discipline by the target audience.

**Keywords:** Young adult education; teaching sociology; learning

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABE	Associação Brasileira de Educação
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CNE	Conselho Nacional de Educação
DCNs	Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação
EJA	A Educação de Jovens e Adultos
ENCEJA	Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FHC	Fernando Henrique Cardoso
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização
MOVA	Movimento de Alfabetização
OCNs	Orientações Curriculares Nacionais
PCA	Professor Coordenador de Área
PDT	Professor Diretor de Turma
PEC	Plano de Execução Curricular
PNCs	Parâmetros Curriculares Nacionais
PPC	Proposta Pedagógica Curricular
PPP	Projeto Político Pedagógico
PNLD	Programa Nacional do Livro Didático
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PROFSOCIO	Mestrado Profissional de Sociologia
SAEB	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica
SEA	Serviço de Educação de Adultos
SEDUC	Secretaria de Estado de Educação
SIGE	Sistema Integrado de Gestão Escolar
SPAECE	Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UVA	Universidade Estadual Vale do Acaraú

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	10
1.1	<b>Relações com o campo de pesquisa</b> .....	13
1.2	<b>Revisões de literatura</b> .....	17
1.3	<b>O ensino de sociologia</b> .....	23
1.4	<b>Metodologia</b> .....	28
1.5	<b>Observações no Campo de Pesquisa</b> .....	33
<b>2</b>	<b>EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: CONTEXTO HISTÓRICO, DESAFIOS E POSSIBILIDADES</b> .....	39
<b>3</b>	<b>ENSINO DE SOCIOLOGIA E EJA</b> .....	57
3.1	<b>Os estudantes da EJA e a escola</b> .....	62
3.2	<b>Os locutores da pesquisa: Concepções e perspectivas</b> .....	70
<b>4</b>	<b>SOCIOLOGIA: PRÁTICAS, ESTRATÉGIAS E METODOLOGIA DE ENSINO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS</b> .....	78
4.1	<b>Dimensões históricas da Sociologia e apresentação dos clássicos</b> .....	81
4.2	<b>As instituições sociais e a adequação dos indivíduos em seus grupos</b> .....	85
4.3	<b>Culturas: entre o olhar antropológico e a lógica capitalista</b> .....	87
4.4	<b>Trabalho: A inserção no mercado e as desigualdades sociais</b> .....	90
4.5	<b>Relações de poder e um olhar para a diversidade</b> .....	92
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	97
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	100

## 1 INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos consiste em uma modalidade de ensino da educação básica fundamental e média inserida na educação brasileira a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96 (BRASIL, 1996), com o propósito de atender às pessoas que, por algum motivo, não conseguiram concluir os estudos na faixa etária adequada e que encontram nesse formato de ensino uma possibilidade de efetivar a conclusão do Ensino Fundamental ou Médio.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) acolhe o público que, por diversas razões, teve o direito à educação negado, gerando uma necessidade retornar mais tarde às instituições de ensino em busca de concluir sua escolaridade. Geralmente, são pessoas já inseridas no mundo do trabalho ou que nele esperam ingressar e que visam ascensão social ou profissional.

Alguns dos fatos relevantes sobre o motivo da falta de acesso aos estudos na faixa etária adequada se referem a situações como a batalha por parte dos jovens que são filhos de trabalhadores do campo ou originários das periferias, os quais precisam, em muitas situações, abandonar a escola pelas muitas dificuldades que surgem.

De acordo com a Plataforma Juventude, Educação e Trabalho, três principais motivos fazem os jovens de 14 a 29 anos abandonarem as escolas ou não concluírem o ensino médio. Segundo a pesquisa apresentada, 39,1% dos jovens brasileiros abandonam a escola para trabalhar, seja por pressão dos pais ou iniciativa própria para ajudar a família, 29,2% dos jovens revelaram não ter interesse em seguir com os estudos e 9,9% das jovens deixaram de ir à escola por motivo de gravidez, sabendo também nesse contexto que a gestação é vista como um evento não planejado ou fruto de violência ou ausência da educação sexual.

Delimitou-se como princípio da pesquisa a análise do Ensino de Sociologia na EJA e a formação escolar dos jovens e adultos que frequentam essa modalidade. Para isso, utilizei como base teórica autores (as) como: Moreno (2008), Freire (1996), Bariane (2004), Dubet (2008), Gasparin (2011), Tomazi (2004), Sarandy (2001), Handfas (2009) e Saviani (2009), os quais embasaram as análises da pesquisa, sendo alicerces do que se propõe a discutir nos capítulos, a fim de fundamentar uma discussão mais aprofundada acerca da temática.

Assim como a Sociologia, a EJA possui em seu histórico lutas por afirmação e reconhecimento na Educação do país. Nota-se que os preconceitos e desafios são constantemente presentes tanto na disciplina de sociologia quanto na modalidade EJA. Tendo isso em vista, e em consonância com a proposta do PROFSOCIO, pretende-se, com esta pesquisa, analisar o Ensino de Sociologia na EJA e, a partir dessa análise, elaborar estratégias

de ensino, organizadas em um plano de ação que possibilite trabalhar nas aulas de sociologia, práticas metodológicas que contribuam para o ensino de sociologia e melhor entendimento da disciplina na modalidade EJA, destacando práticas metodológicas com a finalidade de contribuir para o avanço do ensino e para uma melhor compreensão dessa disciplina pelo público contemplado.

Nesse panorama, delimitou-se como lócus da pesquisa a Escola de Ensino Médio Dr. José Euclides Ferreira Gomes Júnior, localizada no distrito de Jordão, em Sobral - CE. A escola se encontra a mais ou menos 14 km da sede da cidade Sobral e, segundo o censo realizado pelo IBGE (2010), o referido distrito conta com uma população de 5.012 habitantes.

O corpo discente da referida escola tem, em média, um total de 350 alunos e o corpo docente formado por 20 professores, dos quais 11 são efetivos e 9 temporários. Ela é a única instituição de Ensino Médio do distrito de Jordão e recebe adolescentes, jovens e adultos de toda a zona rural, distribuídos em três turnos: 05 turmas no turno da manhã, 04 turmas no turno da tarde e 02 turmas de EJA (Educação de Jovens e Adultos) à noite, tendo assim um quantitativo de estudantes dessa modalidade, 28 matriculados (as) na turma A e 20 na turma B.

Os alunos matriculados na EJA são provenientes da zona rural da Serra do Rosário, composta pela sede do distrito de Jordão, Baracho e localidades vizinhas, que se caracterizam por seus moradores oriundos da classe trabalhadora. De acordo com as informações disponibilizadas pela secretária da escola, foi possível observar, a partir da documentação de matrícula dos alunos, que 70% dos estudantes da referida instituição recebe auxílios do governo através do programa Bolsa Família.

Ainda segundo as informações disponibilizadas pela secretária, uma parcela considerável dos (as) alunos (as) são maiores de idade, mas também há alguns menores em uma faixa etária entre 15 e 17 anos; eles trabalham ajudando os pais na agricultura familiar para complementar o sustento da família, pois a maioria das famílias são agricultoras e autônomas; outra parcela trabalha na empresa Grendene em Sobral, inserida no ramo da indústria de calçados. O fator trabalho é um dos motivos pelos quais alguns estudantes não podem estudar no período regular, o que configura um dos diferenciais da EJA. Verifica-se, então, que o público dessa modalidade na escola não se constitui somente de pessoas adultas ou idosas: a maioria são jovens que passam o dia trabalhando e só podem estudar à noite.

É importante entendermos, nesse contexto, as metodologias e estratégias de ensino da disciplina de Sociologia para a Educação de Jovens e Adultos, restituindo constitucionalmente o que historicamente foi negado a essas pessoas que representam uma grande diversidade cultural, política e social (BRASIL, 1996). Assim, tem-se um estudo que se

concretiza em reflexões sobre a realidade na qual esse público está inserido, levando em consideração que os estudantes devem ser percebidos como sujeitos sócio-histórico-culturais, que trazem seus próprios conhecimentos advindos de suas experiências de vida. Esses alunos possuem, em suas trajetórias, tempos específicos de formação a serem respeitados, já que precisam também passar por readaptações a novas aprendizagens no processo de ensino escolar, de modo a relacioná-las com seus cotidianos.

É relevante destacar que “pensar na formação do professor de jovens e adultos, no atual contexto socioeconômico, político e cultural, exige uma avaliação e uma revisão da prática educativa e da formação inicial e continuada desses educadores” (MOURA, 2009, p.48). Desse modo, rever as metodologias e a formação continuada do professor é essencial, em que segundo Freire (1996, p. 27) “o papel do educador não é só ensinar os conteúdos básicos, mas dar oportunidades ao educando tornar-se crítico e através da leitura compreender o que acontece no seu meio, não apenas ler sem um contexto, tornando-se uma leitura mecânica”.

Sendo assim, o interesse pela pesquisa se deu a partir de inquietações oriundas do intuito de conhecer como se dá o ensino de Sociologia na EJA, visto que, entre os anos 2015 a 2017, estive à frente dessa modalidade como professora na instituição pesquisada e pude vivenciar a experiência de fazer parte do processo de formação escolar de algumas turmas.

Em 2020 adentro nesse campo não mais como professora dessa modalidade, mas sim como pesquisadora, vivenciando a experiência de estar em uma posição de aproximação, sabendo, no entanto, que ao mesmo tempo era preciso exercer o distanciamento entre aqueles sujeitos, de modo que a partir de um olhar distanciado pudesse compreender todo aquele contexto.

As questões já apresentadas me instigaram a investigar sobre: como o ensino de Sociologia é trabalhado na EJA? Como os alunos veem a importância dessa disciplina em suas vidas? Qual é a valorização dada a essa disciplina no currículo de ensino? Quais metodologias são aplicadas? Quais recursos os docentes dispõem para prover aprendizagens significativas?

Além desses questionamentos e anseios que provocaram o interesse por esta pesquisa, o cotidiano vivido na instituição pesquisada e as observações realizadas geraram outras questões, tais como: como os alunos dessa modalidade se sentem em relação aos das turmas regulares da escola? Como analisar e compreender o contexto da questão social no cotidiano escolar e a representatividade da disciplina de Sociologia para os alunos da EJA? As respostas para essas perguntas estão presentes na elaboração dos capítulos deste trabalho.

Em se tratando dos estudantes da EJA, alcançá-los, de forma a contribuir para a sua aprendizagem e inclusão no meio escolar, é um dos nossos desafios. Assim como colaborar

para que as aulas e os conteúdos trabalhados na disciplina de Sociologia sejam aplicados com materiais didáticos direcionados a esse público de modo a proporcionar melhor aprendizagem e entendimento do que é trabalhado em sala.

### **1.1 Relações com o campo de pesquisa**

Partindo das minhas percepções enquanto professora, por pertencer ao espaço escolar da instituição pesquisada, mas, principalmente, por já ter vivenciado experiências com a modalidade EJA, considero importante pesquisar esse meio de ensino para entender como se dá a relação dos alunos com a disciplina de Sociologia, quais recursos são usados como material didático, entre muitas outras questões também relacionadas às dificuldades do sistema educacional. Com isso, senti-me inquieta em pesquisar as atuais turmas da Escola Dr. José Euclides Ferreira Gomes Junior, dissertando sobre esse tema.

Propus-me, então, a desenvolver esta pesquisa, motivada pelas experiências vivenciadas como professora da referida escola e com o intuito de aprofundar-me sobre a realidade da Educação de Jovens e Adultos no distrito em que trabalho.

Entendo que as definições dos estudantes na sala de aula, assim como a relação com a escola, devem ser percebidas de forma diversificada e questionadora pelos profissionais da educação. Destarte, coloco-me nesse cenário enquanto educadora e também pesquisadora, para contribuir com estudos e análises que proponham buscas por conhecimento e realizações tanto para o ensino quanto para a pesquisa.

Inspirada por Tardif e Moscoso (2018), em uma análise sobre o educar e pesquisar, ressalto a importância de algumas questões referentes ao profissional de educação em não se contentar em seguir “receitas” ou “aplicar” conhecimentos sem se utilizar da reflexão sobre a ação enquanto educador. Essa ação precisa ser construída com embasamento de experiência e competências que contribuam para gerir a prática e torná-la mais autônoma em um ambiente profissional ou no processo de construção dele. “O professor não pode ser considerado um técnico que aplica conhecimentos aprendidos na universidade ou um funcionário que segue métodos pedagógicos impostos por um ministério” (TARDIF; MOSCOSO, 2018, p. 5).

É importante ressaltar a construção do vínculo reflexivo do professor com o seu trabalho, pois a capacidade de refletir sobre a ação enquanto educador permite uma aprendizagem contínua, interagindo diretamente com o agir profissional.

Sendo assim, é imprescindível a coerência do papel que designamos como professor e pesquisador do espaço onde trabalhamos. “O atuar profissional passa por lidar com as capacidades reflexivas de alto nível: relato da prática, tomada de distância crítica, pausa na ação para pensá-la melhor, reflexão-na-ação” (TARFID, 2018, p. 10).

No entanto, é evidente que é preciso levar em consideração o que define as chamadas novas práticas da docência, de modo a abordar as dificuldades que acompanham o processo de atuação, decomposição e recomposição do ofício docente, pois este está em constante transformação e readequação nas práticas cotidianas das ações profissionais de um educador em exercício de sua função.

Desde agosto do ano de 2012, faço parte do corpo docente da escola em estudo. Neste espaço, vivenciei cotidianamente diversas experiências e transformações que me estimularam a querer conhecer de perto questões referentes a como se desenvolve o trabalho de ensino nas turmas da EJA, de forma direcionada mais precisamente à disciplina de Sociologia.

É importante ressaltar o quanto essas vivências e experiências influenciam na minha identidade enquanto professora e pesquisadora. Tal como Pesce, André e Hobold (2013), tento compreender o professor como o profissional que ministra aulas e que se envolve em diversas facetas educacionais, e que é imprescindível que esteja apto a diagnosticar, levantar proposições, buscar fundamentação teórica e análises reflexivas, com o intuito de melhor realizar o seu trabalho docente. Essas requisições fazem parte de uma realidade complexa na qual construímos essa função, de modo que essas ações se entrelaçam na questão identitária do ser professora e pesquisadora no mesmo espaço, sabendo que essa integração se refletirá tanto no processo de ensino quanto nas análises que serão realizadas.

Atualmente, atuo como professora de Sociologia, Filosofia e Geografia do ensino básico nos turnos manhã e tarde, no entanto, entre os anos de 2013 a 2020 também estive na função de Professor Coordenador de Área (PCA). Essa função consiste em coordenar os estudos semanais do campo do qual se faz parte e é tida também como um apoio ao trabalho docente para auxiliar os professores da escola da rede pública estadual em suas áreas específicas de conhecimento.

Na escola, a formação das áreas do ensino básico divide-se em três: Ciências Humanas, Linguagens e Códigos, e Ciências da Natureza, que é vinculada à Matemática. Cada uma delas possui um PCA para coordenar sua área específica. Por fazer parte do grupo de professores de ciências humanas, coordeno e acompanho o trabalho dos docentes dessa área, incluindo o professor da turma EJA.



Como membro deste espaço chamado escola pública, participo e me deparo com situações diversas na instituição. O convívio neste espaço educacional não se dá de forma homogênea nem igualitária, pois cada frequentador possui sua história e sua vida externa e, portanto, vivencia experiências que influenciam suas ações, procedimentos e visões sobre para quê e por que frequentá-lo.

Lecionar várias disciplinas no ensino regular é desafiador, no entanto, vale lembrar que, além dessa experiência, nos anos de 2015, 2016 e 2017 tive também a oportunidade de ser professora na Educação de Jovens e Adultos na mesma instituição. Foi uma experiência totalmente diferente do que já havia vivido enquanto docente, já que, além da diferença de público frequentador, a diversificação desse trabalho exige do professor que ele se reinvente ao trabalhar a área de humanas em um modelo diverso do ensino regular, pois não se assume somente uma disciplina, mas sim as quatro disciplinas pertencentes ao currículo escolar: Sociologia, Filosofia, História e Geografia. Deparei-me, portanto, com um diferencial de ensino num modelo e abordagens distintas, com outro público e modalidade, bem como outras questões no que se refere à instituição escola e comunidade escolar.

Como professora da referida escola há nove anos, percebo que a evasão é um fator que contribui para que os moradores da região da Serra do Rosário encontrem-se fora da faixa etária escolar e retornem à escola depois, pretendendo concluir o ensino básico. Acompanho cotidianamente essa realidade na qual os alunos desistem do ensino regular durante o dia alegando que não podem conciliar estudo e trabalho e, por isso, precisam estudar no turno da noite, que obrigatoriamente será na EJA devido ao fato de a escola somente disponibilizar nesse turno a modalidade EJA e também pela agilidade do tempo para terminar Ensino Médio.

Diante disso, fico a refletir sobre nós, educadores, e nossas práticas docentes e percebo quantas vezes esquecemos que estamos diante de uma diversidade e nos posicionamos intransigentemente querendo que nossos alunos tenham os mesmos comportamentos, as mesmas opiniões e os mesmos objetivos. É necessário despertarmos para o entendimento de que, por mais que seja difícil lidar com isso, talvez precisemos reavaliar nossas posições e tentar nos libertar da visão que toma os diferentes como iguais ou que os estigmatiza pelas suas diferenças. Desse modo, percebo a importância desse estudo sobre como a Sociologia é lecionada para o público da EJA, pesquisando e acompanhando diversas questões referentes a essa modalidade.

As observações e análises deste trabalho partem do pressuposto de que nós, educadores, nos deparamos no ambiente escolar com situações que vão além da nossa responsabilidade de lecionar. Estar com os estudantes todos os dias é bem mais do que exigir-

lhes resultados e aprendizagem, é conhecer um pouco da vida de cada um, é ter acesso a problemas particulares, familiares, sentimentais, sociais, econômicos, enfim: realidades que influenciam nos resultados e nos comportamentos dentro da escola.

Portanto, é preciso que conheçamos nosso público para que possamos reavaliar nossos métodos, práticas e posicionamentos, ainda mais em se tratando da modalidade EJA, que apresenta muitas diferenças e desafios presentes no contexto da aprendizagem. Faz-se necessário, então, um compromisso de focar em abordagens significativas quanto à forma de ensino e suas relações com os estudantes pesquisados.

Um dos motivos significativos desta pesquisa diz respeito a uma questão pessoal que, de certa forma, não há como desvincular de mim: trata-se de vivenciar a experiência de perceber o espaço que, até então, era enxergado como habitual pelo contato de oito anos contínuos, situação que me proporcionava a sensação de me sentir parte dele. Ao iniciar as visitas, comecei a entender que precisaria exercitar um novo olhar e compreendê-lo como um local de pesquisa – o que parecia família, precisaria ir além dessa familiaridade para ir descortinando outras percepções enquanto pesquisadora, contemplando os fenômenos e dinâmicas internas e externas à escola.

O olhar do pesquisador em exercício de distanciamento é um tema sobre o qual se deve refletir e, ao me colocar na posição de pesquisadora, utilizo-me dos escritos de Lemos (2017) em relação aos mesmos questionamentos pontuados pelo autor acerca da importância da análise de como uma pesquisa realizada por um pesquisador membro da organização não deve ser motivo que atrapalhe a pesquisa científica. Ou seja, por fazer parte do objeto estudado, se faz necessária uma reflexão na medida em que o objetivo é não comprometer os resultados da pesquisa e que, mesmo diante dessa circunstância, o pesquisador não se livra da necessidade de utilizar o estranhamento nas questões observadas. Somos advertidos ao cuidado, que talvez precise ser redobrado quanto ao risco de se sentir conhecedor do espaço pesquisado. Precisa-se, portanto, entender que:

Com um exercício crítico apurado, é muito provável que ele terá de passar pelo processo de retirar suas lentes (e, nesse caso, as lentes já são utilizadas por alguém que é membro da própria organização em que o objeto está inserido sujeito a vícios típicos dessa condição). E remover essas lentes exigirá do pesquisador, nesse caso específico que estamos analisando, implicará em se abster de preferências pessoais, o natural engajamento que pode existir em sua atuação naquela organização e mesmo questões relacionadas ao vínculo profissional. Por outro lado, insistimos com a ideia de se fazer o processo inverso do que se apresenta normalmente nas pesquisas a partir desses pontos. Ele pode iniciar com o desentranhamento. Uma vez que está imerso já no campo de pesquisa, por ser não um observador-participante, mas um efetivo participante da organização em que está inserido o objeto, o pesquisador terá de, em algum momento, proceder o necessário deslocamento e ‘sair’ de dentro do campo, e

evidentemente precisará fazer com a ajuda de autores, da mesma forma que faria um outro pesquisador não inserido no campo. (LEMOS, 2017, p. 23).

A referida pesquisa também possui relevância social, haja vista que o espaço escolar cumpre uma responsabilidade de oportunizar a formação dos discentes que a frequentam, partindo de um elo entre aprendizagem e construção humana do seu público, de modo a conduzir o desenvolvimento dos estudantes através de métodos e estratégias, proporcionando melhores condições de aperfeiçoamento de formação e relação entre os discentes e a instituição. Já no que diz respeito à modalidade EJA, considero importante o despertar para uma melhor visibilidade para esse público, sendo imprescindível a valorização e o respeito com os estudantes que a frequentam.

## **1.2 Revisões de literatura**

Sabe-se que a instituição escolar possui um papel social de trabalho em conjunto com a busca por conhecimento científico e que esse compromisso deve ser construído com o objetivo de prezar pela formação educacional dos que a frequentam como estudantes, ou seja, essa ação também envolve o processo de humanização das pessoas. Partindo disso, nota-se a importância de conhecermos um pouco mais sobre o ensino de Sociologia na Educação de Jovens e Adultos (EJA), buscando observar ações que abarquem a escolarização dos frequentadores dessa modalidade e conhecer o perfil destes alunos, bem como a sua relação com a referida disciplina.

Para tanto, inicialmente, foi realizado um breve levantamento do Estado da Arte de pesquisas no campo das Ciências Sociais que se aproximam da temática EJA, tendo como evidência a disciplina de Sociologia nessa modalidade. Pretendo, assim, apresentar um panorama sobre as produções de pesquisas acadêmicas referentes ao tema trabalhado e sobre a relevância dessas análises no campo científico.

Ao buscar pesquisas sobre o tema, têm-se os objetivos de diagnosticar se essa questão vem sendo trabalhada no decorrer dos anos e, se sim, como isso tem ocorrido, e de descobrir os tipos de textos, trabalhos, artigos e conteúdos que se aproximam sociologicamente desse objeto. Em algumas produções acadêmicas, é possível encontrar variados trabalhos sobre as temáticas propostas nesta pesquisa, mesmo que alguns estejam direcionados às perspectivas pedagógicas ou focados em outros direcionamentos do meio escolar, sem se referir diretamente ao ensino de Sociologia. As análises sobre educação e questões escolares possuem uma extensa

produção, porém as abordagens direcionadas à proposta do estudo que pretendo realizar ainda são limitadas.

Na busca por literaturas relacionadas à questão de ensino e aprendizagem na EJA, encontram-se autores que, assim como eu, sentiram a necessidade de discutir as representações de métodos educativos nas escolas, como Possa, Silveira e Revelante (2007), cuja pesquisa realizada na rede pública em Santa Maria (RS) discute a reprodução de técnicas educativas que se originam na percepção de que muitos professores relacionam a caracterização de seus alunos à dificuldade de aprendizagem.

Os autores definem essas ações como “práticas educativas segregacionistas”, que conceituam os alunos como uma “comunidade homogênea” sem levar em conta as “diferenças individuais”. As diferenças precisam ser levadas em consideração quando se trata do público que frequenta a EJA - alunos fora da faixa etária -, visto que alguns deles já estão há muito tempo fora da escola e, por algum motivo, resolveram ou precisaram retomar os estudos. Esses estudantes geralmente trabalham e vão para a aula fatigados e exaustos do dia que tiveram, além de apresentarem o problema do baixo índice de frequência devido aos contratempos que surgem e fazem com que faltem às aulas.

Enfim, muitas são as questões que podem e devem ser abordadas, e é preciso também levar em consideração o formato de ensino dessa modalidade em relação às disciplinas lecionadas. Partindo disso, existe uma necessidade de tentar compreender a questão das aulas de Sociologia para os alunos em questão.

Gomes, Carnielli e Assunção (2004) apresentam um artigo que caracteriza a educação de jovens e adultos (EJA) por uma percepção de que essa educação é geralmente “estratificada” e possui um ensino com uma base curricular muito menor, já que, enquanto o ensino médio regular requer três anos para ser concluído, o ensino na EJA se conclui em dois anos ou em módulos semestrais com duração total de um ano e meio.

No entanto, a EJA é percebida como uma democratização educacional por ser considerada mais acessível ao grupo de pessoas que almeja o término do ensino médio em um tempo menor, visando o mercado de trabalho, já que alguns deles retornam à escola por uma exigência do trabalho no qual já estão e que requer que deem continuidade aos estudos para serem mantidos em suas funções. Há ainda os indivíduos que almejam melhores condições no mercado de trabalho e encontram na volta aos estudos uma expectativa de mudança em suas vidas.

Os autores apontam que a educação de jovens e adultos é vista de forma estigmatizada, como uma “educação de segunda classe”. Essa rotulação, além de acontecer no

meio educacional, também se estende ao mercado de trabalho e faz com que a EJA seja considerada insuficiente para competir por vagas com os cursos superiores. Em pesquisa realizada em 2008 a respeito da procura dos jovens pela EJA, Moreno (2008) declara que, de acordo com o Inep, a partir de 2001 começou a aumentar o número de jovens entre 15 e 25 anos que se matriculam nos cursos de EJA para continuarem seus estudos. O autor esclarece que não existe um motivo específico para que isso esteja acontecendo, no entanto, enfatiza que estes jovens não estão na idade aceitável e provavelmente muitos deles sofreram preconceitos e reprovações, entre outros processos de exclusão da escola regular.

Temos, assim, diversos fatores que provocam a presença juvenil na Educação de Jovens e Adultos e me despertam o interesse em fazer uma análise sobre o público que frequenta a EJA para incluir a percepção deles em relação aos conteúdos estudados na disciplina de Sociologia nessa modalidade de ensino.

Por conta da dificuldade de encontrar estudos direcionados ao ensino de Sociologia na modalidade EJA, é preciso analisar dilemas sobre a presença da disciplina nesse modelo de ensino. Penso que tanto professores como pesquisadores da educação de jovens e adultos devem refletir sobre questionamentos tais quais: como esses jovens percebem a importância da Sociologia na EJA? Qual é a importância ou sentido de estudá-la? Ela pode contribuir para seus estudos e sua vida? Quais transformações acontecem diante das problemáticas e práticas que vivem como alunos da educação de jovens e adultos?

O intuito desses questionamentos precisa ser levado à tona, pois ao atuar no cotidiano escolar com educadores nota-se uma supervalorização de algumas disciplinas e desvalorização das outras, e na modalidade EJA não é diferente. Enquanto professora, já lecionei alguns anos nesse formato de ensino e é perceptível como os alunos muitas vezes interiorizam a noção de que Sociologia é uma disciplina que não precisa de muita dedicação para seu entendimento e que não é produtiva para sua aprendizagem ou possui importância no currículo escolar.

Para alguns alunos, a Sociologia é uma disciplina que não reprova e que se ele faltar não vai ter desfalques na aprendizagem. No entanto, as discussões e análises de texto sempre deixam a desejar por conta do déficit na leitura e interpretação textual ou até mesmo pelo cansaço mental do dia de trabalho, que contribuem para que o despertar do interesse deles pelas discussões nas aulas seja um desafio profissional que requer inovações nas metodologias. Enfim, muitas são as dificuldades que enfrentamos e que precisam ser examinadas e analisadas. Por isso, entendo que é interessante pesquisar e conhecer essa modalidade e compreender como

está a percepção dos alunos que a frequentam, bem como a forma pela qual o professor da referida disciplina percebe a questão da Sociologia em suas aulas.

Rocha (2012), no “X Seminário de Ciências Sociais na Universidade Estadual de Maringá”, declara sua preocupação acerca da importância do despertar de um olhar especial direcionado à relevância da Sociologia e sua contribuição para o ensino da Educação de Jovens e Adultos, principalmente no que se refere às questões de alienação. Em se tratando do direito à informação e à busca por conhecimentos, ela evidencia a importância de levantar discussões sobre o preconceito e discriminação relacionados à idade de “se estar” ou “voltar à escola”. Enfatiza ainda a necessidade de instigar os jovens e adultos ao conhecimento sobre os direitos que cada um possui, de se sentirem inseridos nas relações sociais e no meio escolar, mesmo quando estão fora da faixa etária, de maneira que essa situação não seja empecilho para o sonho de voltar a estudar ou até mesmo de cumprir as necessidades de que o mercado de trabalho exige.

A autora nos leva a refletir sobre a importância do ensino de Sociologia nas turmas de EJA para além de uma disciplina, diagnosticando a importância do seu entendimento como ciência que desenvolve um pensamento crítico sobre a sociedade, bem como sua contribuição com informações a respeito da estrutura e das relações, além da “formação da cidadania” ou “conscientização” sobre a alienação na inserção nas relações sociais. É-nos apresentada, então, uma advertência sobre o ensino da disciplina na modalidade que estamos pesquisando: segundo ela, ensinar Sociologia é, acima de tudo, “desenvolver uma nova postura cognitiva no indivíduo”, definido por ela como um aspecto humano essencial dessa disciplina (ROCHA, 2012, p. 223.).

Tendo em vista a relevância da Sociologia como ciência e disciplina capaz de contribuir para a formação e conscientização de jovens no contexto da Educação Básica, Fabiana Rocha (2012) nos remete a uma reflexão sobre sua contribuição não apenas para os alunos da modalidade regular, mas especialmente para os jovens e adultos que compõem a modalidade EJA. Apresenta, assim, a EJA como uma das modalidades instituídas na educação básica, propondo-nos diversas questões e dilemas, sobretudo no que diz respeito à sua permanência como categoria de ensino.

As produções bibliográficas encontradas propõem percepções fragmentadas no que se refere à concepção sociológica sobre o assunto e verifica-se que a maioria das abordagens está direcionada a questões pedagógicas ou metodológicas, fazendo-nos diagnosticar um desfalque de material teórico com análises sobre o ensino de Sociologia e a temática deste projeto. Ressalto, com isso, a relevância deste estudo, visto que mesmo realizando pesquisa em

sites de bibliotecas virtuais e google acadêmico em busca de dissertações, trabalhos acadêmicos ou artigos que abordassem essa temática, poucos foram encontrados.

Saviani (2005) nos adverte sobre o homem produzir sua existência e sobre o papel transformador da educação em diversas modificações históricas da sociedade, inclusive quanto à “dependência da educação em relação à política” (SAVIANI, 2005, p. 95). Nesse sentido, é importante ressaltarmos o diferencial do ensino de Sociologia na formação dos estudantes, independentemente de fazerem parte de uma modalidade regular de ensino ou da EJA. Por isso, proponho a análise e a valorização do resgate do ensino dessa disciplina em diferentes categorias e a sua inclusão em nossas pesquisas e estudos.

Tendo como base a percepção de Freire (1996), compreende-se que uma das qualidades que a autoridade docente democrática deve revelar em suas relações com as liberdades dos alunos é uma segurança em si mesma que possibilite transformar o desempenho dos estudantes, incentivando-os e acreditando na capacidade de cada um. Isso indica que é por meio da ação “facilitadora” do educador que é possível alcançar mudanças positivas na aprendizagem dos alunos.

Destarte, somos instigados a refletir sobre questões referentes à educação e aos requisitos exigidos pela sociedade contemporânea. Observa-se que a escola é distinguida como uma instituição que possui uma responsabilidade social de contribuir para o conhecimento implicado na ciência, mas que deve interferir qualitativamente na realidade dos educandos para exercer também a cidadania.

Essas condições devem fazer parte de uma forma significativa de construção da equidade. Entretanto, alguns autores questionam o papel que essa instituição vem desempenhando na sociedade. Silva (1995) nos adverte sobre o fardo que a escola carrega em ter que transmitir os ideais de modernidade para a sociedade:

A educação escolarizada e pública sintetiza, de certa forma, as ideias e os ideais da modernidade e do iluminismo. Ela corporifica as ideias de progresso constante através da razão e da ciência, de crença nas potencialidades do desenvolvimento de um sujeito autônomo e livre, de universalismo, de emancipação e libertação política e social, de autonomia e liberdade, de ampliação do espaço público através da cidadania, de nivelamento de privilégios hereditários, de mobilidade social. A escola está no centro dos ideais de justiça, igualdade e distributividade do projeto moderno de sociedade e política. Ela não apenas resume esses princípios, propósitos e impulsos; ela é a instituição encarregada de transmiti-las, de torná-los generalizados, de fazer com que se tornem parte do senso comum e da sensibilidade popular. A escola pública se confunde, assim, com o próprio projeto da modernidade. É a instituição moderna por excelência. (SILVA, 1995, p. 1).

É importante ressaltar a crítica tecida pelo autor em relação à escola e à seletividade conduzidas pela modernidade. De certa forma, a escola possui uma função reprodutora da sociedade desigual na qual se insere, no entanto vale ressaltar que, para além disso, ela também pode ser transformadora ou ser espaço para lutas onde se possam construir processos de transformações. Isso nos chama atenção para recorrermos a uma busca por análises do ensino de Sociologia na EJA, partindo do pressuposto de que, se essa disciplina possui inúmeras dificuldades, incluindo sua luta pela permanência no currículo escolar da educação, pensá-la em relação à Educação de Jovens e Adultos é bem relevante, pois esse público, assim como outros, precisa ser alcançado por ela e pelas demais disciplinas.

Diante dos questionamentos que me inquietam sobre a pesquisa realizada, tenho como objetivo compreender a importância de discutir, analisar e também conhecer como se dá esse ensino. Sinto-me instigada a tentar distinguir as estratégias na referida escola para conhecer melhor o perfil dos alunos que frequentam esse turno escolar, ressaltando também o caráter reduzido da carga horária, em que os três anos do Ensino Médio são reorganizados em módulos de seis meses, cada um correspondendo a um ano letivo do ensino regular, com duração total de um ano e meio.

A Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade de ensino criada pelo Governo Federal que perpassa todos os níveis da Educação Básica do país, destinada aos jovens e adultos que não tiveram acesso à educação na escola convencional na idade apropriada, permitindo que o estudante retome os estudos e os conclua em menos tempo. A EJA tem um andamento histórico, marcado pela trajetória de ações e programas destinados à Educação Básica, ligados a programas de alfabetização para o combate ao analfabetismo. Com a aprovação da LDB 9394/96 e das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação de Jovens e Adultos, Parecer nº 11/2000, sendo caracterizada como modalidade da educação básica que corresponde ao atendimento dos que não frequentaram ou não concluíram a educação básica. O aprofundamento sobre o contexto histórico, diretrizes e organização da modalidade EJA apresentar-se-á no primeiro capítulo deste trabalho.

De acordo com a Secretaria de Educação SEDUC, as orientações sobre o formato de ensino se referem às diferentes formas pelas quais ele pode acontecer, inclusive presencial ou à distância, sendo dois anos o tempo médio de conclusão do curso presencial. No entanto, ressalta-se também a possibilidade de que cada série seja concluída em módulos de seis meses, de modo que Ensino Médio pode ser concluído em um ano e meio, com quatro horas diárias de aula, de segunda à sexta-feira.



### 1.3 O ensino de sociologia

Sabe-se que o ensino de Sociologia é perpassado por uma série de obstáculos em seu processo de inserção e permanência na educação básica e, ainda hoje, permanece uma constante luta de resistência na história da Educação. Guimarães (2012) apresenta uma análise na qual discute a trajetória histórica da Sociologia no ensino secundário no Brasil, descrevendo o processo de transformação marcado por luta a partir dos anos 1980 até a promulgação da Lei 11.684, em 2008, que demonstra a intermitência dessa disciplina no currículo da Educação Básica. A autora apresenta a trajetória da Sociologia no nível médio e a construção histórica marcada por um movimento que ora inclui a Sociologia na sala de aula e ora a exclui. Em um determinado momento ela faz parte do currículo regular, em outro se encontra em condição facultativa. Essa variante de circunstâncias acarretou uma série de consequências para o ensino da disciplina, entre elas a carência de material didático produzido especificamente para esse nível de ensino, bem como outras questões que envolvem a docência de Sociologia nas diferentes modalidades.

Segundo Soares (2009), a contínua batalha pela sua permanência no ensino básico e pela sua valorização no meio acadêmico se deve ao fato de continuarem existindo grupos contrários à presença da Sociologia no ensino médio. Eles têm como intuito desvalorizá-la até mesmo no ensino de nível superior, alegando que a disciplina não traz retorno prático à sociedade.

Em se tratando de questões referentes à disciplina de Sociologia, uma das problemáticas a ser observada no contexto do ensino básico é referente ao livro didático. Ao analisar o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), encontramos questões direcionadas às transformações que vêm ocorrendo no decorrer dos anos em relação à escolha do material didático a ser usado no Ensino Médio. Segundo a edição do PNLD de 2018, os desafios impostos à Sociologia no sentido de preservar a trajetória de consolidação dessa disciplina no ensino básico precisam ser observados em razão de um contexto social e em prol da multiplicação dos campos em debate a ser explorados. Um dos argumentos apresentados se refere ao aumento de interesse e participação por parte dos jovens em temas decisivos na vida em sociedade.

Segundo as informações apresentadas no PNLD, uma parcela significativa desses jovens, além de já trabalhar, já exerce o direito de votar a partir dos 16 anos. Desse modo, é nos mostrado que a formação desses estudantes precisa de preparação para um livre exercício de cidadania, em consonância com as finalidades da Educação Básica expressas pela Lei de

Diretrizes e Bases da Educação Nacional que, nos incisos II e III do art. 35, assegura a “preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando” e “o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico” (PNLD, 2018, p. 7). Acerca da Sociologia, o PNLD também destaca princípios pautados em:

1. Assegurar a presença dos conteúdos das três áreas que compõem as Ciências Sociais: Antropologia, Sociologia e Ciência Política.
2. Respeitar o rigor teórico e conceitual.
3. Realizar a mediação didática.
4. Contribuir para a apreensão do conhecimento sociológico pelo estudante.
5. Garantir a autonomia do trabalho pedagógico do professor. (PNLD, 2018, p. 8).

Ainda em relação às pautas apresentadas no Programa Nacional do Livro Didático, vale ressaltar a ausência de um livro didático de Sociologia para EJA, especialmente considerando a explanação apresentada sobre a importância da disciplina e de um material didático relevante para a aprendizagem dos alunos, que os alcancem além de uma formação para o trabalho e que discuta teorias que incluam o processo de transformação da sociedade, por exemplo:

Estado e mercado, sistema eleitoral e instituições políticas, ações afirmativas e meritocracia, corrupção e patrimonialismo, trabalho e desemprego, raça e etnia, globalização e terrorismo, gênero e sexualidade, partidos e movimentos sociais, cultura e religião, família e educação, juventude e escola, novas tecnologias e desigualdade, meio ambiente e desenvolvimento, indivíduo e sociedade, classes sociais e estratos de renda, senso comum e ciência. (PNLD, 2018, p. 12).

A lista acima sobre os temas mobilizados pela comunidade científica das Ciências Sociais a estarem presentes no material didático do Ensino Médio tem como finalidade levar a obrigatoriedade do ensino de Sociologia, proporcionando criticidade aos jovens, que “já participam da vida política e do mercado de trabalho, o acesso a um conjunto de saberes cientificamente reconhecido por meio de proposta didático-pedagógica condizente a seu estágio de formação” (PNLD, 2018, p. 12). Nas colocações apresentadas por esse documento sobre esse projeto educacional, há uma dinâmica contemporânea dos processos sociais e interação que visa promover um avanço da disciplina de Sociologia em debates que repercutam na vida dos educandos, sempre fazendo uso de discussões direcionadas à “desnaturalização” e “estranhamento” sobre a realidade social.

A partir das abordagens referentes ao Programa Nacional do Livro Didático, é possível observar questões relevantes que realmente precisam ser discutidas, valorizadas,

respeitadas e, principalmente, colocadas em prática pelos educadores que fazem parte do corpo docente do ensino básico do nosso país. Porém, o que me inquieta e intriga é saber que todas as questões apresentadas se referem a jovens e indivíduos que já fazem parte de uma vida social ativa, inclusive legislativa e profissional, e, em momento algum, essa discussão inclui a modalidade em que os seus frequentadores são jovens e adultos que precisam também ser alcançados pelo ensino.

Surge, assim, o incômodo pela escassez de Livro Didático de Sociologia para EJA no PNLD, devido ao fato de que esta modalidade, aparentemente, ainda se encontra desassistida pelo Ministério da Educação ou até mesmo inalcançada pelos movimentos de educação que lutam pela inclusão de todos no processo de formação estudantil.

No aporte teórico, exponho alguns autores que trazem discussões que se aproximam da problemática trabalhada e que contribuíram para a concepção da prática da pesquisa que está sendo realizada. Entendo que esses e outros que ainda aparecerão ao longo deste trabalho são de extrema importância para referenciar a discussão do tema ensino de Sociologia na Educação Jovem e Adulta (EJA).

Vale ressaltar que o estudo proposto sobre o ensino de Sociologia na modalidade EJA precisa ser baseado em teorias e problematizações que se valham de contextualizações, averiguações e críticas encaminhadas por diversos recursos, de modo a atender aos comandos de estudo considerados enriquecedores e melhor adequados à pesquisa realizada.

Inspirada pelos escritos de Norbert Elias (1994) observo as especificações sobre a moldagem do indivíduo na dinâmica social, na qual é construído um processo histórico e social referindo-se às relações de identidade e à dinâmica da sociedade da qual fazem parte. Segundo Bariane (2004):

[...]os empreendimentos simples, volitivos e individuais não ocorrem num vazio de determinações sociais, nem são meras funções de alguma espécie de *necessidade histórica coletiva e extrínseca*. Nesse sentido, ocorre que a sociedade produz o indivíduo e que o indivíduo molda-se em contínua ação com outros indivíduos, o que, assim sendo, influencia – em última instância – a própria forma dinâmica da sociedade. Enfim, a relação *identidade-eu/identidade-nós não* comporta uma oposição excludente, dá-se em termos de *mudanças na balança nós-eu*, estabelecendo um *equilíbrio tenso*, diferenciado conforme a disposição dos termos em cada sociedade, em cada período histórico. (BARIANE, 2004, p. 1, grifo do autor).

Pensar questões de relação social no ambiente escolar é perceber complexidades como as explanadas por Simmel (apud MORAIS FILHO, 1983). Na visão do autor, as categorias e os procedimentos do “processo de sociabilidade” são voltados ao encontro de pessoas em um agrupamento social em que, algumas vezes, ocorrem imposições, objetivos e

exigências da vida moderna, que pode servir como um elo formalista e mediador das circunstâncias comportamentais ou estruturais de acordo com a situação na qual o grupo ou indivíduo se encontre.

Dubet (2008) nos orienta a questionar a existência de uma “Escola justa”, ou seja, a pensar sobre as articulações da igualdade no ambiente escolar, de modo que alguns questionamentos são levantados em relação à escola e sua forma de alcançar a todos, visto que, para Dubet (2008),

a busca de uma escola justa deve suscitar uma nova pergunta: como ela trataria os alunos mais fracos? Reconhece-se uma escola justa pelo fato de que ela trata bem os vencidos, não os humilha, não os fere, preservando sua dignidade e igualdade de princípio com os outros” (DUBET, 2008, p. 551).

Somos induzidos, destarte, a refletir sobre a “injustiça” da reprodução das desigualdades. Nesse sentido, estendo a questão ao foco desta pesquisa, que é a disciplina de Sociologia na EJA. Quando se fala em desigualdades ou estigmas, por falta de aceitação do sistema ou incompreensão sobre a sua importância, a disciplina de Sociologia está presente, independentemente de sua modalidade de ensino. Enfim, assim como as outras disciplinas precisam manter seu espaço, a Sociologia também tem muito a contribuir para a formação de cada discente no ensino básico.

O educando precisa ser “desafiado, mobilizado, sensibilizado” para que perceba relações entre o conteúdo estudado e a vida cotidiana, relacionando-o também com suas necessidades, problemas e interesses (GASPARIN, 2011). Já o professor precisa se interessar por aquilo que os estudantes já conhecem, pois é sua função aprofundar e problematizar as concepções oriundas do cotidiano dos alunos, além de retificar, esclarecer ou reconceituar ações exercidas ou percebidas por eles, dando-lhes a oportunidade de mostrar suas curiosidades, indagações, incertezas e desejos de conhecimentos sobre o assunto a partir do estabelecimento de conexões com a realidade vivenciada por cada um deles (GASPARIN, 2011).

Mészáros (2008) recusa a noção de uma reforma na percepção do ensino ligada exclusivamente às correções marginais. Para ele, a modalidade utiliza-se das reformas educacionais somente para remediar os efeitos desastrosos da ordem produtiva, mas não elimina os “fundamentos causais e profundamente enraizados” da essência da problemática vivenciada no meio educacional. Ainda na concepção do autor, “limitar uma mudança educacional radical às margens corretivas interesseiras do capital significa abandonar de uma só vez,

conscientemente ou não, o objetivo de uma transformação social qualitativa” (MÉSZAROS, 2008, p. 27).

O autor reconhece que a educação institucionalizada nos últimos 150 anos tinha como finalidade principal fornecer condições técnicas e humanas à expansão do capital, o que também contribuiu para instalar valores que legitimam os interesses dominantes e negam alternativas possíveis a esse modelo. Mézáros explica que não basta simplesmente reformar o sistema escolar formal estabelecido, porque isso traduziria apenas uma mudança institucional isolada. “O que precisa ser confrontado é todo o sistema de internalização, com todas as suas dimensões, visíveis e ocultas” (MÉSZAROS, 2008, p. 47).

A educação precisa ser reconhecida, em um entendimento amplo, como um processo contínuo de aprendizagem. “Temos de reivindicar uma educação plena para toda a vida, para que seja possível colocar em perspectiva a sua parte formal, a fim de instituir, também aí, uma reforma radical” (MÉSZAROS, 2008, p. 55).

A reforma na educação é um fator desafiador e fundamental, que necessita ser coerente e sustentado em uma direção alternativa à educação formal, de modo a desprender-se do revestimento da lógica do capital e mover-se em direção a práticas educacionais mais abrangentes para que, através de um processo de redefinição da tarefa da educação formal, tenha-se opções fundamentadas que alcancem toda a sociedade em um direito à aprendizagem e oportunidades de ensino digno propício ao desenvolvimento individual e coletivo dos que precisam estudar. Por isso, é preciso ter em mente que, para além do capital, existe uma ordem social metabólica que nos orienta o entendimento de que:

O papel da educação é soberano, tanto para a elaboração de estratégias apropriadas e adequadas para mudar as condições objetivas de reprodução, como para a *automudança consciente* dos indivíduos chamados a concretizar a criação de uma ordem social metabólica radicalmente diferente. (MÉSZAROS, 2008, p. 65).

Sendo assim, entende-se que tanto a universalização da educação quanto a do trabalho são fundamentais para que a educação para além do capital inspire uma ordem social qualitativa. Precisa-se de uma articulação ou redefinição de transformação social libertadora e contínua em novas percepções cuja base seja um olhar inovador e construtivo.

Segundo esses autores, por intermédio de interpretações com base em sua extensa significação, entende-se que há a difusão da cultura de uma geração para a outra, provocando experiências de vida que transformam as relações sociais construídas entre os indivíduos. A

educação é um instrumento social em que os indivíduos são inseridos e submetidos a novas culturas.

Tendo em vista todas essas discussões e inspirada por todos os estudiosos citados, a pesquisa procede com a argumentação, a partir das leituras bibliográficas associadas à vivência e observação, indagações e análises para chegarmos às conclusões deste trabalho.

#### **1.4 Metodologia**

Ao promover essa investigação na tentativa de compreender como se dá o ensino de Sociologia na EJA na Escola Dr. José Euclides Ferreira Gomes Junior, procurei investigar de que forma acontecem as aulas de Sociologia na referida escola, bem como compreender como o professor internaliza o ensino dessa disciplina no formato Educação de Jovens e Adultos (EJA) e verificar como os alunos interpretam as diferentes abordagens recebidas nessa modalidade.

Para atingir esses objetivos adotei como natureza de pesquisa a análise qualitativa, a qual me permite vivenciar e buscar dados que representem a complexidade e os detalhes das informações obtidas, descrevendo-as de modo a apresentar e aprofundar o tema estudado para que, a partir da coleta de dados, se possa enxergar as motivações, ideias e atitudes, entre outras questões referentes aos atores sociais da pesquisa empírica realizada. Sabendo que são de grande importância os relatos no processo de investigação científica, apresento os procedimentos que seguem na concretização desta pesquisa.

Para pensar a metodologia qualitativa foi preciso partir da tentativa de compreensão, questionamento e inquietação enquanto pesquisadora para dar seguimento a uma produção de novas interpretações do cenário estudado. Inspirada por Minayo (2009), entendo que a pesquisa “se fundamenta em uma linguagem baseada em conceitos, proposições, hipóteses, métodos e técnicas” para compreender que estas articulações se desenvolvem em um ritmo próprio e particular, o qual a autora denomina de “trabalho em espiral” que inicia com uma pergunta e termina com uma resposta ou produto, que dará origem a novas interrogações (MINAYO, 2009, p. 26). Desse modo, acredito, tal qual a autora, que o processo de desenvolvimento e construção da pesquisa se dá emergindo de uma explicação e análise em uma abertura sistemática na busca de indagações e entendimentos sobre o tema em estudo.

Utilizando-me de técnicas de pesquisa, como observações e entrevistas abertas, o intuito foi atender aos objetivos traçados neste trabalho, adotando também outros métodos e estratégias capazes de me conduzir à apreensão e ao aprofundamento do meu objeto de

pesquisa. A princípio, adotei como procedimento metodológico o levantamento bibliográfico de trabalhos sobre a temática proposta, a fim de identificar autores que poderiam me auxiliar ao longo do trabalho, fornecendo embasamento teórico, e que me possibilitassem uma maior assimilação do objeto de análise. Realizei um levantamento bibliográfico e análise documental de leis incluindo as Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos – EJA (Parecer CNE/CEB nº 23/2008 e Resolução CNE/CEB nº 1/2012), LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), BNCC (Base Nacional Comum Curricular), Orientações Curriculares para o Ensino Médio e Parâmetros Curriculares do Ensino Médio, objetivando conhecer e discutir como a modalidade pesquisada é tratada por esses instrumentos, haja vista a legalidade do direito à sua existência pela necessidade do público pertencente a esse modelo de ensino.

Os documentos da escola sobre o processo de formação de turmas EJAs também fazem parte das fontes pesquisadas com o intuito de investigar quantas turmas já se formaram desde a primeira até as que estão em vigor, além de outras fontes documentais que auxiliem nas análises.

Para a percepção da importância de utilizar esse método, inspiro-me em Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009), que explicam o quanto o uso de documentos em pesquisa deve ser apreciado e valorizado, pois proporcionam riqueza no resgate da justificativa, principalmente na área das Ciências Humanas e Sociais, em que são utilizados como fonte de contribuição para um melhor entendimento sobre os objetos de pesquisa, bem como na compreensão e contextualização histórica e sociocultural do campo pesquisado.

Os autores acrescentam, ainda, que a análise documental beneficia e enriquece a observação do processo de evolução e amadurecimento do estudo realizado, proporcionando conhecimento sobre os conceitos, enriquecendo os comportamentos e acrescentando novas experiências teóricas que interferem no desenvolvimento das práticas da pesquisa, entre outras questões referentes ao aprofundamento sobre o campo empírico.

Nesse contexto, verifico a relevância de captar os significados das ações e dos discursos dos atores sociais em questão para realizar este trabalho com base em uma análise interpretativa. Dessa forma, busca-se apreender as “faculdades do entendimento sócio/cultural” (OLIVEIRA, 1996, p. 14) por meio dos três atos cognitivos pelos quais se dá o desvendamento da vida social, conforme Oliveira (1996), quais sejam: o olhar, o ouvir e o escrever.

Em março de 2021, impactada pela pandemia de COVID-19, minha pesquisa precisou passar por algumas mudanças metodológicas. Diante da situação de isolamento social pela pandemia, “o olhar” que se iniciou no cotidiano tradicional no espaço escolar, no qual tive a oportunidade de estar e vivenciar algumas poucas experiências com esse público se

transformou em observação das aulas remotas das turmas, já que não podia ocorrer o ensino presencial.

Assim, ressalto o diferencial de entrar naquele local como alguém que precisaria de certa sensibilidade para não observar o momento somente como mais uma entrada na escola de todos os dias, mas sim como pesquisadora, que busca, além do que é naturalizado no cotidiano escolar, sentir a diferença de se colocar em busca de respostas aos seus questionamentos empíricos, pois, mesmo estando na instituição há anos, deparava-me com um público que não faz parte do meu cotidiano. Jovens e adultos que me olhavam com a curiosidade de tentar entender o motivo que me levava a estar ali, algo totalmente “estranho”, e que, sem perceberem, expressavam sua surpresa entre eles em forma de cochichos com a intenção de que eu ouvisse: “visita pra nós? Que milagre! ninguém nunca vem ver a gente”.

Questionamentos como esses despertaram inquietações sobre o quanto cada detalhe é importante e enriquecedor para a construção deste estudo: a observação do espaço, a diferença comportamental, o ouvir das experiências e posicionamentos, a relevância da fala dos envolvidos e até mesmo a forma como eu, enquanto pesquisadora, dirijo-me a eles. Entre tantas outras contribuições, destaco o diferencial de cada detalhe diagnosticado nas relações e no espaço desta análise, que, junto com as leituras teóricas, é imprescindível para a construção da escrita.

A busca por análises sobre o espaço pesquisado me levou a um estudo alicerçado em observações dos comportamentos do grupo social investigado. Dessa maneira, considero o uso de discussões etnográficas uma ferramenta importante a ser utilizada nesse processo, por possibilitar a minha entrada em campo e viabilizar estratégias para observar os sujeitos envolvidos naquele contexto, de modo a ter acesso às suas falas e aos significados de suas ações e receber sua contribuição também no que refere a uma melhor compreensão dos seus fenômenos sociais e culturais.

Seguindo a perspectiva de Goldman (2003), em que a “etnografia em movimento” é construída baseada em um “envolvimento cumulativo e de longo prazo” (GOLDMAN, 2003, p. 455), busco prosseguir essa análise, a fim de conseguir uma relação empírica cujo direcionamento principal é alcançar o campo de investigação e os sujeitos inseridos em seu contexto, pretendendo compreender comportamentos, perceber suas relações, construções e percepções enquanto indivíduos sociais e estudantes de uma modalidade diferenciada do ensino regular, bem como seus posicionamentos e entendimentos sobre a disciplina de Sociologia.

A partir da construção de diálogos com o professor e os alunos das turmas EJA da escola em análise, investigo a temática proposta, sabendo que, como pesquisadora, as



experiências de vida construídas nesse espaço se entrelaçam com as vivências já tidas por mim neste local. Observo, então, as afirmações de Goldman (2003, p. 444), que, ao falar sobre objeto e pesquisa, declara que “o objeto observado faz parte do coração da sociedade do observador”.

Sendo assim, por fazer parte do corpo docente da instituição na qual realizei a pesquisa, sinto como se o meu objeto fizesse parte de mim, pois, como já dito, o processo de investigação acontece no local em que convivo cotidianamente, mesmo em turnos distintos ao das observações, e a familiaridade com o campo, as relações já construídas com funcionários, colegas de trabalho e uma parcela de alunos, além de outras questões, são situações que se relacionam ou se encontram em um contexto geral. Diante disso, entendo que a “possibilidade de captar as ações e os discursos em ato de uma improvável metamorfose” (GOLDMAN, 2003, p. 458) precisa ser realizada com base em diversos métodos que contribuam para a concretização da investigação científica.

Sinto-me amparada também por Velho (1987), que, observando o familiar, demonstra a exigência de um contato direto com o que está sendo pesquisado e afirma que essa proximidade gera certa relação entre pesquisador e pesquisado. Segundo o autor:

[...] conhecer certas áreas ou dimensões de uma sociedade é necessário um contato, uma vivência durante um período de tempo razoavelmente longo, pois existem aspectos de uma cultura e de uma sociedade que não são explicitados, [...] e que exigem um esforço maior, [...] e aprofundado de observação e empatia. (VELHO, 1987, p. 123).

Portanto, independentemente de o objeto pesquisado ser familiar ou exótico, é necessário que o pesquisador tenha o intuito de alcançar seus “objetivos” na construção da pesquisa, baseando-se no espaço ou sociedade pesquisada. No entanto, estudar o seu próprio grupo de convívio pode apresentar maiores possibilidades de conflitos, tanto no ambiente pesquisado quanto em relação à aceitação de outros estudiosos e da comunidade acadêmica, já que, segundo Velho (1987), muitos descredita pesquisas realizadas em situações de proximidade com o campo, julgando ou discordando das interpretações e investigações.

Velho expõe experiências vividas em pesquisas em campos aos quais ele pertencia e conclui que as experiências, as críticas e as desconfianças podem, de certa forma, contribuir para o crescimento profissional de um pesquisador. Desse modo, ele defende a ideia de que existe possibilidade de bons resultados ao pesquisar o familiar e ressalta que:

O processo de estranhar o familiar torna-se possível quando somos capazes de confrontar intelectualmente, e mesmo emocionalmente, diferentes versões e interpretações existentes a respeito de fatos, situações. O estudo de conflitos, disputas,

acusações, momentos de descontinuidade em geral é particularmente útil, pois, ao se focalizarem situações de drama social, podem-se registrar os contornos de diferentes grupos, ideologias, interesses, subculturas etc., permitindo remapeamentos da sociedade [...]. (VELHO, 1987, p. 131).

As análises apresentadas pelos autores citados inspiraram-me na minha entrada em campo a vivenciar experiências na tentativa de construir uma proximidade com os alunos e com o turno da noite, visto que, como já dito, leciono na mesma escola no período diurno, mas em anos anteriores já estive na mesma instituição também como professora dessa modalidade.

Essa experiência me proporcionou a oportunidade de reencontrar estudantes que já foram meus alunos no ensino regular em anos anteriores e, por diversos motivos que serão apresentados posteriormente no decorrer deste trabalho, não concluíram o Ensino Médio e passaram a estudar na EJA. Encontrei também pais e familiares de alguns dos meus atuais alunos. O processo de observação do cotidiano escolar dessas turmas me proporcionou a oportunidade de vivenciar um pouco da diferença e das histórias compartilhadas dos indivíduos pertencentes a essas turmas.

O uso de entrevistas semiestruturadas também fez parte do processo de construção desta pesquisa: oito estudantes compartilharam um pouco de suas experiências, algumas adaptadas ao formato virtual, pois, diante do cenário atual, essa foi a forma encontrada para me aproximar dos interlocutores. Conversas com alunos e com o professor através das redes sociais *Whatsapp* e *Messenger*, em que, por mensagens individuais, videochamada e reuniões na plataforma digital *Google Meet*, me comuniquei com alguns dos interlocutores, pois não foi possível alcançar a todos, visto que nem todos possuíam celular, computador ou internet.

A finalidade foi compreender as perspectivas dos interlocutores diante do ensino de Sociologia, mesmo que de forma virtual, nas aulas e nos encontros virtuais organizados com o público pesquisado.

Orientada por Mónico, Alferes, Castro e Parreira (2017), compreendo que proporcionar adequações aos estudos exploratórios e descritivos das análises de pesquisa, contribui ao exercício de conhecimento sobre o que pretendo buscar no espaço observado. Segundo os referidos autores, essa observação tem como finalidade também elaborar descrições “qualitativas” de tipo “narrativo”, permitindo o alcance de dados relevantes para a investigação. Sendo assim, compreende-se que esse método, mesmo que em uma abordagem virtual, continua contribuindo para auxiliar no entendimento das relações que se tecem no ambiente de aprendizagem do atual ensino remoto.

O período de observações e elaboração de diários de campo me proporcionou a oportunidade de conhecer a prática. Através dos registros, pude obter importantes informações, tendo consciência da necessidade de buscar inovações que proporcionem enriquecimento para a construção e conclusão desta pesquisa.

Em relação ao uso do diário de campo, fundamento-me nos escritos de Weber (2009), em que a autora apresenta esse método como um exercício de “disciplina” etnográfica, pois sua contribuição para a pesquisa se relaciona com as observações dos acontecimentos analisados ou compartilhados em um processo de acumular materiais, contribuindo para a construção de análises das práticas, dos discursos e dos posicionamentos dos entrevistados, podendo ser definido como um instrumento para se colocar em dia as relações que foram nutridas entre o etnógrafo e os pesquisados.

Tendo em vista a contribuição desse método para diagnosticar e registrar, entendo que uma das atribuições enquanto observador é compreender que a utilização da etnografia não se resume apenas ao ato de descrever e analisar os fenômenos estudados, mas também pode ser considerada fonte de reforço no que se refere à compreensão do lugar, ao esclarecimento das atitudes e às interações com o contexto em que a pesquisa está sendo realizada.

### **1.5 Observações no Campo de Pesquisa**

A presente pesquisa foi construída tendo como base inquietações, percepções e interpretações dos fatos, acompanhadas de algumas técnicas que possibilitaram coletas de dados e estudos; ao analisar os documentos de matrícula dos alunos, por exemplo, foi possível diagnosticar a quantidade dos inscritos: a “Turma A” possui 28 alunos, enquanto a “Turma B” possui 20 alunos matriculados.

Outro processo também iniciado foi a análise de documentos legais como a LDB, que contribuiu para o levantamento de questões referentes aos direitos desses estudantes, assim como as leituras bibliográficas que contribuem constantemente para o enriquecimento teórico e para a construção da relação campo e escrita.

A entrada em campo por meio da prática etnográfica me proporcionou levantar algumas questões, a começar pela frequência dos alunos nas aulas. Nos dias em que estive na escola no horário noturno, sempre havia uma média entre 12 e 15 alunos em cada sala, sendo que apenas 12 eu considero frequentes (6 de cada uma) por tê-los encontrado sempre nas aulas.

Pude então presenciar alguns acontecimentos no ambiente, acompanhar determinadas rotinas noturnas, além de conversar com alunos e obter informações com o professor.

A quantidade total de reuniões presenciais com esses alunos foi de cinco encontros em cada turma, significando assim, uma aula acompanhada a cada ida à escola. No entanto, em nenhum deles pude presenciar uma aula de Sociologia, pois três vezes eram provas: a primeira de História, a segunda de Filosofia e a terceira de Sociologia. Lembrando que o professor dessa modalidade se responsabiliza pela área de humanas, pois os componentes curriculares obrigatórios se integram nessa modalidade em uma organização por áreas do conhecimento. Sendo assim, o Sistema Integrado de Gestão Escolar (SIGE) disponibiliza para as escolas, em termos operacionais, a contratação de professores por área e não por disciplina.

Resolução nº 438/2012 Art. 11. A formação, capacitação, profissionalização, as condições de trabalho e lotação de educadores da EJA devem considerar a perspectiva de organização curricular por área do conhecimento estabelecida no art. 10. (CEARÁ, 2012, *online*).

O mapa curricular da Educação de Jovens e Adultos, pela lei federal Nº. 9394/96, disponibiliza a carga horária de 5 horas semanais para a área de ciências humanas e suas tecnologias, dividindo-se em: 1 hora de aula para a disciplina de Sociologia, 1 hora para Filosofia, 1 hora para Geografia e 2 horas para História. No entanto, em uma organização de horário escolar o professor tem a liberdade para adequar as aulas de acordo com a flexibilização de sua metodologia.

Na terceira visita houve um imprevisto com o professor de humanas e, ao chegar lá, eu me deparei com uma aula de matemática. Já na quarta visita estava sendo realizada a prova SPAECE (Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará), ou seja, todos os encontros presenciais realizados aconteceram ainda em 2019. No primeiro dia fui apresentada aos alunos como pesquisadora e o meu contato com eles aconteceu nos pátios, na cantina e em outros ambientes extrassala, espaços de sociabilidade em que, ao chegar, alguns se isolaram e foram usar o celular, casais aproveitavam para namorar, outros iam lancha e outros iam direto para a sala de aula. Essa é sempre a rotina cotidiana, já que, em vez de um intervalo no decorrer da aula, eles lancham ao chegar na escola e a aula se inicia às 19h15min, indo até mais ou menos às 21h30min.

Esses poucos momentos me fizeram refletir sobre a diferença de um mesmo espaço com públicos distintos. Diferentemente da euforia da chegada dos adolescentes dos turnos diurnos, que geralmente, correm, gritam e são bastante agitados, no turno da noite se tem a

tranquilidade de um espaço silencioso em que alguns dos estudantes já chegam com uma aparência cansada do dia de trabalho e, ao conversarem, compartilham entre si o que aconteceu no decorrer do dia: conflitos, filhos, trabalho, entre outros assuntos, além de surgirem também as famosas perguntas do tipo “ei, tu fez o dever de hoje?”, acompanhadas de respostas variadas, desde “fiz sim, consegui responder todas”, até “eu nem lembrava que tinha”, ou então “só fiz algumas”. Outra observação também relevante é a de que algumas mães estudantes levavam seus filhos para a escola. Eles tinham entre 7 e 10 anos de idade e ficavam brincando nos corredores da escola enquanto elas assistiam aula.

As questões observadas me levaram a apreciar, assim como Dayrel (1996), o quanto é importante sermos sensíveis a compreender que a chegada dos alunos à escola é marcada pela diversidade e que se entrelaça ao afetivo e social, mesmo que de formas desiguais, em virtude da quantidade e qualidade de suas experiências e relações prévias e paralelas à escola. É relevante, assim, estarmos atentos a perceber que, enquanto indivíduo, cada um possui sua historicidade e que suas percepções de mundo estão baseadas em valores, sentimentos, emoções, desejos, projetos, comportamentos e hábitos individuais presentes em seu modo de ser, mas que o ambiente escolar lhes proporciona novas experiências sociais construídas em um cotidiano que se torna espaço e tempo significativos de vivências socializadoras.

Parafrazeando Dayrel (1996), a escola é compreendida como “polissêmica”, um espaço que possui uma “multiplicidade de sentidos, tempos e relações” e que pode ser significado de diversas formas tanto por alunos como por professores. Ela pode ser considerada como:

O lugar de encontrar e conviver com os amigos; o lugar onde se aprende a ser ‘educado’; o lugar onde se aumenta os conhecimentos; o lugar onde se tira diploma e que possibilita passar em concursos. Diferentes significados, para um mesmo território, certamente irão influir no comportamento dos alunos, no cotidiano escolar, bem como nas relações que vão privilegiar. [...] se apropriam dos espaços, que a rigor não lhes pertencem, recriando neles novos sentidos e suas próprias formas de sociabilidade. Assim, as mesas do pátio se tornam arquibancadas, pontos privilegiados de observação do movimento. O pátio se torna lugar de encontro, de relacionamentos. O corredor, pensado para locomoção, é também utilizado para encontros, onde muitas vezes os alunos colocam cadeiras, em torno da porta. [...]. O pátio do meio é resignificado como local do namoro. É a própria força transformadora do uso efetivo sobre a imposição restritiva dos regulamentos. Fica evidente que essa resignificação do espaço, levada a efeito pelos alunos, expressa sua compreensão da escola e das relações, com ênfase na valorização da dimensão do encontro. (DAYREL, 1996, p. 10).

O processo de envolvimento e conhecimento do espaço escolar no início de uma pesquisa exploratória é também uma análise do contexto social que envolve todo o espaço

escolar do qual faço parte. Desse modo, utilizo-me dos estudos de Peregrino (2010), que verifica que entrar no campo da pesquisa não é tarefa fácil, pois implica em transformar um ambiente aparentemente familiar em fonte de inovação de conceitos e novas expectativas.

É através do envolvimento no cotidiano escolar que pretendo compartilhar vivências, observando comportamentos, mudanças, interações, realizações, dilemas e conflitos enfrentados pelos membros que compõem o ambiente pesquisado, de modo a perceber também que como fonte de ensino, espaço de socialização e diversidade, a escola resulta em um ambiente de aprendizagem, novas construções e relações sociais, um local onde se compartilham diferenças culturais e políticas, proporcionando um crescimento individual e coletivo para todos os envolvidos com a instituição.

Alguns encontros já estavam agendados para 2020, no entanto, entramos em quarentena<sup>1</sup> e nesse período participei de 10 aulas virtuais pelo aplicativo Google Meet, o qual foi uma das alternativas do governo do Estado para a realização das aulas virtuais. Oficialmente, cada profissional e estudante da rede estadual recebeu um e-mail institucional criado pela Secretaria de Educação que daria acesso ao *Google Meet* e ao *google sala de aula (Google Classroom)*. O primeiro é o que usamos para as aulas remotas, o segundo é o que abriga cada turma formada virtualmente e, por meio dele, as atividades são passadas pelos professores, enviadas para os alunos e devolvidas para correção juntamente com o “aplicativo professor” e “aplicativo aluno” *online*. Esses são os meios institucionais de comunicação entre professor e aluno no atual contexto que estamos passando, apesar de o *Whatsapp* ainda ser uma das formas mais ativas de comunicação pelo fato de os alunos já estarem familiarizados com o seu uso, enquanto alguns apresentam dificuldade de usar o *e-mail*. Porém, sabemos que esses meios só alcançam a parcela de alunos que tem celular ou *internet*.

Com a decisão da Secretaria de Educação do Estado do Ceará - SEDUC de que as escolas dessem continuidade ao ano letivo em forma de ensino remoto, a gestão da escola elaborou uma readaptação do horário escolar para que todas as turmas tenham aula de todas as disciplinas, cumprindo um horário específico, de modo que as turmas EJA também cumprissem seu horário de aulas. Cada dia da semana foi reservado a uma área e na quinta-feira a aula deveria ser de Ciências Humanas. Conforme já citado, estive presente virtualmente em algumas aulas de ensino remoto, a primeira foi ainda no primeiro semestre, mais precisamente no mês

---

<sup>1</sup> Devido ao alto risco de contaminação acarretado pela pandemia de COVID-19, foi decretada quarentena no Estado do Ceará e a partir do dia 18 de março de 2020 não houve mais aula presencial nas escolas; assim sendo, começamos a realizar aulas em EAD pelo *Google Meet*.

de maio, em que o tema abordado pelo professor foi “A pandemia e as possíveis consequências na sociedade”. Nessa aula as turmas estavam juntas, mas estiveram presentes virtualmente somente 10 alunos.

A segunda aula foi em agosto e seu tema foi cultura, abordando uma discussão sobre o aniversário da Serra do Rosário como forma de expressão cultural da localidade na qual eles vivem; nessa aula havia 8 alunos presentes. Essas foram as únicas aulas observadas. De acordo com o professor da disciplina, o número de alunos diminuiu bastante nos encontros remotos, então ele optou por acompanhá-los com atividades que ele mesmo entregava em visitas domiciliares, seguindo todos os protocolos de segurança contra a Covid, ou ainda pelo aplicativo google sala de aula. As demais aulas foram marcadas por um número menor de estudantes sempre com uma média entre 5 a 8 alunos, demonstrando assim a dificuldade dos estudantes em se fazerem presentes nas aulas, bem como o desafio do professor em alcançá-los no período pandêmico.

As vezes em que estive em campo me despertaram a exercer o compromisso de tentar compreender o convívio com o espaço e as descobertas que vão surgindo diante do meu olhar, experiências práticas que contribuiram para as argumentações teóricas e a construção do trabalho proposto. A pesquisa sofreu transformações e tomou novos rumos pela inesperada forma que teve que ser construída, tendo em vista que, inicialmente, o nosso campo era o espaço presencial na escola, entretanto, foi preciso adentrar o mundo virtual, acompanhando aulas remotas, e as novas tentativas de aproximação do público pesquisado.

Diante das circunstâncias de adaptação e busca por novas formas de construção da pesquisa, acrescentei a “netnografia” aos métodos já iniciados, por se tratar de um método que apoia uma adaptação da pesquisa de práticas etnográficas aos ambientes digitais e da comunicação mediada por dispositivos móveis. Conscientizo-me, assim, de que esses são os meios pelos quais precisei dar continuidade à pesquisa já que não era viável estar presencialmente com os interlocutores desta pesquisa. Instigada por Corrêa e Rozados (2017), compreendo a “netnografia” como um método que poderá acrescentar às minhas buscas de informações e construções.

No momento atual, marcado por uma grande apropriação das tecnologias da informação e da comunicação, mais precisamente dos dispositivos móveis e das plataformas de mídia social, os pesquisadores das áreas das ciências sociais estão se deparando com o desafio de encontrar métodos e técnicas de pesquisa capazes de captar as idiosincrasias dos fenômenos que emergem e/ou perpassam os ambientes digitais. [...] a netnografia, é uma ferramenta metodológica que amplia as possibilidades oferecidas pela etnografia tradicional ao permitir o estudo de objetos, fenômenos e culturas que emergem constantemente no ciberespaço a partir do

desenvolvimento e da apropriação social das tecnologias da informação e da comunicação (TIC). O método netnográfico adapta técnicas, procedimentos e padrões metodológicos tradicionalmente empregados na etnografia para o estudo de culturas e comunidades emergentes na Internet. (CORRÊA; ROZADOS, 2017, p. 2).

Desse modo, justifico as adaptações desta pesquisa pela necessidade de utilização dos meios de comunicação. Além de aplicativos como *Whatsapp*, também utilizei o *Google Meet* para a realização de reuniões virtuais e para assistir as aulas, bem como o google sala de aula para acompanhar a devolutiva de atividades dos alunos para o professor como forma de saber o retorno dado por eles às atividades propostas, entre outras formas via internet que me auxiliaram nesse processo de construção.

A referida pesquisa consiste na consolidação inicial das análises realizadas a partir do itinerário traçado até o atual momento. Dessa forma, apresentam-se como propostas de divisão da dissertação três seções organizadas da seguinte forma: o Capítulo I abordará o tema direcionado à “Educação de Jovens e Adultos: Desafios e Possibilidades”, que será subdividido em subtemas sobre a Educação de Jovens e Adultos relacionados ao conceito e ao histórico de lutas e conquistas, trazendo uma abordagem sobre educação “fora das faixas etárias adequadas”, problematizando esses programas e seguindo para uma análise dos documentos curriculares da EJA.

No Capítulo II teremos uma averiguação sobre o “Ensino de Sociologia e EJA”, direcionada aos conteúdos e metodologias, na qual serão descritos diálogos com os interlocutores e observações de campo, bem como análises de materiais, a exemplo das ementas da área de humanas e, em seguida, serão discutidas questões referentes ao sentido do ensino de Sociologia para o educando da EJA.

Já o Capítulo III será dedicado à elaboração de uma indicação de conteúdos a serem trabalhados como diretrizes para a disciplina de Sociologia, visto que tanto o professor quanto os alunos sentem a falta de materiais norteadores para melhor desenvolvimento das aulas. Este servirá como material de apoio a ser utilizado na escola pesquisada.

Partindo das análises das ementas, de documentos oficiais sobre os conteúdos que devem constar na grade curricular da EJA, das conversas com os alunos a respeito dos assuntos estudados e da investigação do público que compõe essa modalidade, faremos uma seleção de conteúdos que virão a compor cada etapa referente ao primeiro, segundo e terceiro ano do Ensino Médio para, a partir daí, montar o referido material.



## **2 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: CONTEXTO HISTÓRICO, DESAFIOS E POSSIBILIDADES**

A Educação de Jovens e Adultos é garantida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96) estabelecida no capítulo II, seção V, para proporcionar a educação aos jovens e adultos e diminuir a exclusão e marginalização social aos que se encontravam fora das instituições escolares.

Sabe-se que as escolas devem assegurar oportunidades educacionais apropriadas aos estudantes da EJA de modo a ofertar uma educação de qualidade que favoreça a permanência dos estudantes e assim combata a evasão escolar. No entanto é necessário que haja estratégias de ensino, metodologias específicas, que proporcionem aos discentes melhores condições de aprendizagem, e em diversas situações é preciso que o professor dessa modalidade reflita sobre sua prática de ensino e seu fazer docente nessa categoria. Sendo preciso em muitas vezes:

Ser um leitor de si mesmo, refletindo, sistematicamente, sobre a sua prática, o seu fazer pedagógico; o que sabe e o muito que desconhece, as suas contradições enquanto educador, os seus receios e inseguranças; para que possa vislumbrar as suas faltas e buscar supri-las. É partindo desta leitura, leitura crítica de si, que poderá, em exercício concomitante, executar a leitura do mundo que o cerca. (MACHADO; NUNES, 2001, p. 55).

O processo de pesquisa com essa temática nos leva a analisar a história da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil no contexto de sua construção, sendo possível perceber que existem diversas mudanças expressivas referentes a esta modalidade educacional tanto na legislação quanto na metodologia das ações ensino-aprendizagem, como inúmeras tentativas que buscam proporcionar melhor abordagens e condições de direitos e ensino desse público.

Tais transformações são consideradas necessárias para democratizar a educação, incluindo a de jovens e adultos, proporcionando assim uma dedicação maior ao se tratar da busca de enriquecimento no processo de construção qualitativa e metodológica tanto no que se refere aos educandos quanto aos educadores.

Percebe-se que, no Brasil, surge no decorrer da história um processo educacional com novas campanhas de alfabetização, cujo propósito é envolver a sociedade na responsabilidade pela educação, não somente no ambiente escolar, mas também em várias esferas educacionais como ONGs e até mesmo sistemas privados, visando diminuir o déficit educacional relacionado a esse público.

As mudanças ocorreram ao longo dos anos, mostrando um avanço considerável na educação de adultos, tendo como prioridade inicial formar cidadãos para o mercado de trabalho e suprir uma necessidade do sistema de capital, bem como contribuir para que este jovem adulto pudesse concluir o ensino básico e se inserir no mercado.

Segundo a definição dos critérios de faixa etária apresentados pela legislação que organiza a oferta de ensino no nosso país, a criança deve ingressar aos 6 anos no 1º ano do Ensino Fundamental e concluir a etapa aos 14 anos. O Ensino Médio, dividido em 3 séries, compreende a faixa etária de 15 a 17 anos, cronologicamente um ano para cada período. Desse modo, o Conselho Nacional de Educação (CNE), de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação de Jovens e Adultos, certifica que a matrícula na EJA deva ser a partir dos 15 anos de idade para o Ensino Fundamental e a partir de 18 anos de idade para o Ensino Médio.

Em relação às adequações etárias consideradas fatores determinantes, Moreira (2013) destaca a “distorção idade-série” que, segundo a autora, está entre as principais causas apontadas em diversas pesquisas para a evasão e o abandono escolar. A análise da autora também intensifica algumas advertências de modo a esclarecer que o estudo do fenômeno da distorção idade-série pode ser essencial para a política educacional do nosso país, haja vista que tem potencial para proporcionar impactos sobre a “eficiência e a eficácia” do sistema educacional, incluindo, assim, um conjunto de variáveis quantitativas e qualitativas da educação, proporcionando questões referentes a temas ligados às padronizações e oportunidades de aprendizagem a diferentes públicos e modelos de ensino.

Entende-se, então, que o desenvolvimento dos indivíduos nesse processo de aprendizagem constitui-se de uma ampla responsabilidade social e educacional de todos os envolvidos com a educação, no entanto, são os professores que vivenciam na prática a função de mediadores nesse processo de busca e obtenção de conhecimento.

A Educação de Jovens e Adultos vem se apresentando no Brasil desde a catequização indígena, no período do Brasil Colônia, com a vinda dos jesuítas em 1549. Dava-se a partir da transmissão da língua portuguesa e da alfabetização, tendo como finalidade inicial a doutrinação religiosa, priorizando a busca de um caráter religioso em detrimento do educacional.

Segundo Paiva (2003), foi com a vinda da família real portuguesa em 1808 que se iniciaram as tarefas exigidas pelo Estado em construir um processo de escolarização de adultos no Brasil. Diante disso houve a necessidade de instrumentalizar indivíduos para as novas

capacitações técnico-burocráticas, com a finalidade de atender a demanda educacional da aristocracia portuguesa.

Nos últimos anos do Império, final do século XIX e início da Primeira República, ocorreu um avanço na condição econômica no Brasil, contribuindo para o surgimento de algumas escolas para adultos. No século XX, a concretização da EJA sobreveio com a Revolução de 30, partindo de mudanças econômicas, políticas e dos processos de industrialização e urbanização no Brasil, ampliando a escolarização para jovens e adultos (PAIVA, 2003).

Ao observarmos o contexto histórico, é perceptível que nos anos 20 foram iniciadas mobilizações em torno da educação como dever do Estado, um período marcado por debates políticos, culturais, de identidade nacional e definição de nação. Nesse mesmo século, ficou instituído, na Constituição de 1934, o Plano Nacional de Educação, designando o dever do Estado com o ensino primário de frequência obrigatória, gratuito, integral e extensivo aos adultos como direito constitucional, de modo que o desenvolvimento histórico da educação de jovens e adultos a partir da década de quarenta vem com o reflexo de influências de ações e pensamentos do período imperial e republicano na constituição da educação de jovens e adultos no Brasil. Nos anos 40, a educação passa a ser uma questão de segurança nacional, em que é enfatizado o atraso do país em relação à falta de instrução de seu povo.

Segundo Pedroso (2018), a partir da década de 1930 teve início um debate sobre uma educação voltada para a população jovem e adulta, constituindo um marco na história educacional do Brasil que viria a consolidar um sistema público de educação elementar no país. Nesse período, a sociedade brasileira passava por transformações, associadas aos processos de industrialização e centralização populacional nos meios urbanos, ofertando o ensino básico gratuito e acolhendo setores sociais cada vez mais diversos.

Vale ressaltar que, em sua conjuntura inicial, o jovem não era alvo ou preocupação da ação educativa, mas, sim, o adulto analfabeto, pois o foco era o analfabetismo visto como obstáculo ao desenvolvimento econômico e sociocultural do país, fazendo-nos entender que a Educação de Adultos tinha como preocupação principal extinguir o analfabetismo e superar essa condição da sociedade.

Destaca-se nesse processo de construção educacional a década de 1940, conhecida como cenário de diversas iniciativas políticas e pedagógicas importantes para a educação de adultos. Foi marcada por ações de reconstrução democrática e experiências de alfabetização, ganhando consistência com o início de um novo olhar para problemáticas direcionadas à questão educacional e social. O analfabetismo começou a ser interpretado como efeito da

situação de pobreza gerada por uma estrutura social não igualitária. Surgiram, assim, algumas percepções que relacionavam o analfabetismo à questão social (PEDROSO, 2018).

No início dos anos de 1960, iniciou-se também uma mobilização que promoveu ações de novas experiências na educação de adultos, redefinindo o conceito de alfabetização - antes voltado apenas para ler, escrever e contar - e redirecionando o olhar para experiências inovadoras na área da cultura e para a geração de debates sobre educação.

De acordo com Di Pierro (2005), o surgimento dessa percepção nesta década traz consigo vários movimentos de educação e cultura popular ligados a organizações sociais, à Igreja católica e a governos, que desenvolveram experiências de alfabetização de adultos orientadas a conscientizar os participantes de seus direitos, analisar criticamente a realidade e nela intervir para transformar.

Esses movimentos provocaram um salto qualitativo em relação às campanhas e mobilizações governamentais até então direcionadas à Educação de Adultos. De acordo com Fávero (2009), esses movimentos traduziram-se em um compromisso em favor das classes populares, urbanas e rurais, especialmente, pelo fato de suas atividades educativas estarem voltadas para uma ação política, tornando-os radicalmente diferentes das campanhas do governo federal.

A maioria dos educadores que agiam nesses movimentos desenvolviam trabalhos focados em um papel social, sendo assim politizados e críticos, tendo como base uma concepção de educação emancipatória. Tinham um compromisso social e político com a população na luta pela superação das condições vividas naquela época, atuações inspiradas no pensamento em um novo fazer educação.

Contudo, posteriormente ocorreu a Ditadura Militar (1964 – 1985), inaugurando um período de perseguições políticas, cassação de direitos, prisões, torturas, assassinatos, exílios e censura da mídia e interferindo também nas práticas de alfabetização amparadas pelo poder público. Partiu-se, então, para um retrocesso nas perspectivas educacionais, que trouxe consigo o Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAF –, criado e conduzido pelo regime militar, na década de 1970, para atingir sua legitimação, com uma diretriz totalmente contrária aos movimentos anteriores (DI PIERRO, 2005).

O período foi caracterizado, portanto, pela percepção instrumental da alfabetização, ou seja, era importante cobrar dos alunos a instrumentalização das noções básicas da leitura e da escrita. Percebe-se um empobrecimento na educação, tanto na esfera temporal quanto metodológica, atribuindo até mesmo à formação docente uma racionalidade técnica e uma hierarquização das funções. Houve também burocratização da escola, acarretando a separação

entre os que pensam e planejam o trabalho pedagógico e os que o realizam, e formações direcionadas a reciclagens e aos treinamentos.

Depois de muita luta, ocorreu um avanço na Educação de Jovens e Adultos quando, entre 1978 e o início de 1985, o país vivenciou um processo de redemocratização e abertura política, mesmo que de forma lenta e gradual.

Algumas intervenções sobre as mudanças necessárias no olhar para essa modalidade de ensino, em 1985, comprovaram que o MOBREAL enquanto programa educacional não tinha condições políticas de sobrevivência, estava em uma situação de descrença nos meios políticos e educacionais, sendo alvo de várias críticas, dentre elas: o pouco tempo destinado à alfabetização (cinco meses, com duas horas diárias de aula) e o despreparo dos professores (muitas vezes leigos, sem sequer a formação primária completa). Sendo assim, com o fim do regime militar e a retomada das eleições diretas em meados dos anos de 1980, tinha-se esperança de um ambiente político-cultural que fosse favorável aos sistemas de ensino público, iniciando a romper com o paradigma compensatório do ensino supletivo (PEDROSO, 2018).

A Constituição de 1988 prevê que todas as pessoas tenham acesso à educação. O Plano Nacional de Educação foi elaborado em concordância com a Declaração Mundial de Educação para Todos e com base na LDB, foi “constituída a Educação de Jovens e Adultos como modalidade de ensino através da resolução CNB/CEB Nº 1, de 5 de julho de 2000, estabelecendo a Diretrizes Curriculares Nacionais” (STRELHOW, 2010, p.55) para a modalidade EJA. Ressalta-se, então, que o direito à educação de jovens e adultos deve ser adequado às suas necessidades peculiares de estudo, cabendo ao poder público oferecer essa educação de forma gratuita em cursos e exames supletivos.

Segundo Strelhow (2010), a Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade de ensino que envolve dimensões que transcendem a questão educacional e que traz consigo o peso da limitação de alfabetizar. Há alguns anos essa educação resumia-se à alfabetização dos indivíduos, ou seja, compreendia apenas aprender a ler e escrever.

Nessa abordagem sobre o escrever e ler pode-se enfatizar os fundamentos de uma proposta pedagógica inovadora de Paulo Freire, um educador consagrado em todo o mundo, que contribuiu com a prática e teoria da educação popular, partido de ensinamentos fortalecidos na integração da leitura, não só da palavra, mas principalmente do mundo. Tendo como ênfase a alfabetização de jovens e adultos, o Método de Alfabetização Paulo Freire é um grande referencial do qual temos a percepção de que “O processo de alfabetização de adultos, visto de um ponto de vista libertador é um ato de conhecimento, um ato criador, em que os

alfabetizando exercem o papel de sujeitos cognoscentes, tanto quanto os educadores”. (FREIRE, 1981). Propõem-nos com sua fala uma perspectiva de valorização e o trabalho com os “círculos de cultura”, utilizando as palavras como geradoras e como construções do contexto histórico-narrativo em que os educadores e educandos podem discutir suas realidades de vida. Oferecendo, assim, a oportunidade de debate, de problematização e de conscientização, construindo não só uma relação com base em um olhar problematizador e articulador, como uma liderança na fala e análises da relação teoria e prática do que é estudado na sala de aula, de modo a evitar o autoritarismo, promovendo assim a interlocução e o diálogo.

Segundo Freire (1987), a educação promove a ampliação da visão de mundo quando a relação educador-educando é construída pelo diálogo; e o educar é como vivenciar ética, em uma construção do respeito, priorizando a dignidade e autonomia do educando.

Os ensinamentos freirianos nos induzem a um novo olhar sobre a teoria e prática educativa, pois o processo de aprendizagem se dá de forma mais eficaz quando o ser humano compreende que educar não é somente a transferência de conhecimento, mas uma construção de reflexão crítica da própria realidade, tendo-a como um instrumento de transformações sociais e conscientização dos diversos caminhos a serem seguidos enquanto indivíduos e estudantes.

Paulo Freire percebe a educação voltada para a libertação e conscientização do ser humano, respeitando a dignidade e a identidade do educando e sabendo que o educador precisa exercer o escutar: “Escutar [...], significa a disponibilidade permanente por parte do sujeito que escuta para a abertura à fala do outro, ao gesto do outro, às diferenças do outro”. (FREIRE, 1991, p. 135).

A Constituição Federal do nosso país, promulgada em 1988, estabeleceu a garantia da universalização do direito à educação em uma luta por promover uma mudança significativa na educação brasileira. No entanto, foi movida por percepções pós-modernistas em que o Estado brasileiro se organizava em mudanças estruturais na educação de jovens e adultos e sob a ótica neoliberal do Estado de modo a reafirmar a subalternidade dessa modalidade educacional (FERREIRA, 2015).

Desse modo, respaldada pela política neoliberal dos anos 1990 a EJA foi reafirmada como política marginal, permanecendo em uma concepção de caráter compensatório de escolarização. Mesmo sendo uma proposta inovadora que preferiu o termo “educação” de jovens e adultos como forma diferenciada do antigo Ensino Supletivo, esta continua sendo fruto das políticas neoliberais e das iniciativas educacionais que acompanhavam as normativas da reforma da gestão administrativa, limitando-se em ações e programas compensatórios, oferecidos para as classes sociais mais pobres, tendo como intuito diminuir as tensões sociais.

Observa-se que as poucas vantagens adquiridas na década de 80 com a Constituição Federal foram dissolvidas a partir da segunda metade da década de 90, de modo que, no final dos anos oitenta, as políticas neoliberais foram apresentadas como única alternativa aos países em desenvolvimento, em uma tentativa de inserir-se na modernidade. No entanto, isso não aconteceu - ao contrário, os governos nacionais foram submetidos a exigências políticas e econômicas que os tornariam ainda mais frágeis, dependentes e vulneráveis às decisões internacionais.

Partindo, então, das interferências neoliberais no Brasil, o governo federal e as elites dominantes, sob a influência das organizações de empresas transnacionais, passaram a defender os interesses do capital com o livre mercado, e que se tivesse firmeza na contenção dos investimentos públicos na área social. Em especial, na educação pública, iniciando, assim, um processo de privatização das políticas sociais como: saúde, educação, previdência social. Essa decisão política de governo foi sustentada nas ideias neoliberais de que tais atividades não deviam ser exclusivas do Estado, podendo ser assim objeto de concessão à iniciativa privada.

Compreende-se que alguns mecanismos estruturantes da ordem privada neoliberal foram introduzidos na legislação educacional e que, se observamos o contexto histórico nos anos 80, o Estado tinha um papel executivo na política nacional de educação, enquanto nos anos 90 isso passa por uma transformação e ele aparenta ser coordenador desta política, cumprindo papéis supletivo e distributivo, de modo que os olhares, interferências e imposições na construção da educação pública no Brasil apresentam-se de uma forma em que o Estado tornou-se o agente da privatização no campo social e educacional, enfraquecendo as instituições sociais e, em algumas situações, sobrepondo-se ao Congresso Nacional.

Isso nos remete ao quanto essas formas de conduzir a educação dão subsídios para que o clientelismo continue presente nas relações da esfera educacional, com estruturas pautadas em acordos compactuados com as forças econômicas e política constituindo historicamente uma construção pública desvalorizada.

Se refletirmos sobre a memória histórica do Brasil, é possível constatar que o governo federal e seus aliados abstraíram da educação o papel formador e emancipador dos seres humanos e seguiram uma linha de autoritarismo, assistencialismo, clientelismo e populismo de modo a se vincular nas estruturas do Estado um contexto de discriminação e negação dos direitos, bens sociais e culturais, legitimando-se em um tratamento desigual e de qualidade diferenciada em todos os níveis escolares, agravando, ainda mais, algumas ações que demonstram a negação do direito à educação e ao aprender.

Mesmo com as manifestações e lutas por mudanças na educação, somente em 1996 foi criado novamente um programa nacional de alfabetização promovido pelo governo federal, estabelecendo normas para todo o sistema educacional, desde a educação infantil à educação superior, substituindo a Lei nº 5.692 de 1971 e dispositivos da Lei nº 4.024, de 1961, que priorizava apenas a obrigatoriedade dos 7 aos 14 anos.

A Nova República determinava a legalidade do direito dos cidadãos em relação à educação e novas propostas de ensino-aprendizagem em uma tentativa de alcançar a modalidade jovem e adulta. Afirmava-se então que:

A nova constituição de 1988, prevê-se que todas as pessoas tenham acesso à educação, sendo reforçada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9394/96 de 20 de dezembro de 1996. De acordo com a LDB 31, é determinado que o Plano Nacional de Educação seja elaborado em concordância com a Declaração Mundial de Educação para Todos, e com base na LDB, foi constituída a Educação de Jovens e Adultos como modalidade de ensino através da resolução CNB/CEB Nº 1, de 5 de julho de 2000, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Ressalta-se ainda o direito a jovens e adultos à educação adequada às suas necessidades peculiares de estudo, e ao poder público fica o dever de oferecer essa educação de forma gratuita a partir de cursos e exames supletivos. (STRELHOW, 2010, p. 55).

Seguem-se então diversas modificações, que marcam a concretização de alguns programas que proporcionam possibilidades para atender a necessidade de alfabetização em nosso país. Em 1998 nasceu o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), com o objetivo de acolher as populações situadas nas áreas de assentamento; um programa vinculado essencialmente ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), universidades e movimentos sociais. Já em 2003, é lançado pelo governo federal o Programa Brasil Alfabetizado, caracterizado como uma campanha executada por trabalho voluntário que pretendia acabar com o analfabetismo em 4 anos, tendo atuação sobre 20 milhões de pessoas.

No contexto das modalidades de educação para jovens e adultos, temos também o ENCEJA (Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos) no qual, em vez de fazer cursos extensivos como a EJA, a pessoa se prepara como preferir para fazer apenas as provas referentes às disciplinas. Desse modo, ela pode obter o certificado de conclusão do Ensino Fundamental ou do Ensino Médio.

Essa breve apresentação do contexto histórico da EJA demonstra que, mesmo diante de tantos projetos e planos que visavam o avanço na educação e a erradicação do analfabetismo no Brasil – e que estiveram presentes no processo de transformação das diversas



fases dessa modalidade –, pode-se perceber que a Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade de ensino que envolve dimensões que excedem a questão educacional.

Analisar questões referentes ao contexto histórico e metodológico do ensino da EJA é despertar em nós a necessidade de tentar compreender a educação de jovens e adultos em uma percepção curricular na BNCC. Algumas inquietações nos acordam para análises referentes às práticas educativas da educação de jovens e adultos e sua inclusão no contexto do currículo brasileiro de ensino básico, percebendo assim a importância de debruçarmo-nos em questões alusivas às características do currículo da educação básica nacional de jovens e adultos no contexto da BNCC.

As discussões sobre essa temática nos fazem revisitar algumas considerações sobre a relevância em abordar o currículo como algo importante para a construção de análises sobre educação e ensino. Segundo Moreira e Silva (2011), o currículo transmite visões sociais particulares e interessadas, produzindo também identidades individuais e sociais particulares, capaz de produzir formas específicas e contingentes de organização da sociedade e da educação. Desse modo, inspirado também por Morgado (2003), é possível afirmar que “os projectos curriculares são projectos de ação, que exigem aos professores a reflexão, a negociação, a parceria, a liderança e a atitude investigativa” (MORGADO, 2003, p.338).

É importante salientar nessa discussão que o currículo e as particularidades dos alunos da EJA precisam ser analisados em questões que proporcionem construções e transformações significativas enquanto estudantes e indivíduos sociais, de modo a despertá-los para um olhar inovador. Barcelos (2012, p. 25) afirma que é fundamental que o currículo da EJA “acolha e defenda as diversidades culturais a partir de parâmetros previamente estabelecidos”. Posicionamentos como esse nos advertem sobre repensar as estruturas organizacionais da educação e a reprodução da prática, técnica e instrumental que precisa ser aniquilada diante da importância que deve ser dada ao ensino dessa modalidade.

Entre as diversas maneiras de analisar essa temática, é imprescindível focar em avaliar a importância de pensar a circunstância que gera ausência de políticas adequadas ao público de estudantes da EJA, haja vista que sabemos que estes, em sua maioria, não acompanharam o currículo da grade regular de ensino. Devemos, assim, apresentar reflexões referentes a tais questões.

Essas demandas começam a se modificar com o passar dos anos e, com isso, a nova BNCC – Base Nacional Curricular Comum, aprovada em fevereiro de 2019 –, traz o discurso de diminuir a desigualdade social, proporcionando ensino gratuito e igual para todos. No entanto, não podemos ser omissos em se tratando da realidade do que realmente acontece, pois

a pressão do mercado neoliberal, mesmo que indiretamente, continua a manipular a questão educacional, quando é possível perceber que as arestas da boa educação não se tratam apenas de má formação mas, antes de tudo, da falta de aplicação nos recursos para educação: investimentos, otimização do ensino de qualidade para os alunos e até mesmo valorização dos professores (MORAES; CUNHA; VOIGT, 2019).

Ao direcionarmos as discussões sobre o currículo na educação, compreende-se que a BNCC serve como:

Referência nacional para a formulação dos currículos dos sistemas e das redes escolares dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e das propostas pedagógicas das instituições escolares, a BNCC integra a política nacional da Educação Básica e vai contribuir para o alinhamento de outras políticas e ações, em âmbito federal, estadual e municipal, referentes à formação de professores, à avaliação, à elaboração de conteúdos educacionais e aos critérios para a oferta de infraestrutura adequada para o pleno desenvolvimento da educação. (BRASIL, 2017, p. 8).

De acordo com as Matrizes Curriculares da BNCC, as orientações nacionais para a Educação Básica propõem esboços em temáticas direcionadas ao desenvolvimento integral, de modo que os estudantes sejam o centro do processo educativo. Isso se dá em decorrência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1996, que já assumia essa perspectiva e indicava a vinculação da educação escolar com o mundo do trabalho e com a prática social.

O documento da BNCC é construído, então, baseando-se na determinação da importância da construção de metodologia educativa em prol das necessidades dos estudantes, firmando compromissos com o chamado desenvolvimento integral e afirmando que toda criança, jovem e adulto tem o direito humano de beneficiar-se de uma educação que satisfaça suas necessidades básicas de aprendizagem,

Ao analisar a BNCC e encontrar todas essas abordagens se referindo a liberdade e alcance completo em todas as áreas de aprendizagens dos estudantes, o que é possível perceber, em uma análise mais precisa, é uma lacuna em toda essa abordagem geral que é explanada. Compreende-se que há uma ausência de um currículo para a EJA, que seja direcionado a pensar a Educação de Jovens e Adultos em uma abordagem direcionada para essa modalidade de ensino, pois o que aparece no decorrer da escrita desse documento é que, em alguns trechos, é citada a inclusão de modalidades de aceleração de ensino como situações em que a liberdade metodológica é aceitável como forma de resolver a problemática desse ensino, mas sem nenhum aparato específico ou direcionado.

Remete-nos a considerar que esses jovens e adultos perpassam por muitas dificuldades para alcançar o tão almejado conhecimento que, por diversos motivos, não conseguiram completar na idade adequada e, ao voltarem às escolas para concluir essa etapa educacional, deparam-se com situações de desassistência até no que se refere a uma organização metodológica e curricular de ensino.

Considerando as questões levantadas, remete-nos um pensamento de que esse jovem ou adulto que chega aos bancos escolares provavelmente necessita de práticas curriculares que cativem esses sujeitos para permanecerem nas instituições e, assim, conseguirem concluir seus estudos. No entanto, é válido ressaltar que o currículo desse ensino necessita ser apresentado de modo a contemplar formas que auxiliem tanto alunos quanto professores, pois essa é uma dificuldade também dos docentes ao terem que se desdobrar em inovar suas formas de ensino para alcançar esses estudantes. Dessa forma, as práticas curriculares dos professores precisam sempre estar em busca de alternativas que remetam aos estudantes um ensino que os alcancem em abordagens teóricas e práticas de aprendizagens. Nesta perspectiva alguns autores ressaltam que:

[...] o currículo não é um veículo de algo a ser transmitido e passivamente absorvido, mas o terreno em que ativamente se criará e produzirá cultura. O currículo é, assim, um terreno de produção e política cultural, no qual os materiais existentes funcionam como matéria-prima de criação, recriação e, sobretudo, de contestação e transgressão, (MOREIRA; SILVA, 2011, p. 36).

Partindo dessa análise, percebe-se que o currículo apresenta também uma dimensão política-cultural, que precisa ter como prioridade a garantia dos direitos dos jovens e adultos que vivenciam esse processo. Tem-se uma percepção de significar o currículo como uma prática constituída de cultura, de modo que “não há de se negar a estrita relação entre as práticas escolares e a(s) cultura(s)” (MOREIRA; CANDAU, 2003, p. 159).

Em se tratando da EJA, talvez seja possível compreender a necessidade de que o currículo articule saberes desses diferentes sujeitos, zelando pelas muitas realidades enfrentadas que precisam ser conhecidas em sala de aula. É imprescindível o cuidado de não reforçar as desigualdades presentes na sociedade, mas sim de colocá-los como indivíduos aptos a crescerem e alcançarem seus objetivos.

Entretanto, ao analisar o ensino da EJA, devemos focar nos processos de aprendizagem nos quais os sujeitos desenvolvem suas capacidades e reorganizam seus conhecimentos com o intuito de significá-los. Por isso, as práticas curriculares devem priorizar os conhecimentos que permitem aos indivíduos acreditarem em seu potencial de aprendizagem.

Machado (2009) nos fala que as políticas públicas defendidas pelos fóruns de EJA objetivam uma escolarização básica de qualidade para que todos os sujeitos envolvidos no processo educacional da EJA tenham uma boa qualidade de vida. No entanto, “buscar qualidade de vida implica um processo de convencimento das pessoas não escolarizadas de que faz sentido a luta pelo acesso ao conhecimento” (MACHADO, 2009, p. 34). Portanto, pode-se afirmar que o sistema educacional é movido por escolhas vinculadas às questões sócio-políticas em que os sujeitos buscam se encaixar em um processo de transformação e que a categoria de ensino da EJA “não pode ser exclusivista, mas, sim, precisa pautar-se pela busca de uma formação aberta à diversidade, contemplando, dessa forma, as diferentes dimensões e possibilidades do humano” (BARCELOS, 2012, p. 26).

É possível destacar, então, que as práticas curriculares da EJA possibilitem aos jovens e aos adultos estudantes se perceberem como protagonistas no meio social no qual estão inseridos. Por isso, os currículos para essa modalidade teriam que considerar “os conhecimentos e capacidades que os fortaleçam como coletivo, que os tornem menos vulneráveis, nas relações de poder” (ARROYO, 2007, p.10).

Os diagnósticos apresentados sobre as práticas curriculares e o currículo nos fazem refletir sobre como considerar uma diversidade de saberes que norteiem o necessário para o desenvolvimento desse ensino, saberes que correspondam a conteúdos que direcionem a didática do professor. Em vista disso, percebe-se que o currículo concebe uma sugestão de coordenação dos segmentos dos conteúdos, tendo como finalidade articular as ações pedagógicas. Conseqüentemente, “o currículo é constituído de um conjunto de componentes” (BARCELOS 2012, p.32), que precisam ser articulados de modo a organizar o processo de inclui-lo no modelo de como será inserido e colocado em prática no modo de fazer educação na sala de aula.

Porém, ao observarmos as colocações da BNCC, percebemos que em sua organização não há considerações referentes às particularidades na modalidade jovens e adultos, uma vez que só na introdução é mencionada a diversidade como forma de se estender a esse público, sendo que atualmente existe uma parcela significativa desse público na realidade escolar no nosso país.

É sabido que estes estudantes, em sua maioria, vivenciam uma realidade desigual por não conseguirem acompanhar os conteúdos das disciplinas no ensino regular e, ao excederem a idade considerada como dentro da faixa etária aceitável, passam a ser marcados como fora da faixa adequada e entram para o perfil de modalidade EJA, o que é regulamentado em diversos níveis do país com critérios próprios de adequação de ensino.

Enfim, percebe-se uma lacuna no que se refere a organização e definições de como proceder com essa modalidade de ensino e nos deparamos então com uma nova BNCC, que não define um programa direcionado ao currículo da EJA.

Subentende-se que a modalidade da educação de jovens e adultos deva seguir os mesmos propósitos, induzindo-nos a levantar questões como as já apresentadas sobre os direitos que dizem ser resguardados, mas que não oferecem oportunidades reais de aprendizagem, gerando dúvidas sobre alternativas possíveis que podem ser articuladas para a metodologia de ensino nessa modalidade.

Tem-se então observado a ausência de subsídios para a formulação específica referente à diversidade exigida pela EJA. O que é proposto para as séries regulares do ensino, não atende a Educação de Jovens e Adultos.

Na nova Base Nacional Curricular Comum, a EJA é tratada da mesma forma que toda a educação regular, inserida na educação básica. Essa modalidade é mencionada apenas nas leis gerais como a LDB e Diretrizes Curriculares Nacionais. Essas Leis foram mencionadas no corpo do documento da própria BNCC, conforme Brasil (2017, p. 07): Este documento normativo aplica-se exclusivamente à educação escolar, tal como a define o § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996)<sup>1</sup>, e está orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, como fundamentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN). (MORAES; CUNHA; VOIGT, 2019, p. 12).

Ao refletir sobre a EJA na BNCC, o que se percebe realmente é a necessidade de um currículo adequado à realidade dessa modalidade, não só em uma perspectiva dos direitos que lhe são conferidos, mas também em prol de melhores condições que levem os alunos a buscarem sentidos e significados no seu aprender. Sabe-se que a EJA foi propagada no Brasil a partir da Constituição Federal e da LDB, sendo reconhecida como direito perante a lei, e é preciso que se façam valer esses direitos na prática, promovendo uma organização dos currículos e dos espaços escolares de modo a acolher adequadamente esses alunos.

É preciso que seja garantido, com esse currículo, um acesso e permanência dos estudantes da EJA com conteúdos pensados para esta modalidade e não com o mesmo formato do ensino regular, ou simplesmente uma adequação sem nenhuma responsabilidade de conteúdos e quantidade de assuntos válidos para uma aprendizagem adequada, pois se observa que a BNCC não contempla as especificidades dessa modalidade de ensino. Os estudantes frequentadores da EJA são jovens e adultos que em sua maioria são trabalhadores ou até mesmo desempregados que precisam do diploma do Ensino Médio para encontrar algum emprego ou

até mesmo em algumas circunstâncias anseiam entrar na Universidade, ou seja, muitos deles se encontram em situações econômicas e sociais frustradas.

O recomeço desse público precisa ser revestido de novos potenciais e desafios que deem sentido ao universo escolar, por isso, entendemos que o sistema de ensino precisa ter mais atenção a essa modalidade, de modo que essa educação realmente esteja presente em uma perspectiva pautada na realidade. A EJA necessita direcionamento no sentido de considerar as suas singularidades, sempre focando na garantia e qualidade de educação para esse perfil de estudante.

As reflexões em torno desse ensino também precisam ser analisadas a partir de questionamentos direcionados às metodologias e estratégias, e, por se tratar de uma pesquisa relacionada ao ensino de Sociologia, os questionamentos e análises realizadas vão se construindo também em uma relação entre o saber sociológico em sala de aula e o cotidiano dos estudantes. Dessa maneira, o professor se utiliza dos assuntos centrais da disciplina para fundamentar o desenvolvimento das habilidades de pesquisador com a função de lecionar.

O modo como esses conteúdos são operacionalizados, ou seja, a forma como o professor poderá trabalhar esses conteúdos em sala de aula. No cotidiano de nossas escolas e na Universidade observam-se alguns esforços, ainda incipientes, no que diz respeito ao desenvolvimento de estratégias para a aplicação dessas concepções nas salas de aula da Educação Básica [...] principalmente no viés problematizado da realidade social e suas funções de "estranhamento" e "desnaturalização" previstas nas Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (BRASIL, 2006). É sob este horizonte que pautamos a reflexão aqui desenvolvida. (MEIRELLES, 2012, p. 86).

Como professora, penso que o planejamento é essencial e deverá ser construído com base no público inserido em sala de aula, ou seja, os discentes. Em se tratando de ensino básico, é importante observar e compreender as orientações de Meirelles (2012), que nos advertem sobre a questão em que os estudantes não estão na escola para receber uma formação em Ciências Sociais ou destinada à formação de sociólogos. Diante disso, é imprescindível que o professor da disciplina de Sociologia tenha uma abordagem em sala de aula sempre na busca das pré-noções trazidas pelos estudantes, oportunizando assim, uma sistematização que favoreça a existência de um diálogo entre os conteúdos escolares e a realidade cotidiana dos alunos.

No entanto, é necessário haver uma metodologia que desperte nos discentes um processo de estranhamento/desnaturalização de aspectos socialmente construídos, para que seja alcançado o objetivo da relação ensino-aprendizagem. Gusmão (2015), ao definir a

Antropologia como ciência do “fazer-fazendo”, apresenta a questão das diversas possibilidades e dificuldades em utilizar esta tática no cotidiano e nas práticas escolares:

O desafio de “fazer-fazendo”, de “aprender e ensinar”, enquanto “ensina e aprende” consiste em esforços de “re-unir” teoria e prática, ensino e aprendizagem, quando se fala em educação. Não qualquer educação, mas educação como processo que, inerente à condição humana, transfigura-se numa condição específica e escolarizada nas chamadas sociedades de classe – sociedades de marcada hierarquia e desigualdades, como é o caso da sociedade brasileira. Contudo, processos educativos ocorrem em meio à vida vivida, como parte das relações humanas que não se restringem ao espaço da escola, como é suposto em sociedades como a nossa. E, nesse sentido, é que se podem pensar as possibilidades de uma antropologia da educação ou as relações entre antropologia e educação. (GUSMÃO, 2015, p. 19).

A partir dessa concepção do “fazer-fazendo” em que os conhecimentos sociológicos se constituem, inclusive através de experiências vivenciadas e de uma relação consciente entre teoria e prática, é possível refletir sobre os diversos caminhos que poderão ser seguidos pela Sociologia.

Partindo do pressuposto de que cada indivíduo possui uma personalidade, ao mesmo tempo em que este necessita relacionar-se com outros indivíduos em sociedade, venho refletir sobre como nós, enquanto educadores, esquecemos estar diante de uma diversidade, onde esperamos, muitas vezes, que nossos alunos e alunas contenham os mesmos comportamentos, as mesmas opiniões e os mesmos objetivos. Diante disso, julga-se necessário reavaliar nossas posições e vivenciar em nosso cotidiano escolar a relação professor/aluno no “fazer-fazendo”, ensinar e aprender de modo que nossos esforços enquanto professores e professoras, estejam voltados a “re-unir” teoria e prática no processo ensino-aprendizagem.

É necessário que conheçamos nosso público para que possamos reavaliar nossos métodos e nossas práticas em relação a esses alunos e alunas, já que o conhecimento se constrói, também, por meio da relação entre quem ensina e quem aprende, ou seja, independentemente de ser professor ou aluno, uns aprendem com os outros e isso faz parte do fortalecimento da construção do ensino/aprendizagem.

A prática na escola precisa ser construída com vistas a que os processos educativos sejam mais abrangentes e intrínsecos à vida social. Sabe-se que a escola se coloca muitas vezes como um local de coerções e obrigações, distanciando-se dos estudantes e de sua realidade social, dificultando a situação daqueles que precisam voltar à rotina escolar, que deverão se readaptar a uma vivência, muitas vezes, já esquecida, e fazendo com que sintam-se impotentes e inseguros em não conseguir acompanhar os conteúdos abordados ou até mesmo em não

conseguir se adequar e conciliar sua rotina de trabalho durante o dia com as aulas à noite. Gusmão (2015) expõe que adquirir as múltiplas e diversas culturas:

Implica o assumir da teoria e da prática como elementos inseparáveis na construção do conhecimento, naquilo que é o método antropológico e a centralidade de sua maior ferramenta: a “cultura”. Por isso mesmo, segundo Ricardo Vieira (1995; 1999), a comparação e a reflexividade são suportes do processo que nos permite chegar à antropologia da educação e compreendê-la como contributo para a formação docente, de qualquer docente, na antropologia e fora dela. O pressuposto é que a antropologia faz parte de um corpus de conhecimento que difere do corpus que sustenta a educação. (GUSMÃO, 2015, p. 22).

A partir da concepção de Gusmão (2015), onde afirma que a Antropologia, como ciência, busca ponderar as distinções e proporcionar alternativas de intervenção sobre a realidade de modo a não negar as diferenças, percebendo as situações nas quais as relações sociais existentes entre os diferentes são entendidas como relações de poder socialmente construídas, compreendo que através desses métodos é possível trabalhar as diversas formas de relações sociais, desde as que se referem às questões de poder, como o processo de socialização e os interesses coletivos ou, até mesmo, os diversos conflitos existentes entre os indivíduos.

É importante que os estudantes consigam relacionar seu mundo cotidiano, suas experiências, problemas e vivências, contextualizados com os conceitos trabalhados nas aulas de Sociologia. Muitos desses discentes chegam à escola com pouca experiência em relacionar suas vivências com o que é estudado, sentindo dificuldade de relacionar de forma consciente teoria e prática. Dessa forma, faz-se necessário analisar com um maior cuidado e levantar questões acerca da realidade na qual os alunos estão inseridos, de modo a oferecê-los uma base conceitual que possa ser relacionada com o contexto social em que eles se enquadram, partindo também do conjunto de identidades da qual fazem parte, de modo a se adequarem ao currículo, acrescentando, assim, as possibilidades de serem capazes de resistir a alienação de seu cotidiano fora da escola ou, ao menos, saber lidar com ele.

É importante diversificar as metodologias de ensino, de modo que a transposição didática, teórica e os conceitos proporcionem aos estudantes melhores compreensões do que lhes é transmitido. Os desenhos, por exemplo, podem ser incorporados como forma de atraí-los para a interpretação ou como forma de estimulá-los a se comunicarem, além da escrita. Azevedo (2016) afirma a possibilidade em utilizar o desenho como método em suas pesquisas. Na educação básica, é possível utilizar esse método também, sendo capaz de ser um instrumento em que venha colaborar com a interação nas aulas. As imagens, através de fotos, apresentações



audiovisuais e filmes, podem complementar as abordagens teóricas dos conteúdos de sociologia e são métodos os quais poderão ser utilizados em diversas temáticas.

A utilização de imagens, seja por desenho, fotos ou vídeos pode, de certa forma, contribuir para que tenhamos acesso à realidade dos próprios estudantes de modo que relacionem sua vida cotidiana com o que estudam em sala de aula, além disso, é também uma inclusão dos discentes que se identificam com outras formas de se expressarem ou que por algum motivo tem dificuldades com a leitura e escrita, mas dominam outras habilidades que, geralmente, em um cotidiano tradicional das aulas não encontram espaços para expressar ou participar.

A flexibilidade e diversidade precisam ser compreendidas como algo necessário para um melhor desempenho do processo educacional. Enquanto professores, é interessante que percebamos cada estudante partindo de sua individualidade para que, a partir disso, possamos ter uma melhor relação com a coletividade, já que compreendemos que todas as questões sociais com as quais construímos nosso cotidiano fazem parte de uma construção social e é necessário que isso seja entendido pelos alunos também.

[...] vivemos em um modelo de sociedade ambígua. Socialmente estamos todo tempo sendo cobrados no sentido de encontrarmos um adjetivo correto que produza um reconhecimento individual ou coletivo que está sempre referido a uma variável culturalmente construída, como a profissão, condição física do corpo, lugar de nascimento, bairro onde mora, estado civil, nome de família, gênero, orientação sexual, crença religiosa, etnia, dentre outras. [...] O 'ser' é flexível na dinâmica própria do cotidiano, inserido em uma economia de trocas simbólicas e materiais com as coisas, pessoas, discursos e instituições, sempre tendendo a uma possibilidade de identificação mais sólida, sem conseguir alcançá-la de forma segura. (FREITAS, 2013, p. 3).

É preciso que a capacidade do discente seja conduzida de forma a constituir um papel de formação reflexiva, possibilitando uma melhor compreensão e confronto com a realidade, proporcionando uma contribuição para questionamentos sobre as reflexões levantadas por ele mesmo. É necessário também o estímulo do professor a estes alunos, de modo que utilizem suas criatividade e sintam-se preparados e estimulados a relativizar as circunstâncias vividas ou observadas no meio em que vivem.

A compreensão ou percepção específica de raciocínio analítico proporcionado por essa disciplina aos educandos, além de fornecer um contato diferente em relação ao entendimento sobre a realidade humana e uma percepção realista sobre a sociedade em que se vive, possibilita também a observação de fenômenos sociais aparentemente corriqueiros e naturais do cotidiano, que passam muitas vezes despercebidos (BRASIL, 2006).

Sabe-se que é necessário que os professores se sintam capacitados na elaboração de suas aulas, principalmente na escolha de temas que venham a interessar os alunos, que instigue atenção deles e estimulem a participação dos mesmos nas aulas. É necessário, portanto, que os estudantes compreendam as diversidades sociais e sabe-se que a Sociologia no Ensino Médio pode e deve ser utilizada para que se entenda que cada sociedade cria a sua cultura e é formada por uma heterogeneidade que faz parte de uma construção social que vivenciamos, e é preciso aprender que as diferentes formas de agir, sentir e ser, são ações que, mesmo entre os diferentes grupos sociais, dão significados às inúmeras formas que constroem a coletividade humana.

### 3 ENSINO DE SOCIOLOGIA E EJA

A disciplina de Sociologia, assim como a EJA, tem em seu contexto histórico marcas de luta e resistência para poder se manter presente no ensino básico. Ao realizar uma pequena retrospectiva sobre a trajetória histórica das lutas para introdução da disciplina de Sociologia no Ensino Médio, encontram-se referências de uma batalha “já centenária”, tendo como iniciativa primária a ação do positivista Benjamin Constant, ministro de Floriano Peixoto em 1891, período em que fora indicado como ministro da Educação, que apresentou um Plano Nacional prevendo a obrigatoriedade do ensino de Sociologia em todas as escolas de nível médio. Mesmo sem ter sido posta em prática sendo descartada após sua morte, esta data pode ser considerada a primeira iniciativa de introdução da disciplina. Afirma-se, então, que esta luta já perdura por um longo tempo em nosso país.

Em 1925, por uma proposta de Fernando Azevedo, a primeira escola brasileira, localizada no Rio de Janeiro e chamada Escola Dom Pedro II, introduziu a disciplina em seu curso de nível médio. Em 1928, com a Reforma do Ensino idealizada por Rocha Vaz (2012), a disciplina começa a ser obrigatória no currículo das Escolas Normais do estado e também na cidade de Recife pela iniciativa de Gilberto Freyre e Carneiro Leão.

No início da Era Vargas, em 1931, com a Revolução de 1930 e a atuação do ministro de Educação Francisco Campos, houve uma ampliação do ensino de Sociologia no país no nível secundário, porém de forma limitada, segundo Santos,

a Sociologia foi incluída como disciplina obrigatória no 2º ano dos três cursos complementares. Assim, ela se consolida na educação secundária, não como um componente da formação básica dos jovens (ciclo fundamental), mas, como uma das disciplinas responsáveis pela preparação de futuros advogados, médicos, engenheiros, arquitetos (cursos complementares) e professores (curso normal). (SANTOS, 2002, p. 32).

Na segunda fase da Era Vargas, em 1942, agora com outro ministro de Educação, Gustavo Capanema, a obrigatoriedade da disciplina foi retirada do currículo das escolas médias. Com a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (Lei nº 4.024/61), a Sociologia permaneceu como disciplina optativa ou facultativa nos currículos e a LDB seguinte, Lei nº 5.692/71, continuou mantendo esse caráter optativo.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação também está inclusa nas idas e vindas educacionais de nosso país, tendo sua primeira iniciativa em empreendimentos parlamentares com a Lei do deputado paulista Anis Brada no ano de 1961. O período da ditadura militar

marcou uma fase de violência e autoritarismo no país em 1964. Sob o comando dos militares, é proibido o ensino de sociologia nas escolas médias, os professores secundários e universitários passam a ser presos, cassados e aposentados compulsoriamente, em especial a partir de 1969, com a edição do Ato Institucional nº 5 (CARVALHO, 2004).

Ao observar as tentativas de atrapalhar a prática do ensino de Sociologia em nosso país, encontram-se situações absurdas que dificultavam o desenvolvimento desta ciência. O autor Lejeune Carvalho nos mostra uma dessas situações.

Com a reforma do ensino realizada sete anos depois de consolidada a ditadura militar, com a edição da Lei 5.692, de 11 de agosto de 1971, as coisas pioraram para nossa ciência. Ocorre a introdução nos currículos das escolas médias – que passam a se chamar de 2º grau – das disciplinas de Educação Moral e Cívica – EMC e Organização Social e Política do Brasil – OSPB, numa tentativa de espúria de substituir respectivamente Filosofia e Sociologia. (CARVALHO, 2004, p. 20).

Através da Lei nº 7.044/82, foi revogada a obrigatoriedade do ensino profissionalizante, abrindo a possibilidade de os currículos serem diversificados. Inicia-se, assim, a retomada da presença da Sociologia nas escolas secundárias, feito este que favoreceu a formação de professores pelas Secretarias de Educação de alguns estados, além da realização de concursos para o preenchimento de vagas de professores nas escolas, como foi o caso do estado de São Paulo e de outros que também aderiram.

No período referente aos anos de 1989 a 1996, segundo observações de Carvalho, algumas modificações políticas ocorrem, principalmente, pela promulgação das constituições dos estados brasileiros em outubro de 1989, tendo alguns desses estados já incluído a disciplina por esse mecanismo legal. Percebe-se então que este é um momento em que nascem expectativas para os defensores da disciplina de sociologia no ensino médio no Brasil. Porém, as expectativas e probabilidades de vitória alcançadas ainda passariam por momentos de frustrações e recuos.

A nova LDB – Lei nº 9.394/96 fortalece a esperança de que a sociologia se tornaria obrigatória como disciplina integrante do currículo do ensino médio, por seu Artigo 36, § 1º, Inciso III, determinar que “ao fim do ensino médio, o educando deve apresentar domínio de conhecimentos de filosofia e sociologia necessários ao exercício da cidadania”. Em outubro de 1997, na tentativa de aperfeiçoar este sonho, o deputado federal Padre Roque (PT), apresentou um Projeto de Lei que alterava a LDB em seu artigo 36, em que tornava obrigatório o ensino de sociologia e filosofia em todas as escolas de Ensino Médio no país.

No entanto, no dia oito de outubro de 2001, o PL 09/00 é inteiramente vetado pelo presidente da República Fernando Henrique Cardoso, justificando sua atitude alegando “contenção de despesas e falta de professores” (CARVALHO, 2004). Segundo o autor todas justificativas do presidente eram “invariavelmente falsas”, ademais sobre o verdadeiro sentido deste veto ele ainda complementa: “era preciso impedir que os milhões de jovens do Ensino Médio pudessem ter acesso a duas disciplinas que lhes propiciam uma melhor condição de reflexão e análise da realidade social em que estão inseridos” (p, 27). Entretanto, além dos motivos expostos, existiam também questões políticas, visto que FHC representava o neoliberalismo: concepção que tinha como meta o estado mínimo.

Carvalho (2004) ainda afirma que as verdadeiras intenções políticas se fixaram na insatisfação de ter uma educação social que instigasse o despertar dos alunos nas reflexões sociais e críticas acerca dos acontecimentos, bem como dos problemas cotidianos.

Após tantas lutas e diversos contrastes marcados por revezamentos de vitórias, derrotas e decepções, no ano de 2006 ocorreu a maior vitória dos defensores da Sociologia através do Parecer SEB\MEB 38\06, favorável à obrigatoriedade dessa disciplina em todas as escolas de ensino médio do país, públicas ou privadas (FORTE 2010). Mesmo tendo um início de adaptação ainda no ano de 2006, sua intensificação veio a ocorrer em 2008, mais precisamente em 12 de junho, quando o presidente da república em exercício José de Alencar assinou a Lei 11.684.

As implicações da longa trajetória de luta da inclusão desta disciplina no currículo escolar nos levam a observar as problemáticas advindas dessa inclusão, já que ainda vivenciamos um processo inacabado de busca por direcionamentos no que se refere às tentativas de adaptação e construção de discernimento das Ciências Sociais apresentadas pela Sociologia aos públicos que compõem o corpo discente da escola: nossos adolescentes, jovens e até adultos, todos compartilhando o mesmo anseio por mudanças de horizontes.

As Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio mostram-nos a necessidade de fazermos valer a inclusão desta disciplina com a abrangência e o verdadeiro papel dela no crescimento educacional e social dos estudantes. Este documento nos convida a questionar o papel da Sociologia nas escolas no nosso país e a reconhecer a importância de sermos educadores que proporcionem aos estudantes concepções de reconstrução ou desconstrução sobre o enxergar o mundo. É preciso, destarte, que o ensino desta disciplina venha a abranger uma diversidade de ensino e estudo relacionada a visões sociais. Segundo o documento:

A presença da Sociologia no currículo do ensino médio tem provocado muita discussão. Além dessa justificativa que se tornou slogan ou clichê - “formar o cidadão crítico” -, entende-se que haja outras mais objetivas decorrentes da concretude com que a Sociologia pode contribuir para a formação do jovem brasileiro: quer aproximando esse jovem de uma linguagem especial que a Sociologia oferece, quer sistematizando os debates em torno de temas de importância dados pela tradição ou pela contemporaneidade. A Sociologia como espaço de realização das Ciências Sociais na escola média, pode oferecer ao aluno, além de informações próprias do campo dessas ciências, resultados das pesquisas as mais diversas, que acabam modificando as concepções de mundo, a economia, a sociedade e o outro, isto é, o diferente de outra cultura, “tribo”, país, etc. Traz também modos de pensar (Max Weber, 1983) ou a reconstrução e desconstrução de modos de pensar. É possível, observando as teorias sociológicas, compreender os elementos da argumentação lógicos e empíricos que justificam um modo de ser de uma sociedade, classe, grupo social e mesmo comunidade. Isso em termos sincrônicos ou diacrônicos, de hoje ou de ontem. (BRASIL, 2006, p. 105).

São perceptíveis as dificuldades sofridas pela disciplina de Sociologia relacionadas à orientação metodológica e didática de ensino. Observa-se uma falta de comunicação e diálogo que favoreça mais intercâmbio de ideias e experiências práticas. É preciso trabalhar com os estudantes, de modo que comecem a valorizar a realidade que os cerca e na qual estão inseridos, para que, assim, possam ter uma visão fundamentada na criticidade, e, em consonância com a Sociologia, sejam capazes de compreender as representações sociais sob uma “nova ótica”. Segundo Sarandy, a grandeza do estudo de Sociologia é: “rasgar os véus das representações sociais e compreendê-las sob uma nova ótica, [...] como produtos sociais” (SARANDY, 2001, p. 127).

Baseando-me no contexto pesquisado sobre a Sociologia, compreendo que a complexidade em atuar como educadora e lecionar utilizando métodos que atraiam os alunos é sempre válido, ou seja, é uma constante luta não só em relação à disciplina de Sociologia, mas também ao “ato de ensinar”. A concretização das expectativas de ensino e aprendizagem são cobradas e precisam ser trabalhadas e vivenciadas por cada educador (a) e seus educandos (as), assim, estaremos exercendo a responsabilidade que cabe a cada um de nós enquanto docentes comprometidos com o nosso fazer e exercer a educação. As OCNs nos advertem sobre a importância da “mediação pedagógica” para uma melhor aprendizagem por parte dos alunos, explica-nos que:

Um dos grandes problemas que se encontram no ensino de Sociologia tem sido a simples transposição de conteúdos e práticas de ensino [...]. Esquecem-se as mediações necessárias ou por ignorância ou por preconceito: por ignorância porque muitos professores de cursos [...] desconhecem metodologias de ensino, estratégias, recursos, etc. que permitiriam um trabalho mais interessante, mais proveitoso, mais criativo e produtivo; ignora-se mesmo que a aula expositiva seja um caso, talvez o mais recorrente, mas não o único, com que se podem trabalhar os conteúdos de ensino;

o preconceito deve-se à resistência a preocupações didáticas e metodológicas no que se refere ao ensino, acreditando-se que basta ter o conhecimento – as informações? Para que se possa ensinar algo a alguém. É necessário, mas não suficiente [...]. A mediação da pedagogia [...] parece tão necessária [...] quanto mais diverso é o público em relação ao professor. [...] a presença do professor é fundamental, e o ensino é um ponto de partida básico. [...] não significa dizer que o ensino se reduza à transmissão de um saber como se fosse uma palestra, uma conferência ou uma simples leitura na frente dos alunos. Se se atentar bem, aqui não é só a mensagem que importa, mas, sobretudo a mediação (ou o meio) com que se apresenta essa mensagem. [...]. A linguagem da sociologia não nos deve passar despercebida, sob pena não só de um empobrecimento do que é ensinado e aprendido, mas, sobretudo de se passar a ideia de que existiria uma “linguagem dos fatos” (Popper, 1974), de que não existiria mediação entre o sujeito e o mundo, ou mesmo que a linguagem da Sociologia fosse “transparente” e não constitui se um problema sociológico. [...] As razões pelas quais a Sociologia deve estar presente no currículo do ensino médio são diversas [...] ultrapassar esse nível discursivo e avançar para a concretização dessa expectativa. (BRASIL, 2006, p. 108).

Cada estudante precisa se sentir preparado para vivenciar os desafios futuros em um mundo que vive em constante e acelerada transformação. É indispensável o exercício da cidadania na vida dos discentes, não apenas no sentido político de uma cidadania formal, mas também na perspectiva de uma cidadania substantiva, para que ele venha a transpor uma postura etnocêntrica, convivendo com a diversidade e associando o conhecimento a uma concepção de educação humanizada.

É necessário que os educadores focalizem o olhar no processo de formação dos estudantes, de modo a compartilhar seus anseios, suas dúvidas, sonhos e concretizações, e, através do convívio no meio escolar, auxiliem na construção de seus caminhos e suas escolhas com uma “interlocação” entre as diversas disciplinas estudadas no Ensino Médio, de modo a contribuir para um progresso na construção de cada indivíduo como ser social. As OCNs nos chamam a atenção para o enriquecimento de aprendizagem, se utilizarmos nas escolas uma interlocação entre as disciplinas lecionadas no ensino básico.

O ensino médio pode ser entendido como momento final do processo de formação básica, uma passagem crucial na formação do indivíduo para a escolha de uma profissão, para a progressão nos estudos, para o exercício da cidadania, conforme diz a lei, por isso a presença ou ausência da Sociologia é desde já indício de escolhas, sobretudo no campo político. Como parte do currículo, a Sociologia pode ocupar um papel importante de interlocação com as outras disciplinas ou com o próprio currículo como um todo, senão com a própria instituição escolar. [...] as relações da Sociologia não se restringem ao campo das ciências humanas nem a esse papel de vizinhança e complementação. [...] deve-se reconhecer a contribuição de outras ciências para a construção dos conhecimentos das Ciências Sociais. (BRASIL, 2006, p. 112).

As OCNs reconhecem a dificuldade que pode existir na relação da Sociologia com outras disciplinas devido ao “caráter questionador desta”, identificado muitas vezes como estranho ou até mesmo “desestabilizador”, no entanto, como nos adverte o documento em

questão, os professores de Sociologia devem ser conscientes de que a presença da disciplina na escola não se limita à garantia da diversidade curricular, mas se torna fundamental, sobretudo para a formação crítica dos alunos, tendo em vista que, se trabalhada em conjunto com as demais, o ensino obterá um resultado satisfatório na aprendizagem dos educandos. Diante disso, percebemos que o ensino de Sociologia ainda vivencia um processo de luta, não mais por inclusão curricular, mas por continuação, legitimidade e reconhecimento no campo escolar.

O discente necessita ser levado a compreender que “a sociedade não é simplesmente a soma dos indivíduos que compõem” (DURKHEIM, 2008, p. 256) e é no ensino sociológico que se encontra a contribuição que precisamos para o processo de preparação das novas gerações para a manipulação das técnicas racionais, no que diz respeito aos problemas econômicos, políticos, administrativos e sociais que envolvem o país, o estado, o município, enfim, toda a comunidade da qual fazemos parte (FERNANDES, 1977 apud MORAIS, 2007). É necessário se trabalhar com base em uma compreensão social e no desprendimento desse conformismo que impede que os indivíduos se mobilizem com ações transformadoras no meio social em que vivem.

### **3.1 Os estudantes da EJA e a escola**

Sabe-se que a função social da instituição escolar é, além de trabalhar o conhecimento científico, transpor os saberes acumulados pela humanidade/sociedades, de modo a entender que esses compromissos são primordiais para a formação do estudante enquanto indivíduo, pois esta formação os envolve diretamente no processo de humanização do público frequentador da escola. Esta situação nos leva a refletir sobre a importância em debater e analisar o ensino de Sociologia na Educação de Jovens e Adultos (EJA), de modo a priorizar questões que envolvam a escolarização dos mesmos, respeitando o perfil destes alunos.

Diante do que foi abordado no que se refere ao processo da modalidade EJA, quanto a sociologia no ensino básico, podemos direcionar nosso olhar a algo relevante e necessário, como a sistematização do conteúdo programático e os métodos de ensino da disciplina que visem a desnaturalização e o estranhamento de modo a despertar a importância na aprendizagem teórica e abordagem prática nos conhecimentos referentes à área de ciências humanas. Visto que “[...] o ser do homem, a sua existência, não é dado pela natureza, mas é produzida pelos próprios homens” (SAVIANI, 2005, p. 225).



Partindo dessa percepção, destacamos a importância do ensino de sociologia para a formação de cada estudante, bem como para contribuição em fornecer conhecimentos acerca da estrutura e relações sociais, de modo a criar um ambiente na escola para discussões sobre a relação indivíduo e sociedade nas diversas áreas da vida desses estudantes.

A partir de algumas reflexões sobre a realidade que se apresenta, o educando deve ser visto como sujeito sócio-histórico-cultural, com conhecimentos e experiências acumuladas, que possui seu próprio tempo de formação a ser respeitado. Salientando ainda que este mesmo documento propõe que as instituições ofertantes desta modalidade deverão informar aos interessados os componentes curriculares, sua duração, requisitos, qualificação dos professores, recursos didáticos e cumprir as respectivas condições de modo a estarem aptas a receber cada estudante pertencente às instituições.

Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, também encontramos na seção direcionada a Educação de Jovem e Adulto especificações que afirmam que: “o Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si” e ainda enfatiza que “os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames, (BRASIL, 2016, p. 12)”.

Em uma análise feita no documento de Proposta Pedagógica da EJA na escola pesquisada, encontra-se descrito em seu texto que o objetivo maior do curso de EJA na referida instituição é “a preparação dos alunos para o mercado de trabalho o que garantirá destaque nestes tempos de crise econômica. Assegurando gratuitamente a aprendizagem contínua em todas as fases da vida para jovens e adultos” (p. 2).

Ao conversar com alguns estudantes dessa modalidade nos encontros presenciais que tivemos antes da pandemia, o assunto mais abordado eram os motivos que os levaram a estar ali, e a maioria das respostas eram referentes ao mercado de trabalho. Realmente, existe um desejo muito grande por melhores condições financeiras; alguns desses alunos voltaram à escola por exigências do mercado de trabalho, pois, segundo eles, sempre que tentavam conseguir alguma vaga de emprego, uma das cobranças era o certificado do ensino médio, ou seja, uma das necessidades é a busca por uma profissão.

Sendo assim, o desejo por uma carreira com melhores remunerações faz parte da maioria do público que frequenta esta modalidade de ensino, como é o caso da Aurilene, de 28 anos, aluna da turma um da EJA, que precisou parar de estudar aos 16 anos e, desde então, trabalha como empregada doméstica, mas nunca se sentiu realizada profissionalmente. Segundo ela: “Todo trabalho é digno, mas tenho outros sonhos. Sinto que ainda posso melhorar de vida,

por isso decidir voltar. Eu nunca quis abandonar meus estudos, foi por necessidade financeira. Queria muito viver a escola novamente.”

Esse é apenas um dos relatos ouvidos, dentre outros, que também estão direcionados ao foco de oportunidades de trabalhos. É importante ressaltarmos que as preparações desses estudantes precisam condizer com esse interesse: é necessário que eles estejam aptos a encarar o mercado de trabalho e que a aprendizagem de conteúdos e todo o contexto do qual eles pertencem precisa contribuir para essas concretizações almejadas. Esse público traz consigo as marcas do tempo, algumas experiências até traumáticas da escola, mas por algum motivo precisam voltar ao espaço escolar.

Os históricos dos estudantes da EJA são diversos, não tem como limitá-los a um único motivo de abandono escolar nem mesmo um motivo de volta aos estudos. Nas participações nas aulas, encontrei alunos que estão nessa modalidade por terem um histórico de aluno repetente, que atrasaram no ensino regular. Outros em situação de problemas de saúde, por ter que deixarem a escola para fazer procedimentos cirúrgicos após sofrerem acidente etc.

Encontrei também o aluno Ângelo, discente da turma dois da EJA, que atualmente tem 19 anos, mas que na adolescência passou por um processo de depressão e que só conseguiu voltar a estudar pelo desejo de fazer o curso técnico em eletrônica. O anseio pela realização desse sonho foi o que motivou o retorno desse aluno à escola, fazendo com que ele tentasse enfrentar suas limitações em relação à sua dificuldade em ter que se socializar com outras pessoas. Foi possível perceber em sua fala que a movimentação diurna do ensino regular, com adolescentes em suas relações eufóricas, com brincadeiras e agitações o deixava totalmente desconfortável, acarretando assim a definição de bem-estar ao frequentar a escola em um turno definido por ele mesmo como “um estado de tranquilidade e paz com o silêncio”. Segundo Ângelo:

a tranquilidade do silêncio me ajuda na concentração. Não gosto da loucura que é uma sala cheia de gente, colegas sempre conversando, brincando, eu gosto de onde tem pouca gente. Nunca me senti à vontade com alunos adolescentes, mesmo eu sendo um, nunca me encaixei, aí desisti de estudar, tive um problema sério de depressão, fiz terapia e só voltei agora, pra realizar meu sonho e tentar viver em sociedade. A minha doença me afastou de todo mundo, eu só queria estar sozinho, nem com pessoas da minha família eu queria contato, mas quando vi minha mãe sofrendo muito por mim, eu tentei dar a volta por cima e é por isso que eu estou aqui. (ANGELO, 05 de dezembro de 2019).

Enfim, inúmeros são os motivos da evasão escolar, bem como da volta para a escola e isso nos desperta para a metodologia e prática de ensino as quais fazem parte do cotidiano

desses estudantes. São histórias e circunstâncias diferentes, mas o intuito de aprender e de querer voltar faz parte da relação instituição escola e estudante.

Sabendo que adentrar no campo da pesquisa não é tarefa fácil (PEREGRINO, 2010) e que implica em transformar um ambiente aparentemente familiar em fonte de inovação de conceitos e novas expectativas, através de um envolvimento frente ao cotidiano escolar compartilhei vivências, observando comportamentos, mudanças, interações, realizações, dilemas e conflitos enfrentados pelos membros que compõem a escola. Podendo percebê-la, também, como fonte de ensino e espaço de diversidade, que resulta em um ambiente de aprendizagem, novas construções e relações sociais, bem como um local onde se compartilham as diferenças culturais, econômicas e políticas, proporcionando, assim, um crescimento individual e coletivo para todos os envolvidos com a instituição.

O ensino noturno é composto por estudantes que geralmente são trabalhadores que estão cansados do dia de trabalho, e, em diversas circunstâncias, possuem dificuldade de assimilação dos conteúdos, fazendo com que alguns até pensem em desistir dos estudos, exigindo dos educadores um cuidado maior em questões metodológicas, para que os estudantes possam aprender e se sentir seguros com os conhecimentos adquiridos.

Através do contato com o público pesquisado, foi possível me aproximar de alguns conflitos e experiências, e vivenciar a educação nas circunstâncias da EJA. É perceptível como estamos diante de situações em que profissionais lutam para realizar um bom trabalho, mesmo não sendo na sua área de especialização, como é o caso de lecionar essa modalidade, em que um único professor assume as quatro disciplinas da área de humanas (Sociologia, Filosofia, Geografia, História); contrata-se um professor de uma disciplina, mas ele assume todas.

O professor regente das turmas que acompanhei é graduando, estudante do 8º período do curso de filosofia na UVA; é docente da EJA nessa instituição desde o ano de 2018. Ao conversar com o professor sobre atuar em nessa modalidade de ensino, ele demonstra imensa preocupação em poder realizar um trabalho bem-feito, mas ressalta o quão delicado é se desdobrar em quatro disciplinas, ter o domínio de todas e ainda fazer com que os alunos não confundam as disciplinas, conteúdos, atividades, provas etc.

Pude comprovar o motivo da preocupação do professor, em relação aos alunos confundirem as disciplinas, quando em uma das minhas conversas com os alunos sobre sociologia, ao perguntar sobre o que achavam dessa disciplina, alguns deles me respondiam com outra pergunta “Qual é a diferença de sociologia pra filosofia mesmo, hein?”. Ou então: “Eu sempre confundo sociologia e filosofia, tudo é sobre o ser humano ou a sociedade. Eu gosto delas porque a gente pode falar sobre nós mesmos, mas confesso que acho complicado saber

qual é qual e nem livro separando uma da outra tem pra gente se basear melhor”. Relato dado por Carlos, 20 anos, aluno da turma dois da EJA.

Mais do que fazer com que os alunos compreendam o conteúdo e a importância da disciplina, é necessário que sejam estimulados a problematizar e questionar os acontecimentos sociais, favorecendo assim a existência de uma visão sobre a vida, ética-moral-sociopolítica, cultural e econômica. Sarandy (2001) nos adverte sobre o que se pode fazer para termos uma compreensão precisa sobre o sentido da disciplina de sociologia no ensino médio:

Para compreendermos o sentido da sociologia como disciplina na grade curricular do Ensino Médio deverá, antes de tudo, compreender os objetivos que por meio dela se pretende atingir [...], indo de encontro dos que foram traçados para o Ensino Médio a partir da Lei n. 9.394, de 1996. (SARANDY, 2001, p. 1).

A compreensão que se deve ter em relação à sociologia como disciplina curricular tanto no ensino médio quanto no regular, quanto à modalidade EJA, precisa ser direcionada à importância de suas análises em relação à desnaturalização e ao estranhamento dos fatos, de modo que venham a romper com as ideias pré-concebidas que limitam a visão crítica e argumentativa dos estudantes. É necessário, também, o estímulo do professor a estes alunos de modo que utilizem suas criatividade e sintam-se preparados e estimulados a relativizar as circunstâncias vividas ou observadas no meio em que vivem.

A compreensão ou percepção específica de raciocínio analítico proporcionado por essa disciplina aos educandos, além de fornecer um contato diferente em relação ao entendimento sobre a realidade humana e uma percepção realista sobre a sociedade em que se vive, possibilita a observação de fenômenos sociais aparentemente corriqueiros e normais do dia a dia, que passam muitas vezes despercebidos no cotidiano (BRASIL, 2006), mas que, a partir de uma compreensão do que se estuda na sala de aula, pode haver uma contribuição para esse olhar desnaturalizado de modo a se ter um melhor entendimento e crescimento intelectual.

Segundo Tomazi e Lopes Júnior (2004), é preciso que os professores pensem e reflitam sobre a capacidade de desenvolver em seus alunos a imaginação sociológica, para que, assim, possamos construir uma sociedade diversa, autônoma, emancipada e emancipadora, uma formação teórica sólida, firmada em conhecimentos e análises dos fenômenos sociais, políticos, econômicos e culturais da atualidade.

A elaboração do programa de sociologia para a modalidade segue sendo uma das prioridades dessa discussão. E com isso, afirma-se a elaboração de suas aulas, e, principalmente,

a escolha de temas que venham a interessar aos alunos, que instigue a atenção deles e estimulem sua participação nas aulas. São essas as dificuldades vivenciadas no cotidiano escolar.

Os professores vivenciam a limitação tanto nos programas curriculares que são elaborados pelas secretarias de educação quanto no tempo de aula. A quantidade de assuntos também dificulta a prática e inovação metodológicas no ato de lecionar. Alexandre Barbosa Fraga juntamente com Nádia Bastos, aconselham os professores a se dedicarem em inovar as metodologias de ensino como forma de estimular o interesse e aprendizagem dos estudantes.

[...] o professor deve fazer uma reflexão constante sobre sua metodologia de ensino e seu material didático. Quanto mais ele experimentar novos métodos, diversificar seus materiais, propor novas atividades, maiores serão as condições de ele selecionar o que dá mais certo com ao aluno e, assim, tornar a aula mais interessante. Isso pede que, por mais difíceis que sejam as condições de trabalho, o professor esteja disposto a inovar. O que adianta utilizar todo o ano os mesmos materiais e a mesma metodologia se claramente não parecem despertar o interesse do aluno. (FRAGA; BASTOS, 2009, p. 181).

Podemos pensar também sobre o quanto é indispensável à autonomia do professor na sala de aula, e o quanto muitos educadores precisam se desprender da “mesmice” e começarem a pensar em possibilidades de administrar um conteúdo atraente aos alunos. Com Tomazi e Lopes Junior, aprendemos também que tanto os educadores quanto os estudantes precisam de:

asas e raízes, fundamentos e imaginação para construirmos uma sociedade diversa, autônoma e emancipada e emancipadora. Raízes mais profundas possíveis que nos possibilitem uma formação teórica sólida; os fundamentos de um conhecimento que permita caminhar com segurança na análise dos fenômenos sociais, políticos, econômicos e culturais de nosso tempo. Asas da imaginação, para podermos voar e sair das mesmices e dos lugares comuns que a rigidez de pensamento, o conformismo e a apatia nos aprisionam. (TOMAZI, LOPES JUNIOR, 2004, p. 68).

A professora e pesquisadora Ileizi Silva (2009) expõe uma rica comparação entre o artesão e o professor: ambos aprendem com seus mestres de ofício, mas precisam criar suas próprias técnicas de trabalho para construir artes peculiares do que aprenderam, ou seja, é através da autonomia que o docente poderá criar modos autênticos de ensino, e, assim, ele estará enriquecendo seu trabalho e construindo uma carreira sólida no meio educacional.

Partindo então dos conselhos sobre metodologias de ensino e prática docente, é necessário ressaltarmos o posicionamento de alguns autores referente à distinção das aulas de Sociologia e sua colaboração na vida dos estudantes.

A característica distintiva da sociologia e sua mais importante contribuição para a formação dos alunos é a reflexão sobre a realidade social por meio de um arcabouço teórico sociológico. Cabe aos professores valorizarem essa característica mais intensamente para que o lugar que a sociologia ocupa na educação básica seja cada vez menos apenas o reflexo da sua inclusão obrigatória no currículo do ensino médio, e cada vez mais o resultado de sua contribuição efetiva com a formação discente, de forma que se torne visível um lugar conquistado e reconhecido como seu. (BASTOS; FRAGA, 2009, p. 182).

A dinâmica do “ensinar sociologia” requer um embasamento fundamentado para além do que seja ensinar essa disciplina; aplica-se na interrogação do saber o que ensinar e principalmente como ensinar (HONORATO, 2009). Analisando a escola pesquisada no que se refere ao ensino, bem como algumas questões referentes ao uso do material didático e prática docente, lembro-me de uma conversa que tive com o professor regente das turmas EJA da referida escola, em que o mesmo afirmou nunca ter tido acesso à ementa de Humanas da EJA, mas que utiliza o livro “Viver Aprender / Ciências Humanas / Ensino Médio” adotado pela escola. Esse, no entanto, se trata de uma coleção em que cada área possui sua indicação de conteúdo para Educação de Jovens e Adultos e os conteúdos são separados por disciplinas em uma divisão de etapas.

Esse livro se encontra na biblioteca da escola e foi disponibilizado pelo PNLD em 2014 com uma validade até 2016, no entanto, é o único material específico da EJA que a escola disponibiliza para alunos e professores e, por esse motivo, ainda continua sendo utilizado. Os conteúdos presentes neste livro para a disciplina de sociologia são divididos em etapas, cada uma delas representando uma série do ensino médio:

Etapa 1 - A Imaginação Sociológica e o Trabalho e suas metamorfoses.

Etapa 2 - Cultura e sociedade.

Etapa 3 - Política, cotidiano e democracia no Brasil e Cidade e relações sociais.

É perceptível a limitação de conteúdo fornecida no material proposto para trabalhar nessa modalidade: uma disponibilização de cinco temas para três semestres pode ser considerada como uma abordagem vaga sobre o olhar sociológico nas discussões com os estudantes. Isso nos remete à necessidade de um olhar especial no que se refere à produção de materiais metodológicos que proporcionem aos alunos um ensino em que possam ter uma aprendizagem significativa, bem como um suporte para que o professor possa efetuar seu trabalho com melhores metodologias e práticas.

Assim sendo, questionamo-nos sobre a diferença entre as orientações de documentos e leis e a realidade do que é vivenciado na prática, pois, de acordo com as (DCNs),

“[...] qualquer orientação que se apresente não pode chegar à equipe docente como prescrição quanto ao trabalho a ser feito” (BRASIL, 2006, p. 9). “É preciso que as propostas se aproximem sempre mais do currículo real que se efetiva no interior da escola e de cada sala de aula” (BRASIL, 2006, p. 9).

O fato é que estamos cercados de problemas e, entre eles, enfrentamos a questão do material utilizado pelos estudantes, muitas vezes em condições limitadas, contribuindo para a precariedade na aprendizagem, entendimento e desenvolvimento dos educandos.

As análises que direcionam a construção desse trabalho nos despertam ao que se refere às táticas e práticas utilizadas no magistério, induzindo-nos a pautar alguns exemplos práticos, que podem proporcionar interação entre professor e aluno, além de uma melhor construção do processo aprendizagem.

A utilização de debates e pesquisas baseados em temas sociais são métodos que poderiam contribuir no envolvimento dos alunos, instigando-os a pensarem os argumentos de forma que fossem mostradas as razões das realizações que buscam em determinado assunto sobre as informações dos temas discutidos, possibilitando momentos interativos entre os alunos e entendimento do conteúdo com auxílio do professor em discussões e exposições sociológicas, concedendo-os a oportunidade de sugerir temas a discutir em sala.

Com base em uma nova concepção sobre a sociologia no ensino básico, Alexandre Barbosa Fraga e Nádia Moura Bastos (2009, p. 174) estimulam-nos a refletir sobre a responsabilidade que cada professor precisa ter em relação à formação dos discentes. É atribuição do professor de sociologia: “formar alunos que reflitam sobre a realidade social por meio de uma perspectiva sociológica”, ajudando-os a realizar uma problematização objetiva sobre a sociedade que os cerca, apresentando-os maneiras de perceber a realidade através de um olhar sociológico.

Para garantir uma melhor aprendizagem é preciso que as ideias sejam apresentadas com a utilização de ferramentas que garantam aos estudantes interesse sobre o tema abordado, mas, infelizmente, o que geralmente acontece são aulas lecionadas com métodos desestimulantes aos alunos, garantindo apenas “corpos presentes com pensamentos ausentes” na sala de aula.

O educando precisa ser “desafiado, mobilizado, sensibilizado”, de modo que perceba alguma relação entre o conteúdo estudado e a vida cotidiana, relacionando-o, também, com suas necessidades, problemas e interesses, (GASPARIN, 2011, p. 13). O professor precisa se interessar por aquilo que os estudantes já conhecem, pois é sua função aprofundar e problematizar as concepções oriundas do cotidiano destes alunos, bem como retificar,

esclarecer ou reconceituar ações exercidas ou percebidas por eles, dando-lhes a oportunidade de mostrar suas curiosidades, indagações, incertezas e desejos de conhecimentos sobre o assunto, relacionando-o com a realidade vivenciada por cada um deles (GASPARIN, 2011).

Segundo advertência do autor, através do diálogo entre professor e aluno se cria uma relação de confiabilidade, de modo a compartilharem experiências e esclarecimentos delas. “Se o aluno perceber que suas preocupações cotidianas são também de interesse do professor, com certeza estará muito mais motivado na busca de dados para as soluções de suas dúvidas” (GASPARIN, 2011, p. 29). Assim, é de fundamental importância que os estudantes sejam envolvidos na construção ativa de sua aprendizagem, tornando-se cidadãos conscientes, críticos e participativos não só na sala de aula, mas na sociedade em que vivem.

É necessário que se traga para a sala exemplos de situações do cotidiano dos próprios alunos, para que, assim, a explicação se baseie na própria realidade dos estudantes e produza um estranhamento e desnaturalização do que se fala ou se ouve no habitual, estimulando-os a realizar pesquisas diretas sobre essa realidade, ou seja, com pessoas que vivam ou não a mesma realidade que eles, fazendo-os vivenciar na prática algumas teorias expostas na sala de aula, desmistificando ideias construídas pelo senso comum.

É importante que cada educador se sinta com a incumbência de refletir sobre como desenvolver e explanar melhor o conteúdo, de modo que os educandos sejam orientados a constituírem um conhecimento com autonomia para refletir sociologicamente a realidade vivida e enxergada por eles.

É de suma importância que cada estudante seja preparado para conviver com as diferenças, proporcionando assim um melhor relacionamento entre o grupo e reflexões sobre as diversidades que cada um traz do seu cotidiano, de modo que venham a reconhecer a importância do respeito pelas diferenças, sejam elas culturais, sociais, étnicas, dentre outras, para refletir e problematizar as circunstâncias de modo a reconhecer que é necessário aprender a conviver e respeitá-las.

### **3.2 Os locutores<sup>2</sup> da pesquisa: Concepções e perspectivas**

Ao analisar as reflexões expostas sobre metodologias de ensino, recorro-me às palavras de Florestan Fernandes (apud IANNI, 2008), quando sugere que o professor seja um cidadão e um ser humano rebelde na sala de aula. Percebo então, com isso, o papel transformador de um educador, já que, ao estar à frente de uma sala, ele deve não só ter, mas

---

<sup>2</sup> Todos os locutores citados no decorrer do trabalho possuem nomes fictícios.



incentivar o pensar sociológico, o estranhamento, a desnaturalização e a relativização de algumas concepções ideológicas que regulam a vida social e, através de cada uma dessas ações, tentar despertar um novo olhar perante a sociedade, construindo uma prática cotidiana compreendendo a importância da disciplina de Sociologia no Ensino Médio, bem como na modalidade EJA.

A prioridade que se precisa ter é em relação ao público o qual se trabalha; é necessário que seja baseada, também, em como os alunos se identificam, enquanto estudantes. Como já citado no início deste trabalho, por motivo pandêmico, sem possibilidade de encontros presenciais com os locutores da pesquisa, tive que dar continuidade à pesquisa por meios virtuais. Sendo assim, em uma conversa pelo WhatsApp com o professor regente das turmas EJA, abordamos um assunto sobre a interação dos alunos nas aulas de sociologia. Segundo ele, a maior interação acontece quando os assuntos estão relacionados às vivências do cotidiano, aos temas voltados a questão do trabalho, revolução industrial, cidade e relações sociais - foram assuntos que o professor percebeu um envolvimento em questionamentos e discussões que fizeram com que essas aulas fossem bem participativas.

O professor também relatou que a diferença entre a idade dos alunos é algo delicado, tanto na questão de abordagem dos assuntos quanto em entendimentos e interesses, pois, como a própria característica dessa modalidade já especifica, tem jovens de 18 anos estudando, mas tem também estudantes na faixa etária de 50 anos, fato esse que precisa ser levado em consideração principalmente nas aulas em ensino remoto, em que a frequência é bem menor por falta de celular, computador por parte dos alunos ou até mesmo por alguns não saberem usar os aplicativos utilizados para aulas e atividades virtuais. Desse modo, eles são alcançados com atividades impressas que o professor prepara e vai entregar na casa do aluno.

Ao falar de sala de aula, é necessário compreendermos que os estudantes também precisam do seu lugar de fala, então ouvi-los é importante para construção dessa pesquisa. No período que acompanhei presencialmente as aulas, aproveitei os horários de intervalos para conversar com alguns estudantes, nos quais pude conhecer um pouco sobre suas histórias e também perguntar sobre a relação deles com a disciplina de sociologia.

Alguns disseram que gostam dessa disciplina por sentirem que com ela podem entender um pouco da realidade da sociedade, outros relacionam com o que vivenciam no trabalho, em casa, enfim, no cotidiano. Percebi, no entanto, que, em alguns casos, têm-se alunos que sentem uma dificuldade em entender a sociologia como disciplina que precisa ser compreendida para além do senso comum, que, assim como as outras disciplinas, ela precisa ser compreendida a partir de análises teóricas, sociológicas e compreendida como ciência.

Falar sobre compreensão de conteúdos e entendimentos sobre o que se estuda também faz parte do contexto em conhecer um pouco da diversidade de quem faz parte desse público. Sendo assim, apresentarei um pouco de quem são esses alunos da EJA da Escola Dr. José Euclides Ferreira Gomes Junior. Alguns desses alunos possuem a mesma idade, mas os motivos que os levaram a está ali são totalmente diferentes; isso me instiga a pensar o quão diferentes são as realidades de pessoas que muitas vezes frequentam os mesmos espaços.

Nas turmas pesquisadas o público é diverso, tanto na idade, quanto nos motivos que os levaram a frequentarem a EJA. Marcelo, Alexandre, Roniel e Cosmo são alunos com a idade de 18 anos, mas possuem histórias diferentes.

Marcelo era um aluno tido como um “problema” na escola. De acordo com seu próprio relato, “eu era a perturbação dessa escola quando estudava, era danado demais, até os meus colegas de sala diziam que o problema da turma era eu” e, assim, por sua falta de comportamento, pelas notas abaixo da média em provas e trabalhos, Marcelo repetiu duas vezes primeiro ano do ensino médio e uma vez o segundo ano. Devido às repetições de ano, completou 18 anos ainda sem ter concluído o ensino médio. De acordo com seus relatos, Marcelo conta que a própria direção da escola o comunicou de que a matrícula dele seria na EJA pelo atraso da série e idade. Marcelo afirma que estudar à noite era algo positivo para ele, porque dessa forma ele teria o dia livre para ajudar em casa ou para procurar algum trabalho, já que, até então, ele ainda não tinha conseguido trabalhar, mas almejava muito fazê-lo para ter sua própria remuneração, sem depender dos pais.

Alexandre, também da mesma turma e idade, foi um aluno que desistiu dos estudos na adolescência por ter vivenciado uma depressão muito forte, acarretando o abandono da escola. Segundo seu depoimento, lugares com movimento e barulho ainda o incomodam muito. Ele faz terapia e, aos poucos, está retornando à vida sociável fora de casa, pois um dos motivos do abandono da escola era o incômodo causado pela agitação e movimentação do lugar. Em nossa entrevista, Alexandre expõe os motivos por preferir o estudar nessa modalidade: “eu gosto do silêncio e da calma. Estudar à noite com pessoas mais velhas não me incomoda; eles são silenciosos. O barulho e muita gente me dá pânico; é muita zoada durante o dia. Isso faz eu não me sentir bem com a galera da minha idade”.

Alexandre voltou a estudar pelo desejo de se tornar técnico em eletrônica e, para isso, precisa concluir o ensino médio. Algo interessante em conversar com este aluno foi a sinceridade em dizer “professora, me desculpe, mas eu não gosto de sociologia, confesso que não entendo muito bem os assuntos trabalhados nessa disciplina, eu prefiro exatas, mas eu tento pelo menos tirar notas boas, mas gostar não gosto”. Com esse depoimento, ele sorriu e pediu

desculpas novamente, falando ainda um pouco sobre seu desejo de tornar-se um grande profissional e se sentir realmente curado da depressão.

Roniel, assim como Alexandre, também relatou sobre a dificuldade de compreender o conteúdo de sociologia, relatando sobre a falta de material: “não tem nem livro pra gente estudar, se tivesse, seria melhor, pelo menos pra gente tentar ler. Eu acho legal os assuntos, mas o tempo de aula é pouco e, sem livro, é ruim”. O motivo de estar na EJA também é referente a problemas de saúde, mas, no caso dele, foi um acidente jogando bola que fez com que ele precisasse passar por diversas cirurgias em uma das pernas fazendo com que grande parte dos últimos quatro anos tivesse sido dentro de salas cirúrgicas e internado em hospitais:

Professora, eu praticamente morei os últimos anos da minha vida dentro de ambulância e hospital, é ruim demais, logo eu, que sempre sonhei em ser um grande jogador de futebol ou até mesmo professor de educação física, mas a senhora tá vendo? Essa perna cheia de ferro, tô agradecendo a Deus por estar vivo ainda, mas é chato a gente não pode nem curtir, eu venho pra escola pelo menos pra me sentir um pouco mais normal. (informação verbal<sup>3</sup>).

Assim como Roniel, Cosmo também tem 18 anos. É um aluno que acha a sociologia uma disciplina legal, mas relata que não entende quase nada do que o professor explica e que se identifica melhor com as disciplinas de exatas. Cosmo afirma nunca ter se identificado com a escola, na infância e adolescência era um espaço que ele achava que não era para ele, porque nunca deixavam fazer nada que queria e em que, por muitas vezes, ouviu de professores que o lugar dele era na rua por não querer obedecer às regras nem se comportar nas aulas:

Quando eu estudava aqui, de dia eu vivia sendo expulso de sala, porque eu não parava quieto na cadeira. O cara não podia nem se levantar já mandava pra fora, era marcação só porque eu era danado (risos). Aí a direção me dava suspensão, só podia entrar com o responsável. Eu vivia mais em casa do que na escola, aí eu preferi trabalhar de servente com o meu pai, que é pedreiro, do que estudar e até hoje trabalho nisso, ganho meu dinheiro e vim terminar. Vai que um dia preciso do certificado para alguma coisa: tem empresa que pra contratar o cara, exige algum estudo, tem umas empresa de construção massa que paga bem. Aí, como agora eu já sei ficar quieto e sentado, eu vim, mas num gosto muito, não vou nem mentir (gargalhada). (informação verbal<sup>4</sup>).

Descrever um pouco sobre a história desses alunos é perceber as diferenças que o professor Ramiro frisou acima: são experiências, sonhos e marcas trazidos pela vida e que são

---

<sup>3</sup> Conversa com Roniel, 05 dez 2019.

<sup>4</sup> Conversa com Cosmo, 05 dez. 2019.

essenciais para lidar melhor com essa diversidade. Aurilene, de 28 anos e aluna da EJA, trabalha como doméstica na cidade de Sobral e teve que abandonar os estudos aos 17 anos para poder contribuir financeiramente em casa. Sempre teve vontade de voltar a estudar, pois, mesmo tendo que deixar os estudos antes de terminar o ensino médio, ela nunca perdeu esperança de um dia entrar na universidade e cursar pedagogia. Em uma de nossas conversas ela relata: “Mesmo voltando à escola agora já tarde, eu ainda sonho de fazer minha faculdade; sei que não é fácil, mas ainda quero melhorar de vida”.

Sobre a disciplina de sociologia, a Aurilene diz que gosta muito, mas que na época que estudava não tinha essa disciplina, então para ela é algo novo que tenta compreender por gostar dos temas abordados em sala, sendo assim afirma: “eu gosto dessa disciplina, mas, pra ser sincera com a senhora, eu tenho dificuldade de entender o que eu leio, aí, às vezes, é cansativo ficar lendo tudo de novo e mesmo assim não entender nada. A dificuldade que tenho com a leitura me atrapalha muito em aprender e entender o que tento ler”.

Adailton de 32 anos, aluno da turma um da EJA, também se inclui nos repetentes enquanto estudante do fundamental, ainda na infância, ocasionando com que ele desistisse dos estudos ainda no início do primeiro ano do ensino médio, por vergonha de estar em sala com colegas mais novos. Agora adulto, atuante na área de segurança, resolveu voltar à escola para concluir o ensino básico. Em nossa conversa Adailton relata: “eu já tenho minha profissão, sou segurança em festas e eventos, mas já perdi oportunidade de trabalho com carteira assinada por não ter meu diploma. Isso sempre me deixou muito triste; por isso, resolvi voltar a estudar”.

Sobre a disciplina de sociologia, Adailton relatou que, ao retornar aos estudos, se deparou com algumas novidades, sendo essa disciplina era uma delas, nesse retorno ao ambiente escolar. Em tom divertido, ele afirma: “professora essa disciplina aí é legal (risos). Quando fala de relações sociais, essas coisas de diversidade aí, que vocês mandam a gente respeitar os outros (risos), me ajuda até no meu trabalho a tratar as pessoas”.

Alguns históricos de vida mudam dependendo da idade ou dificuldades enfrentadas, como é o caso de uma aluna que tem uma história de superação admirável. Fátima tem 49 anos e é estudante da turma dois da modalidade EJA. Passou 19 anos da sua vida longe da escola e precisou se adaptar à doença obtida ainda na infância: poliomielite (paralisia infantil), que é uma doença contagiosa aguda causada por vírus e que, em casos graves, pode acarretar paralisia nos membros inferiores. Fátima se locomove com ajuda de muletas e tem a profissão de costureira, sendo uma das mais requisitadas da Serra do Rosário. Segundo ela, um dos motivos que a fez deixar de estudar foi o fato não poder se locomover e não ter quem a levasse para a escola:

Eu não podia vir estudar, era muito pobre e não tinha nem muletas como essa, minha família não tinha condição de comprar. Então fiquei só em casa e, pra não me sentir inútil, aprendi a costurar pra ajudar financeiramente em casa e hoje sou até estilista, você acredita? Desenho roupa e tudo, se você quiser eu desenho um vestido lindo pra você (gargalhada). Eu sinto muita dificuldade com leitura e escrita e, como hoje tem a internet e quero melhorar meu trabalho, pesquisar roupas e técnicas novas de costura, eu preciso ler e foi isso que fez eu voltar a estudar: é pra melhorar meu trabalho e de fazer algum curso de técnicas novas de costura e, pra ser bem sincera, vir pra escola é até bom pra sair de casa sabia? Aqui a gente encontra os conhecidos, acha graça, eu passo o dia todo sozinha com minhas costuras e meu marido trabalha e eu fico só, eu acho um divertimento (gargalhada). Agora essa sua disciplina aí, Sociologia, eu não entendo nada, a senhora me desculpe, mas eu num é de mentir (gargalhada). (informação verbal<sup>5</sup>).

Assim como Fátima, Adriana também é uma aluna da mesma turma, que passou muito tempo fora da escola. Atualmente com 48 anos, voltou à instituição escolar após 20 anos parada. Teve que abandonar a escola para trabalhar na agricultura e ajudar a família. Filha de pai alcoólatra, que todo dinheiro que recebia era destinado ao vício da bebida e, desse modo, a família passava por muitas dificuldades financeiras, inclusive fome, pois a mãe de Adriana não trabalhava. Sendo assim, a única saída percebida por ela foi ir trabalhar na agricultura para sustentar seus irmãos e os pais. Em uma longa conversa de desabafos, Adriana relata:

Eu tive que escolher entre o estudo e o trabalho. Era triste chegar em casa e não ter o que comer, ver meus irmãos mais novos passando fome e meu pai caído bêbado sem cumprir as obrigações e minha mãe chorando pelos cantos para a gente não ver. Minha única saída foi isso, mas meu sonho era voltar a estudar, poder dizer que eu tenho meu diploma. (informação verbal<sup>6</sup>).

As palavras de Adriana são ditas com a voz embargada, chegando a alguns momentos em que as lágrimas descem em seu rosto. No decorrer da conversa, em alguns momentos fica em silêncio e, após alguns segundos, respira fundo, pede desculpa por se emocionar e continua:

Falar sobre isso e relembrar é reviver tudo de novo na minha mente, eu ainda sinto essa dor como se fosse hoje. Eu era só uma criança quando tive que tomar essa decisão. Hoje não quero que meus filhos sofram como eu sofri. Voltar a estudar agora é uma forma de mostrar pra eles que o estudo é importante e, também, eu ocupo minha mente vindo pra cá todo dia; sair um pouco de casa a gente se sente até mais jovem (gargalhadas). Ei, mas essa disciplina aí que você está pesquisando eu acho legal, mas eu nem sabia que ela existia. No meu tempo não tinha esses ensino de hoje não. Eu

---

<sup>5</sup> Conversa com Fátima, 10 dez. 2019.

<sup>6</sup> Conversa com Adriana, 15 fev. 2020.

entendo pouco dela, o tempo é tão curto, não dá nem pra gente aprofundar; tem dias que saio daqui com a cabeça pegando fogo de tanta coisa que eu não entendo nada. (ADRIANA, 15 de fevereiro de 2020).

As histórias apresentadas, bem como alguns detalhes descritos, remetem-nos a concluir sobre o quão necessário continua sendo falarmos sobre a importância da qualidade e valorização da modalidade EJA no ensino básico de educação. É preciso oportunizar a esses indivíduos a obtenção de conhecimentos, por parte de uma população já trabalhadora e que sofre com a ausência de instrução, que fazem parte dos grupos de pessoas advindas de diversas culturas e classes sociais e não conseguiram a conclusão dos estudos em idade adequada.

É possível perceber que, ao estudarmos sobre EJA, somos induzidos a compreender a importância de implantação de políticas públicas educacionais condizentes com as necessidades da clientela jovem e adulta, sendo necessário que a grade curricular seja ofertada com propostas de inclusão social e metodologias educacionais agregadas à realidade das escolas, pois esse público se encontra fora do ambiente escolar, alguns deles há bastante tempo, como foi relatado por alguns estudantes que estavam fora da escola há 20 anos. Desse modo, é imprescindível que a escolarização possibilite um diferencial tanto no aprendizado quanto no mercado, em se tratando de uma possível ascensão social, levando em consideração as lacunas existentes pela base educacional recebida por eles no ensino fundamental e por muitos deles terem cursado, também, o fundamental em modalidade EJA. Sendo assim, é preciso entender que algumas observações não podem passar despercebidas.

Os estudantes da EJA possuem características distintas, dentre as quais se encontra a expressão linguística utilizada na comunicação, sendo importante a escola valorizar as formas expressivas, porém precisa oportunizar a reflexão para que entendam a diferença entre a fala e a escrita. Os “erros” que ocorrem no ato comunicativo devem ser interpretados e explorados, intermediados por atividades e diálogos constantes demonstrando que, apesar das variáveis linguísticas serem aceitas o domínio da língua culta é imprescindível, implicando eficácia no envolvimento em sociedade. (FELICIANO, FERREIRA, DELGADO, 2018, p. 3).

É relevante, então, refletirmos sobre os perfis e as dificuldades enfrentadas por alunos da EJA, bem como compreendermos que o educar precisa ser considerado como uma atividade em que alunos e professores tenham consciência da realidade da qual fazem parte, de modo que essa modalidade precisa ser entendida como “prática da liberdade e espaço transmissor de informações que favoreçam ao indivíduo a formação do senso crítico, levando-o a entender, reivindicar e transformar-se conforme conhecimentos adquiridos”. (FELICIANO, FERREIRA, DELGADO, 2018, p. 7).

Os estudantes da EJA, ainda que marginalizados por diversos fatores, nem sempre voltam à escola somente com intuito de finalizar o ensino básico ou resgatar o tempo de escolarização perdida. Existem situações em que consideram essa oportunidade e espaço escolar como local onde podem vivenciar novas experiências, socializar-se e estar em momentos fora de responsabilidades cotidianas familiares ou de trabalho, além das experiências que compartilham uns com os outros. Sabendo que é necessário que esses estudantes se percebam como capazes de continuar lutando por seus objetivos, essa também é uma contribuição que pode ser proporcionada tanto pela instituição da qual esse aluno faça parte quanto por investimento na educação pública para que num coletivo haja resultado positivo.

A educação pública precisa caminhar rumo à emancipação dos homens, tendo sua constituição como indivíduo atuante, porém, mudanças educacionais só podem ocorrer quando há contradição entre oprimido e opressor, prevalecendo o livre arbítrio no exercício da práxis. Por conseguinte, a superação da concepção de desumanização dos indivíduos somente ocorrerá baseada na construção de uma pedagogia apoiada nos ideais libertadores e, construída apoiada na realidade concreta, ocasionando numa proposta onde o educador busque a superação da educação bancária do ensino tradicional. (FELICIANO, FERREIRA, DELGADO, 2018, p. 8).

É importante, então, percebermos que essa modalidade da educação carrega características significativas, assim como as outras, mas, em especial nesse trabalho, uma delas é direcionar o olhar para as relevâncias do ensino de sociologia nessa categoria. E o fato de ter como alunos jovens adultos - vividos em épocas diferentes na escola - histórias de vidas com diversas especificidades, trazendo consigo opiniões e experiências concretas do que vivenciaram, nos proporciona direcionar o olhar aos processos de ensino. E não se trata precisamente do ensinar tudo e tentar sobrecarregá-los de conteúdo, mas de tentar explorar a inteligência e a base que ambos possuem de modo a entender quais são as reais necessidades e prioridades de aprendizagem.

É importante que a abordagem do professor em relação ao aluno seja no uso de metodologias e materiais utilizados, de forma que sejam compreendidos por estes estudantes. É necessário que exista um reconhecimento da realidade desses estudantes até pela própria escola, para as chances desses estudantes concluírem seus estudos não seja afastada do que eles estão buscando nesse retorno ao espaço escolar. Sabe-se que se trata de um caminho repleto de diversos desafios, que geralmente as situações parecem ser desmotivadoras, mas é preciso que seja incentivado, para que o melhor possa acontecer tanto no processo de educação de cada estudante EJA como na sociedade como um todo.

#### **4 SOCIOLOGIA: PRÁTICAS, ESTRATÉGIAS E METODOLOGIA DE ENSINO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**

De acordo com o mapa curricular apresentado à luz da Lei Federal nº. 9394/96, os estudantes da modalidade EJA podem concluir o Ensino Médio em um ano e meio (três semestres), dividido em módulos de seis meses cada, sendo equivalentes aos anos e séries do ensino regular, com aulas de segunda a sexta feira. A distribuição das aulas na semana fica a cargo da escola. No entanto, é preciso respeitar a matriz curricular aprovada para o nível de ensino e a carga horária distribuída por semestre de cada disciplina. Na escola pesquisada, as aulas de Sociologia acontecem semanalmente, com o tempo de 1 hora-aula semanal, o que equivale a 45 minutos de aula.

Levando em consideração as questões apresentadas na BNCC sobre ensino, o que se percebe é que esse documento determina os conhecimentos, competências e habilidades que os estudantes da educação básica, de todo o Brasil, precisam desenvolver em seus anos escolares. No entanto, é percebido que essas determinações se baseiam apenas em crianças e adolescentes. Sendo assim, não contempla a Educação de Jovens, deixando, então, uma lacuna nessa modalidade de ensino.

O professor da disciplina de Sociologia da escola pesquisada ressalta, em seu posicionamento enquanto educador, as problemáticas em relação ao material direcionado a esse modelo de ensino, no entanto, compreende a importância em trabalhar e instigar o olhar e posicionamento dos alunos em relação às suas dificuldades de entendimento dos conteúdos, sua identificação com alguns deles e o que compreendem como relevante para sua construção enquanto estudantes e cidadãos.

Partindo disso, pensou-se em apresentar sugestões de conteúdos que podem compor a base dos temas trabalhados em sala com os alunos. Seria um plano de ação da disciplina de Sociologia na escola Dr. José Euclides, para que o professor possa ter melhores possibilidades de lecionar suas aulas e diversificá-las com metodologias.

A princípio, é imprescindível trabalhar a perspectiva da diversidade cultural, acatando três eixos articuladores: cultura, trabalho e tempo. Desse modo, além de conhecer os estudantes, precisa-se reconhecer que eles possuem diferenças físicas, culturais e emocionais. Sendo assim, a valorização das diferenças e a defesa de uma educação questionadora deve ser incluída em categorias socialmente construídas no decorrer dos discursos históricos, sociais e políticos na relação ensino-aprendizagem dos discentes, lembrando que a diversidade e as diferenças ou dificuldades vivenciadas não podem nem devem ser tratadas com uma percepção de



desigualdades, posto que também fazem parte da cultura e enriquecem a construção desse processo.

Ao trabalhar a disciplina de Sociologia, deve-se atentar para a teoria e problematizações em prol das contextualizações, investigações e análises que nos direcionem a aulas lecionadas com diferentes recursos, como a leitura de textos - sociológicos, didáticos, jornalísticos e obras literárias - ou enriquecidas com recursos audiovisuais, como filmes, imagens, músicas e charges, em uma construção de elementos para que os estudantes relacionem a teoria com sua prática social, possibilitando a construção coletiva dos novos saberes.

Também há necessidade de pensarmos a possibilidade de uma estrutura em que as metodologias utilizadas pelos professores contribuam para que os estudantes agreguem suas próprias vivências aos conteúdos estudados em sala, tendo em vista que os livros didáticos nem sempre abordam questões antropológicas e políticas de formas acessíveis para os alunos. Precisamos perceber, nesse sentido, qual é o real objetivo de trabalharmos a área antropológica e identificar uma interdisciplinaridade em razão de uma melhor compreensão do conhecimento das Ciências Sociais.

Considerando a quantidade de aulas que equivalem ao ano letivo da modalidade EJA, pensamos em contribuir com o ensino da disciplina de Sociologia, apresentando uma abordagem que alcance as principais necessidades dos estudantes tanto em relação ao conhecimento base da disciplina quanto aos temas com os quais eles apresentaram maior identificação ou interesse em estudar.

Escolhemos alguns temas base que atendem aos principais requisitos para serem trabalhados em sala, tendo em mente que a divisão por série ou período pode e deve ser reorganizada pelo professor da disciplina, pois, a partir da sua atuação, ele conseguirá perceber qual é a maior necessidade dos estudantes e qual é a organização do calendário escolar da instituição, com datas comemorativas, avaliações, fechamento de período e atividades extras que vão aparecendo no decorrer do ano. Apresento os conteúdos escolhidos, como podemos observar no Quadro 1, e explico a importância e relevância de cada um deles, no entanto, o desenrolar das discussões, a troca de conteúdo ou o seu acréscimo é de total autonomia do professor.

Quadro 1 - Conteúdos e didáticas de ensino para disciplina de sociologia na EJA

CONTEÚDO ESTRUTURANTE	CONTEÚDOS BÁSICOS	PRÁTICA
O Surgimento da Sociologia	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Sociologia, e formação e consolidação da sociedade capitalista;</li> <li>- Teorias sociológicas clássicas, conceitos básicos sobre: Comte, Durkheim, Marx e Weber.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Prática social inicial: reflexão acerca dos conhecimentos prévios sobre a Sociologia.</li> <li>- Apresentação dos autores clássicos da Sociologia e contextualização histórica através de <i>slides</i>.</li> <li>- Debate sobre o pensamento clássico da Sociologia.</li> </ul>
Processo de socialização e as Instituições Sociais	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Processo de Socialização;</li> <li>- Instituições sociais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Prática social inicial: Explicação do conteúdo ‘Processo de socialização’ e a importância das instituições primárias e secundárias;</li> <li>- Trabalhar o filme ‘Mogli’, refletindo sobre a relação indivíduo e sociedade;</li> <li>- Realizar atividade de escrita do processo de socialização e a influência das instituições.</li> </ul>
Cultura e Indústria Cultural	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Desenvolvimento antropológico do conceito de cultura;</li> <li>- Diversidade cultural Multiculturalismo.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Prática social inicial: Reflexão acerca do conceito de cultura, etnocentrismo e relativismo cultural;</li> <li>- Trabalhar a análise de reportagens acerca do conteúdo, identificando a intolerância e preconceitos de cultura;</li> <li>- Trabalhar o conceito de Indústria cultural a partir da teoria crítica, com base nos autores da escola de Frankfurt;</li> <li>- Vídeo: Adorno e a indústria cultural. Disponível no canal Tempero Drag.</li> </ul> <p><i>Link:</i> <a href="https://youtu.be/F98LqQt0Rd8">https://youtu.be/F98LqQt0Rd8</a></p>
Trabalho, Produção e Classes Sociais.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- O conceito de trabalho e o trabalho nas diferentes sociedades;</li> <li>- Desigualdades sociais;</li> <li>- Organização do trabalho nas sociedades capitalistas e suas contradições.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Prática social inicial: Trabalhar o conceito de trabalho nas diferentes sociedades, com foco nos diferentes modos de produção;</li> <li>- Reflexão do trabalho nas sociedades capitalistas, a partir da concepção Marxista.;</li> <li>- Filme: Tempos modernos. Debate sobre o trabalho e as desigualdades sociais.</li> </ul>
Poder, Política e Estado.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Poder e Política;</li> <li>- Estado;</li> <li>- Direito, Cidadania.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Prática social inicial: Trabalhar os conceitos de poder e política, na concepção sociológica;</li> <li>Teoria dos três poderes de Montesquieu relacionando as relações de poder na sociedade atual;</li> <li>- Prática social inicial: Trabalhar o conceito de cidadania ao longo da história;</li> <li>- Conhecer os tipos de direitos civis, políticos e sociais.</li> </ul>

Gênero e sexualidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Conceito de Gênero e sexualidade;</li> <li>- Relações de gênero;</li> <li>- A divisão sexual do trabalho.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Apresentação dos conceitos de gênero e sexualidade a partir de slide. Sexo biológico X Gênero;</li> <li>- Refletir o papel da mulher na sociedade ao longo da história a partir do filme: Sorriso de Monalisa e trechos da série Anne com E;</li> <li>- Abordar a divisão sexual do trabalho a partir de dados estatísticos com foco nas desigualdades de gênero.</li> </ul>
Religiosidade Desigualdades raciais	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Conceito de religião;</li> <li>- Religiosidade no mundo;</li> <li>- Fundamentalismo;</li> <li>- Preconceito religioso;</li> <li>- Preconceito, discriminação e racismo;</li> <li>- Movimentos sociais negros;</li> <li>- Ações afirmativas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Conceito de religião a partir dos autores clássicos da sociologia;</li> <li>- Reflexão sobre fundamentalismo e preconceitos religiosos;</li> <li>- Apresentação dos termos preconceito, discriminação e racismo;</li> <li>- Atividade reflexiva, analisando frases preconceituosas, comuns no cotidiano, com foco no preconceito sutil;</li> <li>- Trabalhar o racismo a partir do curta metragem: Vista minha pele;</li> <li>- Conhecendo os movimentos negros a partir de pesquisa via internet;</li> <li>- Debate sobre ações afirmativas com foco nas cotas raciais;</li> <li>- Análise da música ‘Cota não é esmola’ Bia Ferreira.</li> </ul> <p><i>Link: <a href="https://youtu.be/QcQIaoHajoM">https://youtu.be/QcQIaoHajoM</a></i></p>

Fonte: Elaboração própria.

#### 4.1 Dimensões históricas da Sociologia e apresentação dos clássicos

Com base na noção de que os estudantes das turmas EJA têm dificuldade em compreender os conteúdos de Sociologia e sentem-se confusos quanto às questões tratadas nessa disciplina pelo fato de ela não fazer parte da matriz curricular do Ensino Fundamental, entende-se que um dos primeiros passos é apresentar, mesmo que de forma sucinta, um pouco do contexto histórico, surgimento e questões teóricas trabalhadas nessa disciplina.

Em um entendimento voltado para formação e consolidação da sociedade capitalista, pode-se enfatizar na sala de aula o processo histórico que se inicia na transição do sistema feudal para o capitalista, quando a sociedade da época se depara com a desagregação

da sociedade feudal no período do século XV até as revoluções burguesas, em que encontramos a Revolução Industrial inglesa e a Revolução Francesa no século XVIII, acontecimentos que configuraram o marco da consolidação da sociedade capitalista.

O contexto desse conteúdo como abertura da disciplina de Sociologia nas aulas iniciais da EJA é tido como necessário, devido ao que foi relatado pelos estudantes e pelo professor regente sobre os interesses dos discentes em saber melhor sobre o que é a disciplina e sobre eles se identificarem com o assunto da Revolução Industrial. Destarte, é viável iniciar as aulas explicando o contexto do seu surgimento e a relação da Sociologia com as revoluções. Nessa abordagem, pode-se destacar também a interdisciplinaridade, visto que o contexto histórico das revoluções se encaixa na disciplina de História. Pode-se, assim, abordar temas da área de humanas em que essas duas disciplinas se complementam em suas explicações de especificações de conteúdos.

A Sociologia é uma disciplina recente, surgiu na primeira metade do século XIX, sob o impacto das revoluções já citadas, e carrega marcas de transformações econômicas, políticas e culturais provocadas por esses acontecimentos que provocaram na Europa o alvorecer de uma nova sociedade. Além disso, também foi influenciada pelas mudanças associadas ao declínio do feudalismo, como a aparição do comércio, da indústria e da urbanização, bem como do movimento intelectual conhecido como Iluminismo, que expunha a ciência e o pensamento laico sobre os mundos físico, biológico e social, com possibilidades de prosperar e proporcionar mudanças em várias áreas da sociedade.

Entende-se, então, que é necessário que os estudantes compreendam que a Sociologia surgiu na França, tendo como objetivo principal estudar a sociedade e sua organização social, a partir das ideias de Auguste Comte, baseadas nos processos que interligam os indivíduos em grupos, instituições e associações com a finalidade de manter ou, se possível, alterar as relações de poder nela existentes.

Ao pensar a proposta para uma organização metodológica das práticas pedagógicas de EJA, levando em consideração três eixos articuladores que deverão estar intrinsecamente ligados (cultura, trabalho e tempo), entendemos que a cultura pode ser considerada o eixo que norteará a ação pedagógica, pois dela provêm todas as manifestações humanas, como o trabalho e o tempo, de modo que esses eixos articuladores possam fundamentar e contribuir na organização curricular e nas orientações metodológicas, em uma articulação baseada na realidade que o educando se encontra, viabilizando, também, a construção de um processo integrador de diferentes saberes, a partir das contribuições das diferentes áreas do conhecimento.

Também é imprescindível nessas articulações, que as ações pedagógicas estejam ligadas a um processo de ensino e aprendizagem em prol de uma coletividade entre professor/aluno para que se tenha um crescimento e avanço positivo no processo educativo, tanto no alcance de novos conhecimentos por parte dos (as) alunos (as), como em melhores condições e aprendizagens profissionais vivenciadas pelos (as) professores (as).

Em relação aos assuntos tratados na disciplina de Sociologia, eles devem ser trabalhados em abordagens interdisciplinares para promover uma melhor compreensão sobre fenômenos sociais e as diferentes abordagens que a disciplina abrange. Sabe-se que a realidade social é pluridimensional e, portanto, passível de ser seja abordada de diferentes maneiras (GAMELAS, 2002 apud ROCHA, 2012).

Nesta perspectiva o 'intercâmbio de saberes' se faz necessário visto a complexidade e complementaridade do conhecimento. O diálogo entre as disciplinas permite que as investigações realizadas numa área do conhecimento possa ser fundamental para outra, influenciando significativamente na produção e socialização do conhecimento no processo de ensino-aprendizagem. Desse modo o papel da interdisciplinaridade na escolarização de jovens e adultos contribui para que o homem se produza enquanto ser social e também enquanto sujeito e objeto do conhecimento. A interdisciplinaridade é um processo metodológico de construção do conhecimento pelo sujeito com base em sua relação com o contexto, com a realidade, com sua cultura. Tudo isso problematizado pela situação do real e sistematizado pelo conhecimento teórico. (ROCHA, 2012, p. 228).

Essa argumentação nos induz a perceber o quanto é necessário que se tenha sempre uma visão integrada da realidade e entendimento sobre os alunos, para que as relações conceituais discutidas nas aulas se conectem interdisciplinarmente entre as diferentes áreas e disciplinas do currículo escolar.

O exercício dessa prática pode ser realizado em conteúdos construídos com fundamentação e base teórica dialogada com outras ciências, principalmente entre as disciplinas de humanas. O fato de o professor da área de humanas na modalidade EJA ser único para as quatro disciplinas implica, também, em uma responsabilidade em lecionar uma área completa, interligando seus conteúdos com abordagens específicas e diversas e interagindo em diferentes disciplinas.

Se usarmos a explicação do surgimento da Sociologia como exemplo, temos uma discussão sobre as revoluções Industrial e Francesa, transformações e contextos sociais, que, em um conjunto de interações, nos fazem alcançar a disciplina de História, podendo ainda incluir a Geografia em especificações de conflitos e espaços geográficos, além da Filosofia, com o Iluminismo, incluindo, assim, especificidades de contextos diversificados. Entre tantos

outros assuntos, pode-se abordar, nesta perspectiva, interligações em que o aluno desenvolva um conhecimento eficaz para contribuir para sua prática e vivência social.

Contudo, as metodologias e estratégias, não só do ensino de Sociologia, devem superar o senso comum, de modo a desenvolver um processo educativo que proporcione significados indispensáveis em ações que possam aprimorar o processo de ensino e aprendizagem na construção de uma diversidade na educação, contextualizando e garantindo a aprendizagem e enfatizando - também, como fundamental - a discussão sobre o que diferencia as Ciências Sociais do senso comum e de como os clássicos operam a ruptura com o senso comum. Sociologia espontânea e sociologia científica.

Compreende-se, então, que o ensino de Sociologia na EJA precisa atender aos objetivos das Diretrizes Curriculares da Educação Básica e, ao mesmo tempo, visar um currículo que enfatize o ambiente escolar como um espaço de socialização de conhecimentos e que contribua para a criticidade em olhares voltados às contradições sociais, políticas e econômicas que compõem as estruturas das sociedades contemporâneas na qual estamos inseridos.

Cumpra-se, desse modo, a função social de trabalhar conhecimento científico e colaborar no processo de humanização, viabilizando a construção de novos exercícios e vivências e contribuindo na desconstrução de preconceitos e discriminações enraizados na vida social, o que torna possível gerar mudanças de postura social, formação cidadã e aprendizagem para as diversas áreas da vida, na tentativa de alcançar de diferentes formas os educandos da modalidade EJA.

Portanto, é importante apresentar para os alunos a Sociologia como o estudo dos fenômenos sociais, da interação e da organização social, relevante na compreensão das nossas vidas e fornecedor de ferramentas teóricas para o entendimento sobre as forças externas que influenciam pensamentos, percepções e ações.

A apresentação dos teóricos clássicos também deve ser inclusa nas temáticas das aulas iniciais da modalidade EJA, para que os estudantes tenham conhecimento básico sobre os estudiosos que deram início aos estudos dessa ciência:

- a) Emile Durkheim, que ficou conhecido por enfatizar a importância das ideias culturais para a integração da sociedade, foi um teórico funcionalista que acreditava que as leis da organização humana poderiam ser descobertas, especificando a importância de descobrir as causas e funções dos símbolos que integram a sociedade;

- b) Karl Marx foi um alemão que descreveu a natureza contraditória da sociedade, em que, segundo ele, as desigualdades na distribuição de meios de produção contribuem para a transformação da sociedade, de modo que as pessoas sem os meios de produção se organizam para entrar em conflito com os que controlam a produção e detêm o poder, manipulando os símbolos culturais e legitimando seus privilégios. Ao contrário de Comte e Durkheim, Marx não acreditava no desenvolvimento de leis gerais para a organização humana;
- c) Max Weber, também pertencente ao grupo dos conhecidos clássicos, foi um importante alemão fundador da Sociologia, que expôs a concepção de que a desigualdade não é exclusivamente baseada na economia e que a Sociologia deve contemplar a estrutura da sociedade como um todo, proporcionando significados para que os indivíduos se organizem nessas estruturas.

Enfim, os alunos devem ter o conhecimento básico sobre esse contexto histórico inicial da disciplina em uma sequência de apresentação dos clássicos para que se familiarizem com a Sociologia enquanto ciência que faz parte da grade curricular do ensino médio e compreendam que é uma área vasta e diversa que se dedica a analisar todos os aspectos da cultura, estrutura social, comportamento e interação da transformação social.

#### **4.2 As instituições sociais e a adequação dos indivíduos em seus grupos**

O processo de socialização é um dos fatores essenciais no campo dos estudos sobre as sociedades e, a partir desse processo, existe uma interação e integração entre os indivíduos na construção do aprendizado de hábitos, regras e saberes vinculados a uma determinada cultura. Entende-se que esse processo se constrói a partir da assimilação de costumes que direcionam a prática social dos indivíduos que fazem parte dessa sociedade.

Dando seguimento às discussões sobre os conteúdos a ser trabalhados em sala na disciplina de Sociologia nas turmas EJA, apresentamos a importância desse conteúdo como forma de proporcionar aos estudantes o conhecimento sobre os estudos dos processos que eles mesmos vivenciam enquanto indivíduos pertencentes a uma sociedade frente às transformações que também fazem parte do cotidiano de vida.

Compreender que os grupos sociais e a socialização estão inseridos na construção social da qual somos integrantes é de fundamental importância. Sendo assim, os estudantes devem perceber que a disciplina de Sociologia se dedica a tentar abranger algumas questões referentes às relações sociais e humanas para que notem que os agentes socializadores estão presentes na construção do sujeito social, conceituando a cultura, socialização e instituições; entendendo que, a partir da socialização primária e da socialização secundária, os indivíduos vão construindo seu processo de crescimento enquanto indivíduo social; e identificando também o papel das agências socializadoras no processo de incorporação dos valores culturais que condicionam e formam as sociedades.

É importante construir com os discentes o entendimento de que a Sociologia, como ciência que se situa dentro do conjunto das ciências humanas, tem entre os seus objetivos estudar, entender e classificar as formações sociais, comunidades e agrupamentos humanos, promovendo intervenção social que proporcione melhorias à sociedade.

Para tanto, deve-se enfatizar nas aulas que o processo de socialização é analisado em uma percepção de construção das sociedades em diversos espaços sociais, sendo responsável pela interação entre os indivíduos, pois é por esse meio que se integram e estabelecem o processo de comunicação construído na sociedade da qual os indivíduos fazem parte.

Os estudantes também devem aprender que o processo de socialização remete à forma como os indivíduos assimilam os hábitos, comportamentos, valores e crenças que conduzem a sociedade na qual estão inseridos, partindo das características comportamentais e culturais de cada grupo como: família, escola, trabalho, igreja, etc.

As instituições sociais, por sua vez, precisam ser compreendidas pelos estudantes como instrumentos de mediação no processo de socialização do ser humano, garantindo que haja respeito a alguns preceitos sociais, visto que elas são formadoras e educativas e atuam na coesão social.

Por esse motivo, é relevante também entender que as instituições sociais promovem a integração dos membros de uma sociedade, sendo consideradas meios de adequar o indivíduo a um modo de comportamento esperado pela sociedade.

Durkheim foi um dos principais teóricos a discutir sobre os processos de socialização e as instituições sociais, em seus estudos sobre essa temática, e trouxe grandes contribuições para os entendimentos sobre os tipos de socialização.

Desse modo, a análise desse clássico em sala de aula é essencial, bem como a observação de suas teorias, ressaltando para os alunos as visões do sociólogo, que afirma que



as instituições sociais são mecanismos criados para integrar o indivíduo à sociedade de modo a garantir a coesão social e a construção de uma coletividade.

Os estudantes devem ter, ainda, conhecimento de que as instituições sociais possuem características específicas de acordo com o tipo de socialização que promovem e que contribuem na construção e transformação da vida de cada indivíduo social.

Em uma explicação mais específica e incidindo sobre a diferença entre os tipos de socialização, ressalta-se que, além de compreender os papéis de cada instituição, é necessário perceber suas contribuições em áreas específicas na formação dos indivíduos. A socialização primária deve ser compreendida como a responsável pela construção social nas primeiras instituições sociais com as quais o indivíduo tem contato, como a família e a igreja.

É sabido que as instituições são responsáveis para que o indivíduo compreenda as regras sociais mais básicas, como a linguagem, as noções e limites básicos da formação social, assim como valores morais, entre outras questões comportamentais e sociais. A socialização, pautada na interação social que ocorre por meio da afetividade entre os membros, geralmente é promovida por ligações fraternas, de amizade ou familiaridade.

Por outro lado, a socialização secundária acontece em instituições mais desenvolvidas e oficialmente estabelecidas, como o Estado, a escola ou o trabalho, que impõem ao indivíduo algumas normas específicas e oficiais de uma sociedade, por exemplo: leis, organização financeira, propriedade, entre outras.

Todas as relações sociais estabelecidas pelos indivíduos ao longo de sua vida contribuem para o processo de socialização e formação de diferentes grupos sociais que formam um conjunto complexo de relações no qual todas as pessoas, em seu processo de construção enquanto indivíduo social, passam por situações que os condicionam a mudar e construir diferentes formas de viver os espaços sociais de que fazem parte.

### **4.3 Culturas: entre o olhar antropológico e a lógica capitalista**

Na sequência, para construir a base de conteúdos a ser trabalhada na EJA, temos cultura e indústria cultural como assunto para abrir o período referente ao segundo ano do ensino médio, pois entendemos que, na Sociologia, este tema é essencial, visto que teorizar essa temática - relacionando-a à prática vivida pelos estudantes e levando-os a entender os conceitos - é importante defini-los e interpretá-los de acordo com as experiências vivenciadas.

A palavra cultura teve diferentes definições, desde o século XIII, em que correspondia ao sentido de cultivar a terra, passando pelo século XVI, no qual a cultura se opõe

ao que é natural, ou seja, a pessoa cultivada correspondia a aquela que conhecia as artes e as ciências, até chegarmos ao século XIX, em que os antropólogos e, principalmente Edward Burnett, tiveram outro olhar para essa temática, modificando a definição de cultura, que passou a ser considerado um sistema simbólico, organizadora da vida social e baseado em conhecimentos, crenças, arte, leis, etc. Assim, os antropólogos passaram a considerar que cada sociedade possui uma cultura própria e que ela precisa ser preservada e valorizada.

Os sociólogos funcionalistas também definiram a cultura como um conjunto de valores e normas de uma sociedade. Ela é percebida como processo que interfere e faz parte da construção de socialização nas áreas das quais fazemos parte enquanto indivíduos sociais nas diversas vertentes de instituições, família, escola, amigos, entre outras, que possuem papel determinante nas construções culturais.

É importante que os estudantes compreendam que a cultura pode ser definida tanto como algo abrangente, que pode ser percebido como exterior ao indivíduo de forma explícita na sociedade, quanto como algo que pode ser adquirido e transmitido a partir das diversas mentalidades interiorizadas nas culturas a que cada sujeito pertence.

Esse é um tema de extrema importância e deve ser abordado em sala de aula, haja vista que os alunos devem ter conhecimento da diversidade cultural e das manifestações culturais para fortalecer o processo de valorização, pluralidade, reconhecimento e respeito às diferentes culturas a partir do conhecimento de várias definições para o conceito de cultura.

Sabendo que cultura é tudo aquilo que aprendemos e compartilhamos com nossos semelhantes, é preciso esclarecer aos estudantes que ela é relativa e que não existe uma cultura superior ou inferior, boa ou ruim. Esta nem sempre está associada a estudo, educação ou formação escolar, e não se refere unicamente às manifestações artísticas, como teatro, música, pintura, escultura, cinema, festas e cerimônias tradicionais, lendas e crenças de um povo, seu modo de se vestir, comida, idioma etc., mas sim a uma junção de tudo isso, em que cada especificidade tem sua importância, relevância e necessidade na construção da sociedade em que se vive.

Contudo, devemos entender que cultura deve ser explicada em sua multiplicidade de significados, partindo do sentido desenvolvido pelas ciências sociais, que se dedicam a esse estudo em um sentido amplo, e percebendo-a como um fenômeno unicamente humano, relacionado à capacidade que os seres humanos têm de dar significados às suas ações e ao que os rodeia.

Precisamos reforçar para os estudantes que cada indivíduo traz consigo uma cultura, sabendo, no entanto, que cada cultura é diferente da outra, devido à herança social que é

transmitida de geração em geração e que é, conseqüentemente, compartilhada, se redefinindo em diferentes épocas e lugares, com grupos atribuindo significados diferentes às transformações e aos caminhos traçados.

Há que se esclarecer nas explanações das aulas que a cultura não é estática, e sim está em constante mudança de acordo com os acontecimentos e vivências de seus integrantes. Os valores presentes na sociedade em que se vive trazem resquícios do passado, que se enfraquecem no novo contexto vivido pelas gerações que vão surgindo, mas que nem por isso perdem o significado de sua existência nem seu valor cultural.

Em meio a essas transformações, as imposições do surgimento da indústria cultural e os meios de comunicação de massa também devem estar presentes nas discussões, assim como a relação entre cultura e sociedade de consumo da qual fazemos parte e os impactos que influenciam nas relações consumistas.

O conceito de indústria cultural é fundamental também para os estudantes, além da forma como engloba os mecanismos que transformam os meios de comunicação de massa em poderosos instrumentos de formação e padronização de opiniões, gostos e comportamentos, possibilita ainda entender o consumismo como um dos produtos de uma cultura de massa, que está relacionada a determinado sistema econômico, político e social.

Os alunos devem poder analisar os meios de comunicação de massa, seu impacto e sua influência nas relações consumistas, de modo a considerar que a sociedade atual se encontra em uma situação em que a massificação da cultura a transforma em mercadoria. Ao apresentar essas questões, promoveremos um processo de aprendizagem em que o aluno é induzido a despertar para essas discussões, tendo um olhar crítico para as questões consumistas causadas pela massificação e percebendo a necessidade de analisar os comportamentos sociais aos quais estamos expostos para enxergar as influências das redes sociais e consumo, e como elas são absorvidas pelas imposições sociais da grande massa do consumismo.

Sendo assim, entendemos que esses temas são bastante relevantes de serem abordados e compreendidos em sala de aula, partindo do pressuposto de que é preciso conhecer um pouco mais sobre as sociedades contemporâneas em que vivemos e de que a Sociologia busca compreender a forma de produção da cultura de massa nas sociedades capitalistas, baseada em um olhar crítico, para conhecer os conceitos de indústria cultural e identificar o modo com que os produtos culturais são racionalmente pensados e criados, seguindo uma estratégia financeira que utiliza os meios de comunicação para viabilizar disfarçadamente a indução ao consumo massivo.

O que se pretende, nesse contexto, é que os estudantes compreendam que o conceito de cultura e indústria cultural engloba todos os mecanismos relacionados aos meios de comunicação como instrumentos de formação e padronização de ideias, gostos e comportamentos. Além disso, objetiva-se que os alunos se percebam como o indivíduo que muitas vezes é colocado para fazer parte desse processo sistemático imposto pela sociedade de consumo e que, a partir das discussões em sala, a criticidade e entendimento sobre essas questões ultrapassem as discussões teóricas e passem a ser percebidas em seus cotidianos.

#### **4.4 Trabalho: A inserção no mercado e as desigualdades sociais**

Ao trabalhar a Sociologia nas turmas EJA, lidando diretamente com jovens e adultos na conclusão do ensino médio, muitos dos quais já estão no mercado de trabalho ou na tentativa de entrar, é fundamental trabalhar a temática trabalho e produção com base no conceito, processo histórico e análise prática sobre o trabalho. Esse estudo também está vinculado à desigualdade social, em uma reflexão sobre as necessidades básicas do ser humano e os caminhos que se busca para suprir tais necessidades.

Em uma explanação sobre o conteúdo, é importante direcionar a discussão para a temática já estudada sobre o surgimento da Sociologia e a consolidação do capitalismo industrial, que trazem consigo o processo de alienação, lutas de classes, desigualdades, entre outras questões que podem ser o marco inicial das discussões, vinculando as teorias apresentadas sobre o assunto às práticas de vida dos estudantes.

Nas intervenções em sala, o professor deve procurar relacionar o conteúdo da temática em questão a outros já estudados, em discussões sobre a humanidade e as diversas apropriações e perspectivas das relações de trabalho de acordo com os diferentes olhares construídos no decorrer da história.

Os alunos devem conseguir relacionar as teorias discutidas com as suas experiências de vida quanto à importância do trabalho para o suprimento de suas necessidades básicas e à exigência de uma formação profissional para o mercado de trabalho, assimilando essas questões sobre como eles, enquanto indivíduos, percebem as exigências de preparação para atuar no mercado e associando isso à questão salarial, pois é necessário que se esteja em constante aperfeiçoamento profissional para estarmos aptos a competir no mundo contemporâneo globalizado.

Em consonância a essa discussão, temos a classe social como um conceito importantíssimo da Sociologia que está diretamente ligado à divisão socioeconômica do mundo

em um sistema capitalista. Sabe-se que existe uma hierarquia de grupos sociais, que definem a diferença de classes, representada por indivíduos que ocupam diferentes cargos dentro da divisão social do trabalho, constituindo, assim, o fenômeno denominado estratificação social.

O conceito de classe social ganhou destaque na Sociologia no período clássico do século XIX, em que o filósofo, sociólogo e economista alemão Karl Marx começou a estudar o fenômeno das classes sociais e se dedicou a tentar compreender também a interação entre elas.

Com o avanço dos estudos sociológicos, surgiram outras denominações dos conceitos de classe social, com teóricos como Emile Durkheim, que também estudou o assunto e apresentou percepções e análises relacionadas aos diferentes postos de trabalho, e Weber, que também se dedicou a estudar classes sociais e trabalho.

Sendo assim, entende-se como necessário que os estudantes tenham conhecimento teórico das diferentes percepções dos clássicos citados acima para compreender e relacionar as análises teóricas com as vivências e as questões atuais do mercado de trabalho.

As questões apresentadas também tratam da definição de estratificação social, o motivo pelo qual existem diferentes classes sociais, e, principalmente, nos levam a discutir sobre pautas relacionadas à desigualdade econômica e despertar o olhar crítico dos estudantes para compreender como funcionam as sociedades estratificadas e enxergar possibilidades de mudança de classe social.

É importante ressaltar que, ao abordamos assuntos como classe social e trabalho, é fundamental direcionar as reflexões sobre a luta de classes e os conflitos entre suas diferentes posições. Nas concepções de Marx a esse respeito, podemos perceber que ele apresenta o resultado de sua análise das forças produtivas em que as relações de produção são representadas de acordo com as relações entre capital e trabalho, sendo assim, a luta de classes seria o ponto principal para o entendimento da dinâmica dos muitos conflitos sociais vivenciados pelos jovens e adultos discentes que estudarão esse conteúdo.

Com isso, essa relação entre teoria e prática estará presente nas discussões em sala e poderá proporcionar fluidez para o decorrer da aula, já que nas falas tanto dos alunos como do professor da escola pesquisada, percebemos um discurso de que quando o assunto é relacionado a experiências vivenciadas pelos alunos, estes entendem melhor e participam melhor da discussão.

Será possível, a partir disso, direcionar a análise sobre a sociedade da qual fazemos parte, proporcionando aos estudantes uma compreensão de que a sociedade capitalista possui características sobre uma distribuição de propriedades e de rendas desiguais, em que o aumento de riquezas para a burguesia acarreta automaticamente uma situação de pobreza e miséria para

a grande maioria da sociedade, devido à diferença na distribuição de rendas nas classes menos favorecidas gerando consequências advindas da instabilidade financeira.

Pode-se afirmar, portanto, que a busca por uma vida digna é referente a um longo contexto histórico que ainda se faz presente em uma batalha constante para os que procuram melhorar financeiramente suas vidas em uma contínua luta de classes por progressos e novas construções e transformações por meio do trabalho.

#### **4.5 Relações de poder e um olhar para a diversidade**

Os conteúdos relacionados a poder, política, Estado e desigualdades são colocados como parte das discussões referentes ao último período do ensino dessa modalidade, por consideramos importante trabalhar em sala o entendimento sobre cidadania e criticidade política por parte dos estudantes, iniciando pela origem conceitual e identificação de elementos que compõem e caracterizam essas questões. É necessário buscar a compreensão dos discentes acerca da função do poder, da política e do Estado em um contexto relacionado ao sistema econômico, político e social em que vivemos.

Ao trabalhar essas temáticas, espera-se que os estudantes compreendam que são diversos os conceitos que constroem as bases ideológicas das políticas e dos poderes que envolvem as diferentes dominações presentes na sociedade, de modo que percebam criticamente as várias formas pelas quais a política, o poder e o Estado se apresentam na realidade social.

Alguns conceitos, como os de poder, política e Estado, são bases que precisam ser definidas e trabalhadas para que os estudantes possam assimilar que, enquanto o poder se refere à possibilidade de exercer influência sobre a conduta de alguém ou de um grupo em uma relação social, a política se relaciona aos meios pelos quais um sujeito ou grupo se organiza, desempenha ou conquista o poder. Já o Estado é o modo de exercício do poder sobre uma sociedade.

Max Weber é dos teóricos que apresenta as relações sociais construídas em uma análise de que a relação que estabelecemos com indivíduos, instituições ou coletividades são baseadas em diferentes formas de poder e, dependendo da situação, se constituem de maneira explícita ou não.

A definição de Max Weber pode ser exemplificada para os estudantes de acordo com experiências vivenciadas no cotidiano, pois é notável a especificação em relações como as existentes entre pais e filhos (as), em que o poder reconhecido é considerado legal. Tem-se

também o poder social, que pode estar presente na relação entre amigos, e o relacionado à esfera pública, o qual se destaca ao tratarmos da relação de classe, configurado pelo controle social em que o exercício da autoridade se estabelece pelo poder dos governantes, em condutas de autoridades, decisões e regras criadas para cumprimento coletivo na sociedade.

Para que os estudantes entendam o conceito de poder político, é premente interiorizar as abordagens que de fato devem ser pautadas em relação ao poder e a política, mesmo que ambos estejam fortemente ligados. Não nos referirmos a “poder político” como única forma de poder. É muito comum nas falas de senso corriqueiro, mas que, sociologicamente, é considerado redundante. Por isso, cabem ressaltar essas as distinções conceituais entre ambos.

Em uma especificação do significado mais geral sobre poder, devem ser discutidas com os estudantes as diversas perspectivas possíveis sobre seu entendimento em um sentido social, como já citado acima, que se refere às relações dos seres humanos em sociedade. Em um sentido mais específico, aborda como os indivíduos se relacionam e constroem suas afinidades e interações sociais, algumas habilidades em que um indivíduo quer ou determina o comportamento de outro.

Nesse contexto, o ser humano não é apenas o sujeito capaz de exercer poder, mas também pode, em determinadas situações, estar em uma posição de objeto sobre o qual o poder é exercido.

Essa discussão sobre o poder social pode ser exemplificada, também, a partir do poder exercido na capacidade do professor em determinar o que é ou não é aceitável durante sua aula ou da mãe de dar ordens aos filhos. Assim, esse poder pode ser definido como um fenômeno social, já que essa é a relação vivenciada entre seres humanos, que pode ser considerada um aspecto determinante em relação à capacidade de um indivíduo agir ou influenciar determinada ação sobre o outro.

Nessa perspectiva de estudo, é interessante salientar sutis distinções entre as possíveis formas de manifestação de poder, visto que existe uma concepção do senso comum dos estudantes de que poder está direta e unicamente ligado à política, quando, na verdade, em algumas instâncias as concepções de poder afastam-se bastante da ideia de política. Por exemplo, o exercício do poder por meio da violência física não deveria ser uma manifestação política, pois a política não deve estar relacionada a abuso de poder ou mau uso dele. No entanto, existem alguns poderes políticos que se exercem a partir da violência física: ditaduras, guerras, entre outros.

Em uma perspectiva geral, a política pode ser definida como ações ou atividades realizadas em uma esfera de atuação do Estado e considerada como o conjunto de instituições que organizam e definem um governo.

É necessário que os estudantes alcancem a base do entendimento sobre o conceito de poder político, bem como a concepção de que as noções de poder e de política estão intimamente ligadas, mesmo que tenham suas especificidades. As distinções conceituais são extremamente indispensáveis para que tanto o entendimento teórico quanto as observações, na prática, de suas vivências possam ser identificadas e compreendidas por eles.

Nessa discussão sobre poder e política, o Estado também precisa estar presente, para que seja compreendido como instituição com poder soberano para governar um povo dentro de uma área territorial delimitada.

Para Max Weber (1864-1920), o que define o Estado é o monopólio do uso legítimo da força. Ou seja, dentro de determinados limites territoriais, nenhum outro grupo ou instituição além do Estado possui o poder de obrigar, cobrar, taxar e punir. Ele tem também papel de prestador de serviços, já que se trata de uma entidade política que exerce poder soberano sobre um território, em legitimidade de ordens e organizações às quais os indivíduos se submetem dentro da sociedade.

Na forma moderna, o Estado é considerado um conjunto de instituições que organizam e controlam o funcionamento da sociedade, chamadas de três poderes (executivo, legislativo e judiciário), as quais dividem as devidas funções. Também é relevante que os estudantes tenham segurança em especificar e definir cada um desses poderes.

O poder executivo é representado pelo governo e cumpre o papel de gerir os serviços públicos e executar as leis; o legislativo é composto pelo parlamento e deve formular as leis, além de ter o poder de alterar a Constituição; e, não menos importante, temos o poder judiciário, que no nosso país é representado pelo Supremo Tribunal Federal, o qual possui a incumbência de supervisionar e julgar a aplicação das leis.

A análise sociológica sobre a construção de conceito de estado configura um importante mecanismo de coerção social o qual a Sociologia e a ciência política têm se dedicado a estudar.

Desse modo, é interessante que o conceito básico de Estado, bem como seus tipos fundamentais e suas principais características, possam ser explicados para os estudantes através da percepção de Durkheim, Marx e Weber, pois eles apresentam suas concepções baseadas em mecanismo institucional, e é de extrema relevância que os jovens e adultos tenham



entendimentos teóricos sobre suas práticas enquanto indivíduos que devem atuar como cidadãos conhecedores de seus direitos e conscientes de seus deveres.

As formulações teóricas e conceituais que Marx, Durkheim e Weber desenvolveram deixaram importantes contribuições para este tema. Essas discussões em sala de aula vão possibilitar que cada estudante consiga se identificar como participante do processo político e do poder da sociedade, visto que, ao eleger seus representantes, exercem um direito de cidadão brasileiro.

No entanto, sabemos que a grande maioria da população não possui conhecimento sobre a importância da escolha de seus candidatos e, muitas vezes, não tem noção de como funciona o sistema político ou o que significa dizer que o nosso país é uma república federativa presidencialista, o motivo para o chefe de Estado ter período temporário ou sobre o fato de os Estados serem dotados de autonomia política, enfim, conhecimentos necessários sobre o que é ser um indivíduo social e político.

Todas as discussões abordadas até agora dão encaminhamento para que os estudantes tenham uma melhor compreensão formal sobre o que é cidadania, de modo que seja colocado em prática o entendimento sobre a real necessidade de que direitos sejam vividos e deveres exercidos, já que, enquanto cidadão, cada sujeito se encontra em convivência com a sociedade na qual está inserido e precisa conviver socialmente com um comportamento que esteja de acordo com as leis da nação de que faz parte.

Os estudos sobre cidadania estão baseados em assuntos políticos e sociais e as ciências políticas e a Sociologia proporcionam a esses estudos uma abordagem mais ampla, acrescentando a nossas aulas oportunidades de discutir com os estudantes sobre direitos civis, direitos políticos, direitos sociais, entre outras percepções, ouvindo deles como se veem e se sentem enquanto indivíduos sociais e cidadãos.

Nessa concepção de construção de cidadania, os movimentos sociais podem ser abordados como uma organização da sociedade civil, sabendo que se trata de atos coletivos de caráter sociopolítico, construídos por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, que se colocam como resistência que luta pelas diversas formas de inclusão social na construção de uma politização de suas demandas. Eles criam um campo político que desenvolve a construção de um processo social e político-cultural, tendo como um de seus maiores focos o desejo de mudança em algum campo da sociedade e incentivam os cidadãos que compartilham desse desejo a reivindicar seus direitos e lutar por melhores condições de vida.

Nesse sentido, a cidadania deve ser compreendida a partir de um aspecto político, ciente de que se trata de um conjunto de direitos que respondem às extensões fundamentais da

vida de uma pessoa e se baseia nos direitos humanos e na organização social em prol dos direitos civis.

Sendo assim, percebemos que o contexto de seguimento das aulas vai se complementando, haja vista que, ao estudarmos sobre poder, política e Estado vamos construindo e aperfeiçoando nossa percepção acerca dos nossos direitos e deveres. É preciso que tenhamos a consciência de exercê-los para termos as condições de vidas respeitadas, sabendo que, mesmo em busca de direitos sociais, nos deparamos com lutas e conquistas em diversas áreas.

Dentro do espectro dos temas relacionados a direitos e cidadania, é válido pautar temas como relação de gênero, cor, sexualidade e religião nas aulas de Sociologia, pois são assuntos ainda muito pertinentes na atualidade, que geralmente são vivenciados na prática social com violência, desigualdade, intolerância e desrespeito.

Assim, é fundamental que se compreendam os conceitos teóricos, mas, principalmente, que esses assuntos não sejam silenciados para que os estudantes identifiquem e analisem as situações de desigualdade e violência que provêm de comportamentos relativos a gênero, sexualidade, crença ou religiosidade. Além disso, eles devem avaliar o papel das instituições e dos mecanismos simbólicos e discursivos na persistência de comportamentos estabelecidos pelas padronizações sociais, por isso, faz-se necessário identificar também como os movimentos sociais modificaram percepções e inovaram demandas de direitos na sociedade, os quais temos a oportunidade vivenciar, mas que precisam ainda ser valorizados e compreendidos pela grande maioria dos cidadãos.

Diante dessas abordagens, é possível que o professor direcione discussões com os estudantes sobre as diversas realidades do Brasil, partindo da perspectiva de cidadania e participação em movimentos sociais, em uma análise, por exemplo, sobre discriminação racial, mulheres, minorias sexuais, gênero, classe econômica e social, educações e saúde pública, trabalho. Enfim, empreendendo debates sobre as diferentes conjunturais que precisam de novos olhares e entendimentos, bem como sobre como os estudantes podem se posicionar ou se colocar também como indivíduos críticos em prol dessas lutas.

Muitas são as dimensões da cidadania, dos direitos, das lutas, e é imprescindível que façam parte e se destaquem como problemáticas presentes na sala de aula. Ressaltamos, assim, o quão relevante é pensar e refletir sobre as mais diversas problemáticas inseridas na realidade cotidiana dos cidadãos brasileiros.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa, abordou-se a historicidade e algumas questões referentes à Educação de Jovens e Adultos, a exemplo da forma como o ensino de Sociologia vem se configurando nesta modalidade, bem como a maneira pela qual o processo de aprendizagem e prática de ensino se concretiza na Escola de Ensino Médio Dr. José Euclides Ferreira Gomes Junior, localizada em Sobral, distrito de Jordão, CE.

É válido ressaltar que, para compreender essa dinâmica de ensino, foi preciso conhecer o contexto em que se concretiza a organicidade e as relações de ensino neste espaço. Portanto, fez-se necessária uma abordagem referente ao contexto da EJA e da disciplina de Sociologia, a fim de apreender as questões históricas e a estrutura atual dessa modalidade na instituição pesquisada. Além disso, buscou-se adentrar nos espaços de aprendizagem e práticas de ensino com o objetivo de abordar sobre a realidade vivenciada.

Um dos principais objetivos da pesquisa foi o de vivenciar e analisar as configurações assumidas pelo Ensino de Sociologia na modalidade pesquisada, identificando as problemáticas e possibilidades que compunham as práticas desenvolvidas. Percebe-se que ambas as temáticas, Ensino de Sociologia e Educação de Jovens e Adultos, são campos que compõem políticas educacionais construídas sobre bases de resistência e luta, em busca da conquista de espaços e da valorização de legitimidade.

A pesquisa foi qualitativa e nos proporcionou a oportunidade de explorar as metodologias e práticas nas aulas, acompanhadas de uma revisão da literatura, que teve como finalidade compreender as percepções e perspectivas dos autores, além de conhecer o estado da arte das temáticas abordadas.

As observações desenvolvidas foram fundamentais para entender tanto a dinâmica das relações que se estabeleciam cotidianamente no processo aprendizagem como as questões práticas e metodológicas utilizadas nas aulas de Sociologia.

O estudo empreendido nos propôs uma reflexão acerca das relações entre Sociologia e a EJA, abordando de forma breve o histórico da modalidade e da disciplina. Sabe-se que a Sociologia, enquanto disciplina, visa a formação crítica e a autonomia do indivíduo, de modo que se buscou compreender, na prática, que ainda é preciso investir em uma melhor adequação do ensino, principalmente no que se refere ao currículo e metodologias da disciplina em questão.

A partir dos métodos utilizados, foi possível perceber que uma das problemáticas presentes no cotidiano da disciplina de Sociologia na modalidade pesquisada é referente à

reduzida quantidade de horas-aula, refletindo, assim, em uma necessidade de procura por um currículo que contemple a realidade dos educandos e por metodologias atrativas.

Diante do contexto observado, é válido levar em consideração o papel do educador como detentor de conhecimento, mas também como profissional que precisa de um suporte para melhor realizar seu trabalho, pois ele, enquanto mediador e co-construtor de aprendizagem, precisa construir com os educandos aprendizagens e relações que contribuam para o processo de crescimento, não só estudantil, mas também nas diversas áreas de suas vidas.

A análise educacional que apresentamos no estudo realizado foi imprescindível para percebermos a perspectiva dos educandos, através de relatos obtidos por meio de conversas no decorrer da pesquisa, as quais tiveram como finalidade estabelecer uma relação mais próxima com os estudantes interlocutores e proporcionar diálogos sobre questões voltadas à Educação de Jovens e Adultos e ao ensino de Sociologia.

As observações fluíram positivamente e foram construídas com base em discussões levantadas pelos educandos, identificando problemáticas relacionadas à necessidade de melhoria no ensino, especificamente no que diz respeito ao currículo e às práticas metodológicas, proporcionando, assim, uma melhor eficácia da metodologia utilizada na pesquisa e na elaboração do produto final deste trabalho.

Ao analisar algumas questões acerca do ensino da modalidade EJA e da disciplina de Sociologia, são perceptíveis as exigências de cumprir metas e atingir resultados na instituição escolar, as quais são preestabelecidas por políticas educacionais. No entanto, tem-se também uma constante luta por uma educação que garanta a formação do educando como sujeito em constante processo de aprendizagem.

Compreendeu-se, então, que um dos grandes desafios da modalidade pesquisada se refere à busca por adequação de conteúdos, estratégias e metodologias que preencham as expectativas e os resultados de aprendizagem dos estudantes. Nota-se que a EJA se faz na vivência entre a escola e as relações estabelecidas com o cotidiano dos discentes e, assim como nas demais modalidades de ensino, os desafios são muitos e as problemáticas se fazem presentes em busca de acertos que são reconstituídos sobre as falhas vivenciadas.

Por isso, a prioridade escolar precisa ir além do cumprimento de metas estatísticas e priorizar, principalmente, a importância da responsabilidade na construção e participação dos educandos em suas aprendizagens e experiências.

Os pontos discutidos durante a pesquisa visaram entender as dificuldades enfrentadas pela disciplina de Sociologia e as possíveis soluções para a melhoria do ensino dos conteúdos trabalhados em sala. Nesse contexto, foi apresentada uma proposta de diretrizes de

conteúdos curriculares acompanhados de explicações sobre como lecioná-los para os alunos. Foi elaborada como sugestão para melhor adequar os conteúdos ao tempo e à realidade dos estudantes, considerando suas peculiaridades e objetivando envolver o educando no processo de construção do conhecimento a partir de suas experiências e percepções relacionadas aos conteúdos e metodologias desenvolvidas em sala, como forma de valorizar a participação do educando e potencializar, também, o Ensino de Sociologia na Educação de Jovens e Adultos.

Um dos propósitos principais desse material é contribuir para as reflexões acerca do trabalho docente, mostrando a relevância de repensar e ressignificar o ensino para desenvolver especificações direcionadas à relação ensino-aprendizagem.

A experiência de realizar este trabalho me permitiu conhecer a possibilidade de novas práticas e posturas em um contexto educacional, despertando-me para ter uma autoanálise como docente e incitando uma reflexão acerca dos desafios de ensinar Sociologia em um ensino contextualizado.

Sendo assim, percebo que essa etapa é importante para a construção de uma nova concepção sobre a necessidade de estarmos constantemente em busca de novas práticas e modos de pensar e ensinar não só a Sociologia, mas principalmente sobre o ser educador.

Por fim, a partir deste estudo, constatou-se que é possível potencializar o ensino de Sociologia na Educação de Jovens e Adultos, se houver uma educação ofertada que dê ênfase à formação dos educandos. Deste modo, haverá um reconhecimento da Sociologia como disciplina que possui atribuições significativas nos seus processos de aprendizagem e, conseqüentemente, em suas vidas.

Destaca-se, portanto, com esta pesquisa, a comprovação de que existe um grande caminho a ser percorrido no campo de investigação sociológica, não só na modalidade EJA, mas também em diversas questões referentes à prática, ensino e aprendizagem dos estudantes, bem como à melhoria da condição de trabalho para os professores.

## REFERÊNCIAS

- ARROYO, Miguel. Balanço da EJA: o que mudou nos modos de vida dos jovens-adultos populares. **REVEJ@-Revista de Educação de Jovens e Adultos**, Minas Gerais, v. 1, n. 0, ago. 2007. Disponível em: [http://mariaellytcc.pbworks.com/f/REVEJ@\\_0\\_MiguelArroyo.pdf](http://mariaellytcc.pbworks.com/f/REVEJ@_0_MiguelArroyo.pdf). Acesso em: 7 mai. 2019.
- BARCELOS, Valdo. **Educação de Jovens e Adultos: currículos e práticas pedagógicas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- BARIANI, Edison. Indivíduo, sociedade e genialidade: Norbert Elias e o caso Mozart. **Revista Urutaga**, Maringá, PR, v. 13, n. 8, dez./mar. 2004. Disponível em: [http://www.urutaga.uem.br/ru\\_sociologia.htm](http://www.urutaga.uem.br/ru_sociologia.htm). Acesso em: 07 nov. 2011.
- BASTOS, Nadia Maria Moura; FRAGA, Alexandre Barbosa. **O ensino de sociologia na educação básica: análise e sugestão**. Rio de Janeiro: Quartet, 2009.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República, [1996]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm) . Acesso em: 15 abr. 2020.
- BRASIL. **Ciências humanas e suas tecnologias** / Secretaria de Educação Básica. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. – 5.ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação Edições Câmara, 2010.
- BRASIL. Ministério da Educação. **PNLD 2018: Sociologia** – guia de livros didáticos Ensino Médio/ Ministério da Educação – Secretária de Educação Básica – SEB – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretária de Educação Básica, 2017.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. 2018 Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf). Acesso em: 02 jun. 2021.
- CARVALHO, Lejeune Mato Grosso de. A trajetória histórica da luta pela introdução da disciplina de sociologia no ensino médio no Brasil. *In*: MORAES, Amaury César; CARVALHO, Lejeune Mato Grosso de (org.). **Sociologia e ensino em debate: experiências e discussões de sociologia no ensino médio**. Ijuí, Ed. Unijuí: 2004. p. 17-60.
- CEARÁ. **Resolução nº 438/2012**. Dispõe sobre a Educação de Jovens e Adultos. Fortaleza: Conselho Estadual de Educação, 2012. Disponível em: <https://www.cee.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/49/2012/10/resoluo-n-438.2012.pdf>. Acesso em 15 abr. 2021.
- CORRÊA, Maurício de Vargas.; ROZADOS, Helen Beatriz Frota. A netnografia como método de pesquisa em Ciência da Informação. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de**

**Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, v. 22, n.49, p. 1-18, maio/ago., 2017.

DAYRELL, Juarez. A escola como espaço sociocultural. *In*: DAYRELL, Juarez (org.). **Múltiplos olhares sobre educação e cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. p. 136-161.

DI PIERRO, Maria Clara. Notas sobre a redefinição da identidade e das políticas públicas de educação de jovens e adultos no Brasil. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 92, p. 1115-1139, out. 2005. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 25 abr. 2021.

DUBET, François. **O que é uma escola justa?: A escola das oportunidades**. São Paulo: Cortez, 2008.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 2008. (Coleção Tópicos).

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

FÁVERO, Osmar. Educação de Jovens e Adultos: passado de histórias; presente de promessas. *In*: FÁVERO, Osmar; RIVERO, José. **Educação de Jovens e Adultos na América Latina**: direito e desafio de todos. São Paulo: Unesco/Moderna, 2009.

FELICIANO, Creuza Bonono; FERREIRA, Denilza Oliveira Costa; DELGADO, Omar Carrasco. **O perfil e os desafios enfrentados pelos alunos da Educação de Jovens e Adultos – EJA**. Disponível em: <https://multivix.edu.br/wp-content/uploads/2018/12/o-perfil-e-os-desafios-enfrentados-pelos-alunos-da-educacao-de-jovens-e-adultos-eja.pdf>, Acesso em: 15 set. 2021.

FERREIRA, J. P. **O Estado brasileiro neoliberal e a Educação de Jovens Adultos**. 2015. Disponível em: [https://www.academia.edu/14696776/O\\_ESTADO\\_BRASILEIRO\\_NEOLIBERAL\\_E\\_A\\_EDUCA%C3%87%C3%83O\\_DE\\_JOVENS\\_ADULTOS](https://www.academia.edu/14696776/O_ESTADO_BRASILEIRO_NEOLIBERAL_E_A_EDUCA%C3%87%C3%83O_DE_JOVENS_ADULTOS). Acesso em: 20 mai. 2021.

FRAGA, Alexandre Barbosa; BASTOS, Nadia Maria Moura. O ensino de sociologia na educação básica: análise e sugestões. *In*: HANDFAS, Anita; OLIVEIRA Luiz Fernandes de; RIBEIRO, Adélia Maria M. (org.). **A Sociologia vai à escola**: história, ensino e docência. Rio de Janeiro: Quartet, FAPERJ, 2009. p. 171-186.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987

FREIRE, Paulo. **A Educação na Cidade**. São Paulo: Cortez, 1991.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários a prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREITAS, Nilson Almino de. **É possível pensar em identidade cultural?** Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/embornal/article/download/3180/2694/11082>. Acesso em: 15 maio 2022.

GASPARIN, João Luiz. **Uma didática para a pedagogia histórico-crítica**. 5. ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2011. (Coleção educação contemporânea).

GOLDMAN, Marcio. Os tambores dos mortos e os tambores dos vivos: etnografia, antropologia e política em Ilhéus, Bahia. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 46, n. 2, 2003.

GOMES, Cândido Alberto; CARNIELLI, Beatrice Laura; ASSUNÇÃO, Isolêta Rodrigues. A expansão do ensino médio e a educação de jovens e adultos: alternativa negligenciada de democratização? **Revista Bras. Est. Pedag.**, Brasília, v. 85, n. 209/210/211, p. 29-44, jan./dez. 2004.

GUIMARÃES, Elisabeth da Fonseca. Ensino de Sociologia no nível médio: de um passado intermitente à necessidade de reconhecimento presente. **Ensino Em Re-Vista**, v. 19, n. 1, jan./jun. 2012.

GUSMÃO, N. M. M. de. Antropologia e educação: um campo e muitos caminhos. **Linhas Críticas**, Brasília, DF, v. 21, n. 44, p. 19-37, jan./abr. 2015.

HANDFAS, Anita. **Dilemas e perspectivas da Sociologia na Educação básica**. Rio de Janeiro: E-papers, 2009.

HONORATO, Gabriela de Sousa. **Ensino médio: representações sobre a sociologia e sua prática de ensino**. Rio de Janeiro: Quartet: FAPERJ, 2009.

IANNI, Octávio. **A Sociologia de Florestan Fernandes**. São Paulo: Ática, 2008.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico: resultados preliminares**. Brasília: IBGE, 2010. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo 2010/CE2010.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo%202010/CE2010.pdf). Acesso em: 25 nov. 2019.

LEMOS, Felipe. A questão epistemológica do pesquisador que pesquisa dentro da sua organização. *In: Interprogramas, 3.: Secomunica, 16., 2017, Brasília. Anais [...]*. Brasília: Universidade Católica de Brasília, 2017. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/AIS/article/view/9179/5505>. Acesso em: 27 jul. 2020.

MACHADO, Maria Margarida. A educação de jovens e adultos no Brasil pós-Lei nº 9.394/96: a possibilidade de constituir-se como política pública. **Em Aberto**, Brasília, v. 22, n. 82, p. 17-39, nov. 2009. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/bitstream/ri/13004/5/Artigo%20-%20Maria%20Margarida%20Machado%20-%202009.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2020.

MACHADO, Maria Berenice Weiss; NUNES, Ana Luiza Ruschel. Alfabetização de jovens e adultos: uma reflexão. **Educação**, Santa Maria, RS, v. 26, n. 2, p. 47-59, jul./dez. 2001.



MEIRELLES, M. Antropologia e educação: um diálogo necessário. **PerCursos**, Florianópolis, v. 13, n. 01, p. 81–98, jan./jun. 2012.

MÉSZAROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boi Tempo Editorial, 2008. (Mundo do Trabalho).

MINAYO, Maria Cecília de Souza *et al.* (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 28. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

MÓNICO, Lisete, S.; ALFERES, Valentim R.; CASTRO, Paulo A.; PARREIRA, Pedro M. A. Observação Participante enquanto metodologia de investigação qualitativa. **Revista Atas CIAIQ**, Portugal, v. 3, p. 724-733, 2017.

MORAES, Amaury Cesar. O que temos de aprender para ensinar ciências sociais. **Cronos**, Natal-RN, v. 8, n. 2, p. 395-402, jul./dez. 2007.

MORAES, Marieli Schackow; CUNHA, Silmara dos Santos da; VOIGT, Jane Mery Richter. Onde está a Educação de Jovens e Adultos na BNCC? COLBEDUCA, – Colóquio Luso-Brasileiro de Educação, 5., 2019, Joinville. **Anais [...]**. Joinville: [s. l.], 2019.

MORAIS FILHO, Evaristo de (org.). **Georg Simmel**. Sociologia. São Paulo: Ática, 1983. (Coleção grandes cientistas sociais).

MORENO, Gilberto Geribola. Juventude e educação de jovens e adultos. Encontro Internacional do Fórum Paulo Freire, 6., 2008, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: [s. l.], 2008.

MOREIRA, Camila. **Distorção idade-série na educação básica**. Artigos Jusbrasil. 2013. Disponível em: <https://cmoreira2.jusbrasil.com.br/artigos/111821615/distorcao-idade-serie-na-educacao-basica>. Acesso em: 02 set. 2020.

MOREIRA, Antônio Flavio Barbosa; CANDAU, Vera Maria. **Educação escolar e cultura(s): construindo caminhos**. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 23, p. 156-168, maio/jun./jul./ago. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/99YrW4ny4PzcYnSpVPvQMYk/?format=pdf>. Acesso em: 10 mai. 2019.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa; SILVA, Tomaz Tadeu da. **Currículo, cultura e sociedade**. São Paulo: Cortez, 2011.

MORGADO, José Carlos. Projecto curricular e autonomia da escola: Possibilidades e constrangimentos. **Revista Galego-Portuguesa de Psicoloxía e Educación**, Coruña, v. 10, n. 8, ano 7, p. 335-344, 2003.

MOURA, Tania Maria de Melo. Formação de educadores de jovens e adultos: realidade, desafios e perspectivas. **Práxis Educacional**, Bahia, v. 5, n. 7, p. 45-72, jul./dez. 2009.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O trabalho do Antropólogo: Olhar, Ouvir, Escrever. **Revista de Antropologia**, São Paulo, USP, v. 39, n. 1, 1996.

PAIVA, Vanilda. **História da Educação Popular no Brasil**: educação popular e educação de adultos. 6. ed. São Paulo: Loyola, 2003.

PEDROSO, Ana Paula Ferreira. Trajetória Histórica, Social e Política da EJA. **Revista Interdisciplinar**, Minas Gerais, ano 1, n. 3, nov. 2018.

PEREGRINO, Mônica. **Trajetórias desiguais**: um estudo sobre os processos de escolarização pública de jovens pobres. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

PESCE, Marly Krüger de; ANDRÉ, Marli Elisa Dalmazo Afonso de; HOBOLD, Marcia de Souza. Formação do professor pesquisador: procedimentos didáticos. Congresso Nacional de Educação EDUCERE, 9., 2013, Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná., 2013- Disponível em: [https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2013/7520\\_5224.pdf](https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2013/7520_5224.pdf). Acesso em: 25 mar. 2020.

POSSA, Leandra Bôer; SILVEIRA, Jalusa Oliveira da; REVELANTE, Patrícia. Representações e imaginário docente que definem o aluno: um estudo de caso de escola públicas de Santa Maria. Congresso Brasileiro Multidisciplinar de Educação Especial, 4., Londrina, 2007. **Anais [...]**. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2007.

ROCHA, Fabiana Virgínio da. Sociologia na EJA: da teoria à prática. Seminário de Ciências Sociais - Tecendo diálogos sobre a pesquisa social, 10., 2012, Maringá. **Anais [...]**. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2012. Disponível em: [http://www.dcs.uem.br/xseminario/artigos\\_resumos/gt2/x\\_seminarios\\_gt2-a7.pdf](http://www.dcs.uem.br/xseminario/artigos_resumos/gt2/x_seminarios_gt2-a7.pdf) Acesso em: 10 jul. 2020.

SANTOS, M. B. A Sociologia no contexto das reformas do ensino médio. *In*: CARVALHO, L. M. G. (org.). **Sociologia e ensino em debate**: experiências e discussão de Sociologia no ensino médio. Ijuí: Unijuí, 2002.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Amp. Ciências Sociais**, Rio Grande, RS, v. 1, n. 1, p. 1-15, jan. jul. 2009. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10351/pdf>. Acesso em: 10 jul. 2020.

SARANDY, Flavio Marcos da Silva. Reflexões acerca do ensino da sociologia no Ensino Médio. **Revista Espaço Acadêmico**, São Paulo, ano I, n. 5, out. 2001.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 9 ed. Campinas: Autores Associados, 2005.

SAVIANI, Demerval. **Escola e democracia**: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política. 41. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2009.

SILVA, Ileizi Luciana, **A sociologia vai à escola**: Fundamentos metodologias do ensino de sociologia na educação básica. Rio de Janeiro: Quartet: FAPERJ, 2009.

SILVA, Tomaz Tadeu da. O projeto educacional moderno: identidade terminal? *In*: VEIGA NETO, Alfredo. (org.). **Crítica pós-estruturalista e educação**. Porto Alegre: Sulina, 1995. p. 245-260.

SOARES, Jefferson. Delgado de Carvalho e o ensino de sociologia no Colégio Pedro II. *In*: HANDFAS, Anita; OLIVEIRA, Luiz Fernandes de (org.). **A sociologia vai à escola**: história, ensino e docência. Rio de Janeiro: Quartet: FAPERJ, 2009.

STRELHOW, Thyeles Borcarte. Breve história sobre a Educação de Jovens e Adultos no Brasil. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 38, p. 49-59, jun.2010.

TARDIF Maurice; MOSCOSO Javier Nunez A noção de “profissional reflexivo” na educação: atualidade, usos e limites. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 48, n. 168, p. 388-411, abr./jun. 2018.

TELES. Maria Luiza Silveira. **Sociologia para jovens**: iniciação à sociologia. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

TOMAZI, N. D.; LOPES JUNIOR, E. “Uma angústia e duas reflexões”. *In*: CARVALHO, L.M. G (org.). **Sociologia e Ensino em debate**. Ijuí: Editora da Unijui, 2004, p. 61-75.

VELHO, G. Observando o familiar. *In*: VELHO, G. **Individualismo e cultura**: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1987. p.123-132.

WEBER, Florence. A entrevista, a pesquisa e o íntimo, ou: por que censurar seu diário de campo? **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 15, n. 32, p. 157-170, jul./dez. 2009.